

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”

FACULDADE DE CIÊNCIAS E ENGENHARIA

Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento

FERNANDO DA CRUZ SOUZA

**QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU: BEM-ESTAR HUMANO NA REGIÃO DO
BICO DO PAPAGAIO, TOCANTINS**

TUPÃ

2023

FERNANDO DA CRUZ SOUZA

**QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU: BEM-ESTAR HUMANO NA REGIÃO DO
BICO DO PAPAGAIO, TOCANTINS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Câmpus de Tupã, como requisito para a obtenção do título de Mestre em Ciências.

Área de concentração: Agronegócio e Desenvolvimento

Linha de pesquisa: Desenvolvimento e Meio Ambiente

Orientador: Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes

Coorientadores: Profa. Dra. Angélica Gois Morales (UNESP), Dr. Luis Eduardo Acosta Muñoz (Instituto Sinchi/Colômbia)

TUPÃ

2023

Ficha catalográfica elaborada pela Seção Técnica de Biblioteca e Documentação da FCE – Unesp, Câmpus Tupã:

S237q Souza, Fernando da Cruz.
Quebradeiras de coco babaçu: bem-estar humano na região do Bico do Papagaio, Tocantins. / Fernando da Cruz Souza. – Tupã: [s.n.], 2023.
162 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento) –Universidade Estadual Paulista UNESP – Faculdade de Ciências e Engenharia, 2023.

Orientador: Nelson Russo de Moraes
Coorientadora: Angélica Gois Morales
Coorientador: Luis Eduardo Acosta Muñoz

1. Bem-estar humano. 2. Extrativismo. 3. Quebradeira de coco babaçu. 4. Funcionamentos e capacitações. Desenvolvimento.. I. Título. II. Autor.

Fonte: Eliana Kátia Pupim, bibliotecária CRB 8 – 6202. Essa ficha não pode ser modificada.

IMPACTO

Esta pesquisa promove o avanço do conhecimento sobre as dimensões do bem-estar humano, o que pode contribuir à decisão, ao desenho e à implementação de políticas públicas de desenvolvimento para comunidades agroextrativistas. Além disso, se utilizada por essas como instrumento de diagnóstico de situações de violência e pobreza, possibilita a reivindicação de direitos. Esta pesquisa comunica aos pesquisadores a necessidade de discutir o bem-estar humano no meio rural.

IMPACT

This research aims to enhance our understanding of the various dimensions of human well-being, thereby facilitating informed decision-making, effective policy design, and implementation of development strategies for agro-extractivist communities. By utilizing this research as a diagnostic tool to identify instances of violence and poverty, it empowers individuals and communities to assert their rights. Furthermore, this research highlights the importance of engaging researchers in meaningful discussions surrounding human well-being in rural areas.

CERTIFICADO DE APROVAÇÃO

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: QUEBRadeiras DE COCO BABAÇU: BEM-ESTAR HUMANO NA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO, TOCANTINS

AUTOR: FERNANDO DA CRUZ SOUZA

ORIENTADOR: NELSON RUSSO DE MORAES

COORDINADORA: ANGELICA GOIS MORALES

COORDINADOR: LUIS EDUARDO ACOSTA MUÑOZ

Aprovado como parte das exigências para obtenção do Título de Mestre em Ciências (Área: Agronegócio e Desenvolvimento), pela Comissão Examinadora:

Documento assinado digitalmente
 NELSON RUSSO DE MORAES
Data: 16/01/2023 14:57:33-8300
Verifique em <https://verificador.br.br>

Professor Doutor NELSON RUSSO DE MORAES (Participação Virtual)

Departamento de Gestão, Desenvolvimento e Tecnologia / Faculdade de Ciências e Engenharia - FCE - UNESP - Tupã/SP

Profa. Dra. ANA ELISA BRESSAN SMITH LOURENZANI (Participação Virtual)

Departamento de Gestão, Desenvolvimento e Tecnologia / Faculdade de Ciências e Engenharia - FCE - UNESP - Tupã/SP

Documento assinado digitalmente
 ANA ELISA BRESSAN SMITH LOURENZANI
Data: 16/01/2023 16:27:11-8300
Verifique em <https://verificador.br.br>

Prof. Dr. DIÓGENES ALENCAR BOLWERK (Participação Virtual)

Departamento de Assuntos Educacionais / Universidade Federal da Integração Latino Americana - UNILA - Foz do Iguaçu/PR

DIOGENES ALENCAR

BOLWERK:57767602168

Assinado de forma digital por
DIOGENES ALENCAR
BOLWERK:57767602168
Dados: 2023.01.13 09:52:37 -03'00'

Tupã, 09 de janeiro de 2023

Dedico esta dissertação aos meus pais, Natalina e Joaquim, e às minhas irmãs, Lilian e Aline. Sou grato pelo amor irrestrito e pelo suporte resolutivo que me oferecem.

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos meus pais e irmãs pelo suporte oferecido ao longo da jornada acadêmica.

Ao meu orientador, Professor Doutor Nelson Russo de Moraes, pelas oportunidades, pelos valiosos ensinamentos acadêmicos e pela amizade.

À minha coorientadora, Professora Doutora Angélica Gois Morales, pelas importantes contribuições a esta pesquisa.

À Professora Doutora Rejane Cleide Medeiros de Almeida, à Professora Doutora Ana Elisa Bressan Smith Lourenzani e ao Professor Doutor Diógenes Alencar Bolwerk pelas enriquecedoras indicações de literaturas e sugestões de melhoria durante a banca de qualificação e defesa desta pesquisa.

Aos docentes do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento (PGAD) pela transmissão de conhecimentos essenciais os quais contribuíram à realização deste trabalho.

O presente trabalho foi realizado com o apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de financiamento 001.

SOUZA, Fernando da Cruz. **Quebradeiras de coco babaçu**: bem-estar humano na região do Bico do Papagaio, Tocantins. 2023. 162 p. Dissertação (Mestrado em Agronegócio e Desenvolvimento – Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento – PGAD) – Faculdade de Ciências e Engenharia, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Tupã, 2023.

RESUMO

Esta pesquisa estabeleceu como objetivo geral “compreender as dimensões de bem-estar humano em comunidades tradicionais rurais de quebradeiras de coco babaçu na região do Bico do Papagaio, Tocantins”. Para atingir o objetivo geral, adotou-se a abordagem qualitativa de cunho exploratório-descritivo, por meio do emprego dos métodos da pesquisa bibliográfica e documental e da pesquisa fenomenológica. Os instrumentos de coleta de dados utilizados na pesquisa foram a revisão sistemática de literatura, a revisão narrativa de literatura e a entrevista, conduzida a partir de um formulário semiestruturado. O local de estudo compreendeu a microrregião política do Bico do Papagaio, Tocantins. A população escolhida para a realização da pesquisa foi a de quebradeiras de coco babaçu. Para selecionar as entrevistadas, utilizou-se a amostragem por cadeias de referências, conhecida como “bola de neve”, a qual proporcionou a realização de cinco entrevistas. Os dados obtidos com as entrevistas foram sujeitos à análise de conteúdo temático categorial, a partir da qual foram articuladas cinco dimensões relevantes de bem-estar humano para o grupamento estudado, especificamente: i) produção agropecuária e segurança alimentar e nutricional; ii) renda e segurança econômica; iii) assistência à saúde; iv) relações com a natureza; e v) conexões sociais. Além de tais dimensões, foram levantadas as concepções subjetivas de bem-estar humano para as quebradeiras de coco babaçu. O principal achado da pesquisa diz respeito ao déficit existente em cada uma das seguintes dimensões: a agricultura de subsistência é limitada pela insegurança de posse e propriedade da terra, dado que as famílias produzem em modalidade de parceria ou comodato gratuito rural; A insegurança alimentar e nutricional, examinada pela falta de recursos para adquirir alimentos, impõe às trabalhadoras extrativistas a realização de atividades diversas para suprir a falta de alimentos, como o extrativismo, o cultivo e venda de animais e hortaliças, a compra à crédito, entre outros; a segurança econômica só foi alcançada pelas participantes da pesquisa quando se aposentaram, uma vez que os benefícios previdenciários são regulares, apresentam comprovação e valor fixo, qualidades não compartilhadas pelos demais trabalhos exercidos por elas; o principal sistema de assistência à saúde utilizado pelas mulheres entrevistadas é o SUS – tanto para consultas e exames como para a aquisição de medicamentos – e principal queixa das mulheres sobre este sistema é a morosidade na realização de consultas e exames; devido ao avanço da fronteira agrícola na região, há em curso intenso desflorestamento, cujas consequências são a extinção dos babaçuais e de serviços ecossistêmicos diversos para os povos tradicionais. Algumas dimensões de bem-estar humano valorizadas pelas quebradeiras de coco são: condições dignas de moradia; oportunidades de trabalho para os filhos; e disponibilidade de água potável. Tanto as dimensões analisadas como as valorizadas subjetivamente pelas participantes da pesquisa podem servir como direcionadoras dos investimentos em políticas públicas de desenvolvimento que busquem ampliar as liberdades das trabalhadoras.

Palavras-chave: Bem-estar humano. Extrativismo. Quebradeira de coco babaçu. Funcionamentos e capacitações. Desenvolvimento.

SOUZA, Fernando da Cruz. **Babassu coconut breakers**: human welfare in the Bico do Papagaio region, Tocantins. 2023. 162 p. Master thesis (Master in Agribusiness and Development – Agribusiness and Development Program) School of Sciences and Engineering, São Paulo State University (UNESP), Tupã, 2023.

ABSTRACT

This research established as a main objective “to understand the dimensions of human well-being in traditional rural communities of babassu coconut breakers in the region of Bico do Papagaio, Tocantins”. To achieve the general objective, a qualitative-exploratory-descriptive approach was adopted by using bibliographic, documentary and phenomenological research methods. The instruments for data collection used in the research were the systematic literature review, the narrative literature review and the interview, conducted in a semi-structured form. The study site comprised the political micro-region of Bico do Papagaio, Tocantins. The population chosen for the research was the babassu coconut breakers. The “snowball sampling method” was used to select the interviewees, which provided five interviews. The data obtained from the interviews were subjected to categorical thematic content analysis, from which five relevant dimensions of human well-being were articulated for the group studied, specifically: i) agricultural production and food security; ii) income and economic security; iii) health care; iv) relationships with nature; and v) social connections. In addition to these dimensions, subjective conceptions of human well-being for babassu coconut breakers were researched. The main finding of the research concerns the existing deficit in each one of the following dimensions: subsistence agriculture is limited by the insecurity of land tenure and ownership, given that families produce in partnership or free rural lending; food and nutritional insecurity, examined by the lack of resources to purchase food, requires extractivist workers to carry out various activities to overcome the lack of food, such as extractivism, the cultivation and sale of animals and vegetables, purchases on credit, etc.; economic security was only achieved by the research participants when they retired, since the social security benefits are regular, provide a proof of income and have a fixed value, qualities not shared by other jobs performed by them; the main health care system used by the women interviewed is the Brazilian public health care system (SUS), both for consultations, exams and for the acquisition of medication – the main complaint of women in this regard is the delay in carrying out consultations and examinations –; due to the advance of the agricultural frontier in the region, intense deforestation is taking place whose consequences are the extinction of both the babassu forests and the various ecosystem services traditional peoples avail. Some dimensions of human well-being valued by coconut breakers are: dignified housing conditions; work opportunities for children; and availability of potable water. Both the analyzed dimensions and those subjectively valued by the research participants can serve as guidelines for investments in developmental public policies that seek to expand the freedoms of these women workers.

Keywords: Human well-being. Extractivism. Babassu coconut breaker. Functionings and capabilities. Development.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Esquema da dissertação	32
Quadro 2 – Instâncias e indicadores de desenvolvimento rural e das condições de vida das famílias rurais.....	50
Quadro 3 – Estágios da revisão de literatura empreendida.....	52
Quadro 4 – Artigos selecionados para leitura completa e extração de dados	56
Quadro 5 – Síntese metodológica quanto aos objetivos de pesquisa	80
Quadro 6 – Seções, categorias e objetivos das perguntas no formulário.....	93
Quadro 7 – Variáveis de identificação das participantes da pesquisa.....	99
Quadro 8 – Caracterização do domicílio das participantes	102
Quadro 9 – Posse de bens duráveis pelas entrevistadas.....	104

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Microrregião política do Bico do Papagaio, Tocantins.....	84
Mapa 2 – Áreas com presença de quebradeiras de coco babaçu no estado do Tocantins.....	86
Mapa 3 – Quantidade produzida na extração vegetal do babaçu (amêndoa), toneladas.....	87
Mapa 4 – Quantidade produzida na extração vegetal do babaçu (coco), toneladas.	88

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ARENT	Associação da Reserva Extrativista do Extremo Norte
CEB	Comunidades Eclesiais de Base
CNODS	Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
CNPT	Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais
CNS	Conselho Nacional das Populações Extrativistas
COVID-19	<i>Corona Virus Disease</i>
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CT	Comunidades Tradicionais
ECO-92	Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento
FBC	Fundação Brasil Central
IA	Insegurança Alimentar
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia Estatística
IBHI	<i>Indicadores de Bienestar Humano Indígena</i>
ICMBio	Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade
ICV	Índice de Condições de Vida
MA	Maranhão
MATOPIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí, Bahia
MIQCB	Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu
MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
PA	Pará
PAA	Programa de Aquisição de Alimentos
PDS	Projeto de Desenvolvimento Sustentável
PI	Piauí

PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNCSA	Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RESEX	Reserva Extrativista
RSL	Revisão Sistemática de Literatura
SARS-CoV-2	Doença causada pelo novo coronavírus
SEAS	Secretaria Especial de Articulação Social
SEGOV-PR	Secretaria de Governo da Presidência da República
SINCHI	<i>Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas</i>
SNUC	Sistema Nacional de Áreas de Conservação
StArt	<i>State of the Art Through Systematic Review</i>
STR	Sindicatos de Trabalhadores Rurais
STTR-CB	Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Carrasco Bonito
SUS	Sistema Único de Saúde
TO	Tocantins
TV	Televisão
U.S.	<i>United States</i>
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
WEF	<i>Water-Energy-Food</i>
ZEE	Zoneamento

APRESENTAÇÃO

Há gerações minha família vem sendo assediada pela pobreza.

Minha mãe, filha de retirantes nordestinos que se estabeleceram no estado de São Paulo, compartilha memórias vívidas e dolorosas sobre a fome que passou.

Antes dela, meus avós maternos vivenciaram, além da fome, as diversas humilhações e traumas que a pobreza impõe sobre as vidas das pessoas. Algumas delas, narradas por minha mãe e tios, incluem a morte de filhos durante a infância; a falta de assistência à saúde, que custou ao meu avô a amputação das duas pernas; a falta de empregos dignos, que dessem condições para sustentarem a família, entre outros sofrimentos.

Durante a infância, recordo-me de diversas ocasiões em que, por falta de pagamento, tínhamos interrompidos o fornecimento de água, de energia e de telefone. Lembro também do esforço que precisei fazer para ir à escola. Eu e minha irmã mais velha caminhávamos uma distância longa nas ruas de terra do bairro periférico onde morávamos, em Tupã, para tomarmos o ônibus que nos levava à escola.

Fui uma criança cronicamente doente e não tive oportunidades de tratamento nesta fase da vida. Isto impôs um fardo pesado de sofrimento sobre mim e sobre minha família. A doença é uma fonte sobejante de desesperança. Embora nunca tenha passado fome, como passara minha mãe e meus avós maternos, desejei viver uma infância mais completa e não pude.

Desejei possuir, fazer ou ser coisas que a multidimensionalidade da pobreza, manifestada intergeracionalmente em minha família, impedia de serem fruídas. Desejei ter roupas, livros, gibis, brinquedos e férias; não ter de caminhar tanto para ir ou para voltar da escola; ter dinheiro para comprar lanches na cantina da escola; não ter de ficar no trabalho com meu pai ou com minha mãe, porque queria brincar; estudar inglês; ir ao cinema... A lista é extensa. A pobreza rouba os direitos da criança em desenvolver seu pleno potencial.

Mais tarde, ao final da adolescência, vi na educação uma oportunidade importante para que pudesse tentar superar o ciclo persistente da pobreza em minha família. Experimentei ter esperança. Estudei. Passei em diversos vestibulares de universidades públicas, mas não pude me mudar para as cidades em que conquistei as vagas. Minha família não tinha recursos para me ajudar e também não tínhamos ideia sobre como superar tal dificuldade.

Quando, em 2010, conquistei uma vaga na USP, com a ajuda dos meus pais, da minha irmã mais velha, de minhas tias e de uma amiga da família que reside na cidade de São Paulo, consegui me mudar e iniciar o curso de Gestão de Políticas Públicas. Morava mal, numa cidade cara e fui inserido, à época, em uma universidade altamente elitizada. A pobreza é intensamente desestruturante. Mesmo trabalhando e recebendo ajuda dos pais, não consegui concluir o curso.

Ainda morando em São Paulo, em 2012, tentei novamente ingressar na universidade. Estudei, em uma faculdade particular, o curso de Letras Inglês-Português com habilitação em Tradução e Interpretação. Mesmo trabalhando, não conseguia pagar as mensalidades do curso e me sustentar. Então, desisti do curso e voltei para Tupã.

Trabalhei durante os anos seguintes, porém, sentia-me frustrado por não terem prosperado minhas tentativas de concluir o ensino superior. Por isso, prestei o vestibular para o curso de Administração, da UNESP de Tupã, fui aprovado e ingressei na universidade pública novamente, em 2016. A entrada neste curso foi mais madura e com mais suporte financeiro, pois, morava com minha família.

Entrei no curso com a intenção de construir uma trajetória acadêmica que seria também minha nova trajetória profissional. Com isso, logo no início do curso, passei a integrar o Grupo de Estudos em Democracia e Gestão Social (UNESP) e outros projetos de pesquisa e extensão disponíveis na faculdade. Fui contemplado com bolsas de iniciação científica durante os quatro anos de curso. Publiquei artigos, livros, capítulos de livros, organizei e participei de eventos, livros e um periódico científico.

Tive certeza de que deveria ingressar no mestrado, porque se fortaleceu o sonho de me tornar pesquisador e professor do ensino superior. Desde mais jovem, tive experiências com a docência ensinando inglês em institutos de idiomas e a alunos particulares. Portanto, compreendia a realização que experimentaria a partir disso. Descobri também que me sentia entusiasmado pela pesquisa, durante os anos da graduação, e que gostava do estímulo intelectual vivenciado dentro do ambiente da universidade. Isso me fazia sentir vivo e com propósito.

Também, tive sorte por encontrar os professores do curso de Administração, a maioria deles, professores do Programa de Pós-graduação em Agronegócio e Desenvolvimento (PGAD). Fui inspirado e acolhido pelos professores, desde o início, em especial, pelo Professor Doutor Nelson Russo de Moraes, líder do

GEDGS, orientador desta pesquisa e meu amigo. Todas as oportunidades acadêmicas que aproveitei foram criadas ou apresentadas a mim por ele.

Enfim, em 2019, realizei o sonho de concluir o curso superior. Fui bem formado e me sinto orgulhoso por isto. Faço parte da primeira geração, em minha família, a alcançar o ensino superior. Após isso, veio o segundo passo na decisão pela carreira acadêmica: o mestrado.

Ingressei no mestrado em 2020. Fui bolsista durante todo o período do curso e isso proporcionou condições para dedicar-me integralmente a minha formação, ao aprimoramento de minhas habilidades de pesquisa e às diversas atividades acadêmicas incluídas nesta jornada. Nenhum momento de minha jornada acadêmica foi fácil. Empreguei muitos esforços para chegar à etapa de conclusão desta dissertação, inclusive, travando uma batalha difícil contra os transtornos mentais que emergiram nos últimos anos.

O meu bem-estar e o de minha família têm sido incrementados ao longo dos anos. No entanto, a pandemia de covid-19 nos deixou alertas. O fantasma da pobreza pareceu, mais uma vez, rondar a minha e muitas outras famílias. No entanto, hoje, somos mais resilientes contra ele. O conhecimento, por meio da educação formal, desempenhou papel importante para que soubéssemos contornar as dificuldades.

Chego nesta etapa profissional e da vida com mais esperanças. Espero continuar desenvolvendo meu potencial, por meio da educação; atingir a realização profissional; ter saúde e assistência à saúde para mim e para minha família; ser próspero; lutar, empunhando o conhecimento, contra a desigualdade. Espero que seja esta a geração em que, nesta família, os horrores da pobreza deixem de nos assombrar. É também o que desejo para o Brasil.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
1.1 Objetivos	27
1.1.1 Objetivo geral.....	28
1.1.2 Objetivos específicos	28
1.2 Justificativa e contribuições da pesquisa	28
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	33
2.1 Formação social e histórica das comunidades rurais de quebradeiras de coco babaçu na região do Bico do Papagaio, Tocantins	33
2.2 Conceituações do bem-estar humano no âmbito rural/tradicional	43
2.2.1 Conceituações de bem-estar humano	43
2.2.2 Dimensões do bem-estar humano em âmbito rural	52
2.2.2.1 Interconexões das dimensões de bem-estar	58
2.2.2.2 Produção agropecuária e segurança alimentar e nutricional	63
2.2.2.3 Renda e segurança econômica	64
2.2.2.4 Bens e serviços sociais.....	65
2.2.2.5 Território	67
2.2.2.6 Relações com a natureza	68
2.2.2.7 Conexões sociais.....	70
2.2.2.8 Saber e organização social.....	71
2.2.2.9 Cultura	74
2.3 Interseccionalidade nas relações sociais	76
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	80
3.1 Condições pandêmicas.....	80
3.2 Aspectos metodológicos gerais.....	81
3.3 Delimitação do local de estudo	82
3.4 Participantes	90
3.5 Procedimentos de coleta de dados	92
3.6 Procedimentos de análise de dados	94
4 RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	96
4.1 Identificação das participantes e de seus domicílios.....	96
4.2 Extrativismo de coco babaçu	104

4.3 Dimensões do bem-estar humano para as trabalhadoras extrativistas do babaçu	115
4.3.1 Produção agropecuária e segurança alimentar e nutricional	115
4.3.2 Renda e segurança econômica	121
4.3.3 Assistência à saúde	126
4.3.4 Relações com a natureza	129
4.3.5 Conexões sociais	132
4.3.6 Concepções subjetivas de bem-estar humano para as quebradeiras de coco babaçu	135
4.4 Interseccionalidade nas relações sociais	137
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	139
REFERÊNCIAS.....	141
APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	153

1 INTRODUÇÃO

“A Floresta”

A mata era fria/ as caças existiam/ E vivia em Paz/ o tempo foi
passando/e foram devorando/já não existem mais
Hoje todo o cercado/vive cheio de gado/ plantaram capim
quando vê
desse jeito/Pense direito/está perto do fim
Da floresta verde querida/hoje só resta a lembrança/da mata viva e
florida/que foi destruída
É muito triste a condição/que por falta de pão/muitos vive a sofrer/ e a
terrinha que tinha/ por falta de dinheiro/ foi obrigado a vender
O ricaço comprou/ e logo devorou/ fez sua plantação/ e tudo é cercado/e
o pobre coitado/ lá não entra não
Ouço o eco da vida/gritando por Justiça e paz/sofre toda criança/ e os
coitados dos pais/ já não sabem o que faz
Preserve a natureza/a floresta é riqueza/e tem muito valor preserve e
deixe lá/porque onde ela está/ foi Deus que criou

(Maria do Socorro Teixeira Lima em Maria do Socorro Teixeira de Lima: Quebradeira de coco, professora e poeta – Uma Palmeira de Coco Babaçu com muitas Amêndoas. São Luís: EDUEMA, 2021. p. 42)

Dona Maria do Socorro Teixeira de Lima¹, autora do poema acima, é quebradeira de coco babaçu, assim como foi sua mãe. Seu poema narra um processo de transformação ocorrido na paisagem tocantinense do Bico do Papagaio (extremo norte do Estado do Tocantins), processo que tem como origem a implementação de grandes projetos de desenvolvimento na região a partir de 1950, em especial dentro da perspectiva da colonização de áreas interioranas.

Os projetos de desenvolvimento na região² se referem à abertura de rodovias e ferrovias, à implantação de hidrelétricas, à exploração mineral e ao avanço dos grandes monocultivos e da pecuária extensiva. Estes projetos foram fomentados pelo Estado a partir de uma ideia de vazio humano e de capital na fronteira amazônica e resultaram na expulsão dos povos tradicionais (indígenas e outras comunidades

¹ Mari (2011), ao citar Gramsci, indica que o intelectual orgânico é proveniente da classe social que o gerou e se torna um especialista, organizador e homogeneizador dessa, papel exercido por Dona Socorro.

² O Tocantins foi criado com a CF/88^a e pertence à Amazônia Legal, a qual não leva em consideração as características morfológicas, de vegetação ou geográficas. Esta divisão tem caráter político e econômico e funcionou/ funciona como um recurso para atingir o fim definido pela então burocracia do Regime Militar de realizar a interiorização e ocupação capitalista do território brasileiro. A Amazônia Legal é a do capital e da tecnologia, enquanto que a Amazônia Brasileira é a do ribeirinho, do indígena, do seringueiro, do posseiro, etc. É a criação da Amazônia Legal que cria a Amazônia Illegal, representada pelos conflitos gerados pela entrada do capital na região, o qual aprofundou as desigualdades nessa (FERREIRA; OLIVEIRA, 2018).

tradicionais) de seus territórios³ de origem, devido aos conflitos territoriais diversos, à degradação de florestas e de rios e à proletarização do camponês (OLIVEIRA, 2016).

Em outras palavras, as comunidades tradicionais (CT) e indígenas presentes nesses espaços não foram levadas em consideração nas decisões, ações e consequências das políticas de desenvolvimento a que foram expostas/sujeitadas. É este o retrato pintado pelo poema de Dona Socorro, o qual evidencia diversas privações de bem-estar humano – traduzidas nos conflitos territoriais, na violência, no desflorestamento, na pobreza, na desigualdade, na fome e no sentimento de injustiça – experimentadas por ela, mas que representam as agruras da categoria camponesa como um todo nesta região do país.

De acordo com Assis Costa e Carvalho (2016, p. 23), “Campesinato é o conjunto de famílias camponesas existentes em um território”. Por existirem em um território, são parte do “[...] contexto de relações sociais que se expressam em regras de uso (instituições), das disponibilidades naturais (biomas e ecossistemas) e culturais (capacidades difusas internalizadas nas pessoas e aparatos infraestruturais tangíveis e intangíveis [...])” (ASSIS COSTA; CARVALHO, 2016, p. 23). Os autores ressaltam que a dinâmica camponesa ocorre num espaço geográfico com delimitação política (ASSIS COSTA; CARVALHO, 2016).

A finalidade camponesa é sempre a produção para a reprodução familiar. No entanto, o campesinato pode apresentar diferentes formas de existência, as quais estão ligadas as capacidades privadas das famílias camponesas em combinação com possibilidades e restrições locais, regionais e nacionais. Além disso, o campesinato é um ator social coletivo que emprega esforços para superar relações de dominação e de subalternidade, uma vez que sua agricultura é diferente da agricultura capitalista, motivo por que podem ser considerados como classe social (ASSIS COSTA; CARVALHO, 2016).

³ Haesbart (2005 *apud* MORAES; SOUZA, 2022) atribui dupla conotação à noção de território, material e simbólica, tal que a definição do termo poderá ser encontrada em algum ponto do continuum “território como dominação — território como apropriação”. No extremo do território como dominação estão implicadas as ideias hegemônicas das sociedades modernas, quais sejam, a funcionalidade (fonte de recursos ou meio de produção) e a mercantilização (valor de troca, lucro, controle físico). No extremo do território como apropriação estão implicadas as ideias geralmente vinculadas ao modo de vida tradicional, isto é, a diversidade, a multiplicidade e a identidade (valor de uso, lar, segurança afetiva, perder o território significa desaparecer).

As diferentes formas de existência do campesinato explicam as diferentes autodenominações dos grupos camponeses, que se relacionam às suas histórias e aos contextos (ASSIS COSTA; CARVALHO, 2016), tal como evidenciado a seguir:

A diversidade da condição camponesa por nós considerada inclui os proprietários e os posseiros de terras públicas e privadas; os extrativistas que usufruem dos recursos naturais como povos das florestas, agroextrativistas, ribeirinhos, pescadores artesanais e catadores de caranguejos que agregam atividade agrícola, castanheiros, quebradeiras de coco-babaçu, açazeiros; os que usufruem os fundos de pasto até os pequenos arrendatários não capitalistas, os parceiros, os foreiros e os que usufruem a terra por cessão; quilombolas e parcelas dos povos indígenas que se integram a mercados; os serranos, os caboclos e os colonos assim como os povos das fronteiras no sul do país; os agricultores familiares mais especializados, integrados aos modernos mercados, e os novos poliprodutores resultantes dos assentamentos de reforma agrária (WELCH, 2009, p. 11).

No campo da sociabilidade no meio rural, espaço de vivências e lutas onde se lançam estudos teóricos em diferentes níveis, a pesquisa e a literatura acadêmica apresentam uma ampla discussão sobre o bem-estar humano, assim como sobre as formas de atingi-lo. Uma das principais abordagens nesse sentido é de ordem econômico-financeira, a qual considera o bem-estar humano como uma função do consumo fruído pelos indivíduos, de tal forma que as rendas e gastos poderiam delimitar um nível de pobreza socialmente aceitável ou não, para a qual a solução seria o direito a uma renda básica. No entanto, esta abordagem sofre diversas críticas. A principal crítica está relacionada à pressuposição de que os consumidores buscam maximizar sua utilidade e que tal maximização seria refletida nos gastos, embora não sejam oferecidas evidências de que a utilidade é uma boa definição para o bem-estar humano, de que o gasto monetário seja um bom indicador de utilidades, de que um déficit em utilidade contemple a compreensão sobre pobreza e de que isso justifique uma linha de pobreza específica (LADERCHI; SAITH; STEWART, 2003).

Diante da imprecisão do bem-estar humano medido a partir da renda/consumo/utilidade, o qual não inclui “[...] maior acesso ao conhecimento, melhor nutrição e serviços de saúde, meios de sustento mais seguros, um ambiente sustentável, segurança contra o crime e violência física, liberdades políticas e culturais e participação em atividades comunitárias” (DENEULIN, 2006, p. 1), Amartya Sen (SEN, 2010) elabora uma teoria do desenvolvimento baseada nas liberdades.

Nesta teoria, para que haja o bem-estar humano é requerido “[...] que se removam as principais fontes de privação da liberdade: pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência de serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (SEN, 2010, p. 16-17). Diante disso, vê-se que alguns projetos de desenvolvimento, como aquele citado para a região do Bico do Papagaio, seriam incoerentes com o entendimento de desenvolvimento de Sen, uma vez que os subprodutos da lógica desenvolvimentista aplicada na região têm resultado em privações diversas para determinadas qualidades de pessoas.

A teoria criada por Sen é chamada de abordagem das capacitações. Recebe esse nome, pois suas perguntas centrais são “o que as pessoas são realmente capazes de fazer e que tipo de pessoa são capazes de se tornar”? Em respeito ao que uma pessoa é capaz de fazer e ser, têm-se as capacidades ou capacitações e, em respeito ao que uma pessoa está presentemente sendo e fazendo, têm-se os funcionamentos. Diante disso, algumas perguntas relevantes emergem: Instituições, práticas e políticas públicas dão atenção às capacitações, em outras palavras, promovem oportunidades para que as pessoas façam o que valorizam ou que sejam quem querem ser? As pessoas têm mesmas capacitações na vida? A economia globalizada, políticas nacionais ou a sorte fazem com que as pessoas tenham capacitações desiguais? Se sim, isso é injusto e precisa ser mudado? Os projetos de desenvolvimento se atêm à ampliação das capacitações ou apenas servem a certos grupos de interesse? (ROBEYNS, 2017).

Além do exercício reflexivo promovido por essas questões mais gerais, a situação específica do bem-estar humano para grupos tradicionais, como é o caso das trabalhadoras rurais extrativistas do babaçu, também chamadas de quebradeiras de coco babaçu, pode e deve ser objeto de investigação. Nesse sentido, a fim de melhor articular as reflexões com o contexto deste estudo, lança-se mão de mais um poema da quebradeira de coco babaçu, Dona Socorro:

Mulher

A Mulher foi feita da costela do homem, de perto do coração, prá receber amor, carinho e atenção

A Mulher nasceu para ser pelo homem bem amada, ser amiga e companheira, e não pra ser discriminada

A Mulher é a rainha do lar, a mãe, avó, a esposa, a irmã, a filha, a madrinha, a médica, a professora, amante, a ficante, a namorada

A mulher é capaz e competente, tem força, coragem, honestidade, lava,

passa, cozinha, cria, procria, amamenta, protege e dá carinho, mesmo assim é desrespeitada
 A Mulher é barril de esperma, saco de pancada, objeto de prazer, ferramenta de produção e reprodução, mais [sic] suas vontades, seus desejos, suas fantasias não são consideradas
 A Mulher é a metade da população do mundo, e mãe da outra metade, somente ela tem esse privilégio, mas mesmo assim é desrespeitada. (LIMA, 2021, p. 45).

Este poema busca transmitir o significado de ser uma mulher sob as circunstâncias históricas vivenciadas pela autora, as quais são compartilhadas social, política, econômica e culturalmente por outras mulheres que exercem papéis iguais ou similares ao dela. As trabalhadoras extrativistas de coco babaçu carregam a marca comum de opressão e resistência das comunidades tradicionais e, a partir disso, constroem e lutam por uma identidade⁴ coletiva de quebradeiras de coco babaçu (embora possuam diversas outras identidades, tais como, indígenas, quilombolas, agricultoras familiares etc.), cujo papel na sociedade civil é reivindicar o acesso e o controle de recurso agrícolas e extrativos em territórios livres, por meio do trabalho livre (VEIGA *et al.*, 2009).

No entanto, na construção e luta por essa identidade, as opressões e desigualdades são imprimidas por razões distintas. O gênero, por exemplo, tal qual ressaltado no poema, é um ponto importante e evidencia os diversos trabalhos realizados pela mulher, entre os quais estão o trabalho remunerado, o trabalho doméstico e o cuidado. Esses dois últimos, muitas vezes, tornam as mulheres vulneráveis e restringem suas opções em termos de realizações. Contudo, o foco na dimensão dos resultados de renda do trabalho não é suficiente para demarcar desigualdades de gênero (ROBEYNS, 2017).

Pode-se dizer que há múltiplas diferenciações, as quais se articulam e podem ajudar a desvendar as violências sofridas pela mulher quebradeira de coco babaçu na sociedade, tais como, a cor, a origem étnica, a classe, a idade, entre outras. Segundo Creenshaw (2002), as diferenciações mencionadas podem criar problemas

⁴ A identidade coletiva das quebradeiras, segundo (ALMEIDA, 2019), foi fundada nas formas coletivas de ação, o movimento social MIQCB. As reivindicações do grupo são acompanhadas do recorte de gênero, indissociável das pautas econômicas, extrativistas e agrícolas pelas quais lutam. Além disso, incluem-se em suas lutas questões ligadas à saúde da mulher e à economia do conhecimento (*knowledge economy*). Nesta última, as dimensões culturais e particularidades das quebradeiras de coco babaçu são utilizadas nas negociações com aqueles que visam obter o óleo e as amêndoas, tais como, empresas saboeiras, farmacêuticas, de biotecnologia e cosméticos (ALMEIDA; SPRANDEL 2019).

e vulnerabilidades específicas a grupos específicos, as quais tem efeitos desproporcionais sobre determinados grupos de mulheres. A autora chama os sistemas múltiplos de dominação oriundos das diferenciações citadas de interseccionalidade, conceito definido como “[...] consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação [...] trata como o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas [...]” (CREENSHAW, 2002, p. 177).

Na análise da interseccionalidade, não há a obrigatoriedade de que se parta de um marcador específico. Além disso, nem todas as diferenças produzem desigualdades nem podem ser hierarquizadas, pelo contrário, são articuladas entre si e podem, inclusive, ajudar a superar desigualdades. Isso ocorre porque as marcas identitárias, como as das quebradeiras, podem ser utilizadas como táticas de resistência, questionamento e desconstrução das desigualdades (HENNING, 2015).

Tendo em consideração que as capacidades e as sociabilidades das quebradeiras de coco babaçu podem sofrer limitações segundo condições estruturais mais amplas e segundo condições específicas desse grupo social, para que se constate o bem-estar desse grupamento humano específico, há a necessidade de que as categorias do bem-estar humano sejam pensadas segundo o contexto específico dessas mulheres.

Diante do contexto histórico, social e econômico das quebradeiras de coco babaçu, pode-se afunilar a utilização das contribuições da literatura acadêmica para a análise do bem-estar humano em âmbito rural. Neste sentido, Bebbington (1999), considera que as comunidades rurais necessitam de acesso a cinco ativos importantes para construir seu bem-estar, a saber, capital natural, capital humano, capital cultural, capital social e capital produzido; o autor dá ênfase ao capital social. Já Perafán e Walter (2016) buscam avaliar o bem-estar humano rural com base no Índice de Condições de Vida (ICV), o qual avalia indicadores referentes aos fatores que favorecem o desenvolvimento, características do desenvolvimento e efeitos do desenvolvimento, monitorando diversos indicadores em cada uma dessas instâncias. Aproximando-se das questões específicas do bem-estar humano em comunidades tradicionais, Acosta *et al.* (2020) desenvolvem os *Indicadores de Bienestar Humano Indígena* (IBHI), os quais avaliam a capacidade de controle coletivo do território, a capacidade de agência cultural autônoma, a capacidade de autonomia alimentar e a

capacidade de um ambiente tranquilo, dimensões cuja aferição é realizada por meio de diversos indicadores.

Porém, as dimensões de bem-estar humano particulares aos modelos de análise citados não podem ser simplesmente transpostas à realidade das comunidades rurais agroextrativistas de quebradeiras de coco babaçu, especialmente porque se referem a outras realidades⁵. É necessário antes que se avaliem tanto a conceituação de comunidades tradicionais, no geral, como o percurso histórico que constituiu a comunidade de quebradeiras, em específico, a fim de compreender como interagem com os recursos que precisam para manter seu modo de vida.

Quanto à conceituação de comunidades tradicionais, as características de cultura, sociabilidade e territorialidade dessas envolve especificidades sociológicas e antropológicas que as diferem de outros grupamentos sociais. O reconhecimento legal de tais características é formalizado em 2007, por meio do Decreto 6.040, que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais, a qual, em seu Art. 3º, inciso I, a definição de Povos e Comunidades Tradicionais é apresentada com a seguinte redação:

Povos e Comunidades Tradicionais: grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição. (BRASIL, 2007).

Dentro de uma perspectiva antropológica e sociológica, o fio condutor teórico para a circunscrição de comunidades tradicionais se inicia com os tratados de Ferdinand Tönnies que, em 1887, descreveu em sua teoria sociológica que as comunidades e a sociedade têm raízes diferentes: de afinidade/afetividade e de racionalidade contratual (TÖNNIES, 1957).

Outras características das comunidades tradicionais são: 1) a propriedade comunal; 2) a produção voltada para dentro da comunidade (valor de uso); 3) a distribuição comunitária do trabalho não assalariado; 4) o desenvolvimento e

⁵ Lévinas propõe a ética da alteridade que diz respeito ao abrir-se ao outro (diferente/desigual), o qual merece respeito da forma como se apresenta, sem engendrar a indiferença, o descaso, a repulsa ou a exclusão devido às particularidades que possui. O autor compreende a alteridade como a relação com outro, relação cuja compreensão ou intelecção não é possível; a alteridade é aquilo que escapa à razão, portanto, está fora da totalidade dela (GOMES, 2008).

transmissão da tecnologia por processo comunitário, adaptando-se ao meio no qual é estabelecido; 5) a transmissão da propriedade e do conhecimento, por meio da tradição comunitária, de geração para geração (DERANI, 2002).

No que se refere às quebradeiras de coco babaçu, o trabalho agroextrativista do babaçu é majoritariamente realizado por mulheres. Em específico, essas comunidades são compostas por sujeitos que praticam a agricultura, em geral, de arroz, mandioca e milho, concomitantemente ao extrativismo do coco babaçu, práticas as quais podem ser combinadas com outras atividades, como a pesca e o artesanato, de acordo com a região (BARBOSA, 2016). A atividade extrativa do babaçu ocorre em porções dos estados do Maranhão, Tocantins, Pará e Piauí e tem papel preponderante na complementação de renda das famílias agroextrativistas no período de entressafra da produção de alimentos, funcionando também como alternativa de maior autonomização econômica às mulheres (SHIRAISHI NETO, 2015; MESQUITA, 2008).

Diante das limitações quanto às dimensões de bem-estar humano presentes nos modelos de análise apresentados em face das particularidades social, histórica e cultural das comunidades tradicionais de quebradeiras de coco babaçu, este trabalho foca sobre comunidades de quebradeiras na região do Bico do Papagaio, em Tocantins, colocando o seguinte problema de pesquisa: *Como compreender as dimensões de bem-estar humano em comunidades tradicionais de quebradeiras de coco babaçu?* Seguindo este problema de pesquisa, apresentam-se as seguintes questões orientadoras: 1) Como se deu a formação social e histórica das comunidades rurais de quebradeiras de coco babaçu na região do Bico do Papagaio? 2) Quais as conceituações do bem-estar humano no âmbito rural/tradicional? 3) Como caracterizar as dimensões de bem-estar humano relacionadas ao *modus vivendi* das comunidades tradicionais de quebradeiras de coco babaçu?

1.1 OBJETIVOS

A partir do problema de pesquisa e das questões orientadoras, foram elaborados os seguintes objetivos:

1.1.1 Objetivo geral

Compreender as dimensões de bem-estar humano em comunidades tradicionais rurais de quebradeiras de coco babaçu na região do Bico do Papagaio, estado do Tocantins.

1.1.2 Objetivos específicos

- A) Descrever a formação social e histórica das comunidades rurais de quebradeiras de coco babaçu na região do Bico do Papagaio, Tocantins.
- B) Identificar conceituações do bem-estar humano no âmbito rural/tradicional.
- C) Caracterizar as dimensões de bem-estar humano relacionadas ao *modus vivendi* das comunidades tradicionais de quebradeiras de coco babaçu.

1.2 JUSTIFICATIVA E CONTRIBUIÇÕES DA PESQUISA

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável tem como seu primeiro objetivo “Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares” (IPEA, 2020). Em específico, a meta 1.2 tem a seguinte redação: “Até 2030, reduzir pelo menos à metade a proporção de homens, mulheres e crianças, de todas as idades, que vivem na pobreza, em todas as suas dimensões, de acordo com as definições nacionais” (IPEA, 2020).

Diante deste objetivo ousado para o Brasil, em 2016, por meio do Decreto Presidencial n. 8.892, foi estabelecida a Comissão Nacional para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (CNODS), a fim de “[...] internalizar, difundir e dar transparência ao processo de implementação da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável no Brasil” (BRASIL, 2020). A CNODS era composta por representantes do governo no nível federal, estadual e municipal e por representantes da sociedade civil e do setor privado escolhidos por edital público (BRASIL, 2017).

No entanto, o CNODS foi extinto pelo Decreto n. 9.759, de 11 de abril de 2019 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) foram tornados interesses apenas da Secretaria Especial de Articulação Social (SEAS), da Secretaria de Governo da Presidência da República (SEGOV-PR), sem o caráter de colegiado que detinha na CNODS (BRASIL, 2019; BRASIL, 2019a).

Esses acontecimentos se mostram importantes diante do quadro de bem-estar humano no âmbito rural brasileiro, pois, ao realizar breve análise da situação de algumas de suas principais dimensões, a saber, renda, segurança alimentar e nutricional, educação e saúde, observa-se o seguinte:

1) a proporção da população abaixo da linha da pobreza internacional⁶ segundo a situação de domicílio rural era da ordem de 17,5% da população do campo, em 2018 (IBGE, 2020);

2) a insegurança alimentar⁷ (IA) tinha prevalência de 52,1% entre os moradores de domicílios rurais particulares, com incidência de 30,2% de IA leve, 13,5% de IA moderada e 8,4% de IA grave (IBGE, 2020);

3) a taxa de analfabetismo para maiores de 15 anos segundo a situação de domicílio rural era de 20,7% para pessoas pretas ou pardas e de 11% para pessoas brancas (IBGE, 2019); e

4) a porcentagem de domicílios rurais que não possuíam água encanada em pelo menos um cômodo era de 28,6%, enquanto 94,45% dos domicílios não possuíam banheiro ou sanitário e esgotamento sanitário por rede geral de esgoto ou pluvial, 66,7% dos domicílios não eram atendidos por coleta de lixo direta e 29,1% dos domicílios não estavam cadastrados em Unidade de Saúde da Família (IBGE, 2015).

Tais dados evidenciam que, presentemente, grandes contingentes da população rural brasileira vivenciam privações em dimensões básicas do bem-estar humano. Essa é uma situação complexa a ser equacionada pelos diversos atores sociais nela implicados, a qual não prescinde do entendimento das transformações históricas da economia brasileira e da conceituação do bem-estar para os grupamentos humanos inseridos na ruralidade, os quais são marcados por heterogeneidades econômicas e sociais (DEDECCA, 2012).

⁶ “Linha de 1,90 dólares por dia, convertidos pela a paridade de poder de compra (PPC-2011) de R\$1.66 por dólar” (IBGE, 2020).

⁷ “[...] na Insegurança Alimentar Leve (IA leve) há preocupação com o acesso aos alimentos no futuro e já se verifica comprometimento da qualidade da alimentação, ou os adultos da família assumem estratégias para manter uma quantidade mínima de alimentos disponível aos integrantes da família. Nos domicílios com Insegurança Alimentar Moderada (IA moderada), os moradores, em especial os adultos, passaram a conviver com restrição quantitativa de alimentos no período de referência. O nível de Insegurança Alimentar Grave (IA grave) significa que houve ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores, incluindo, quando presentes, as crianças” (IBGE, 2020a).

Levando em consideração tais heterogeneidades, esta pesquisa se ocupa do segmento das comunidades tradicionais rurais, cujo registro no Cadastro Único⁸ do governo federal, em maio de 2020, contava com 841.958 famílias. Neste número de famílias cadastradas estão incluídos comunidades indígenas, quilombolas, ciganas, de terreiros, extrativistas, de pescadores artesanais e ribeirinhos, das quais 54.963 famílias estavam em situação de pobreza e 631.401 em situação de extrema pobreza⁹ (BRASIL, 2020).

Concentrando-se nas comunidades extrativistas, a análise de dados do Cadastro Único, realizada por Lício e Direito (2017), revelava a seguinte situação de bem-estar humano: aproximadamente 70% das famílias nesta categoria viviam no campo; 90% delas eram pobres; pouco mais de 50% tinha ensino fundamental incompleto e aproximadamente 25% não tinha instrução; 70% eram negras e 25% eram indígenas; aproximadamente 70% tinha o abastecimento de água realizado por poço, cisterna ou outra forma, em vez da rede geral de distribuição; 80% utilizava como forma de escoamento sanitário fossa rudimentar, vala a céu aberto ou despejo direto em rio, lago ou mar; mais de 70% tinha o lixo queimado, enterrado, jogado em terreno baldio, rio, mar ou outro destino; aproximadamente 30% não tinha iluminação. Tais privações, em conjunto, faziam com que mais de 90% das famílias extrativistas não tivessem acesso simultâneo aos serviços básicos – abastecimento de água por rede geral de distribuição, escoamento sanitário por rede coletora de esgoto ou fossa séptica, coleta de lixo e iluminação elétrica.

Dados sobre bem-estar humano em comunidades de quebradeiras de coco babaçu no Piauí e no Maranhão evidenciam que as dinâmicas de estreitamento do espaço e a piora nas condições de reprodução socioeconômica e cultural dessas comunidades se manifestam na deterioração dos indicadores de bem-estar humano, tais como, alta taxa de analfabetismo e de compleição apenas do ensino fundamental; grande número de famílias sem-terra fixadas em terrenos de doação, não legalizados ou em sistema de arrendamento; baixíssimo acesso à água encanada e alta prevalência de esgoto a céu aberto; problemas de saúde relacionados à quebra do

⁸ O Cadastro Único “[...] é instrumento de identificação e caracterização socio-econômica das famílias brasileiras de baixa renda, a ser obrigatoriamente utilizado para seleção de beneficiários e integração de programas sociais do Governo Federal voltados ao atendimento desse público” (BRASIL, 2007a).

⁹ De acordo com o Decreto nº 10.852/2021, os valores referenciais de pobreza e extrema pobreza correspondem à renda mensal familiar per capita de até R\$105,00 e R\$210,00, respectivamente (BRASIL, 2021).

coco; significativa ocorrência de êxodo rural; quebra de coco como fonte exclusiva de renda do trabalho, complementada com rendas provenientes de programas governamentais de transferência de renda; recebimento de cestas básicas de entidades governamentais e não-governamentais, porém, quase sempre em quantidade insuficiente (SILVA; FERNANDES, 2013; ALBUQUERQUE *et al.*, 2011).

Portanto, observando a situação de baixo nível de bem-estar humano para as populações rurais de quebradeiras de coco babaçu, esta pesquisa se justifica pela importância do avanço do conhecimento sobre as dimensões do bem-estar humano como contribuintes à decisão, ao desenho e à implementação de políticas públicas de desenvolvimento com sensibilidade sociocultural para comunidades tradicionais rurais agroextrativistas. Este tipo de conhecimento tem também capacidade emancipatória, se utilizado pelas comunidades tradicionais como instrumentos de diagnóstico de situações de violência e pobreza, possibilitando a reivindicação de direitos. No âmbito da pesquisa, este trabalho comunica aos pares a emergência de que se discuta o bem-estar humano fora da chave urbana e que, além disso, este seja discutido a partir de uma perspectiva menos homogeneizante e colonizadora. Por fim, para este pesquisador, este trabalho criou condições para que sejam ampliadas as habilidades e conhecimentos teórico-metodológicos na pesquisa científica, assim como permitiu o aprofundamento em um tema de natureza interdisciplinar ligado ao mundo rural e ao desenvolvimento.

O esquema geral da dissertação é apresentado no Quadro 1.

Quadro 1 – Esquema da dissertação

CONTEÚDO	
CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO	▪ Apresentação do tema e do problema ▪ Objetivo geral e objetivos específicos ▪ Justificativa da pesquisa
CAPÍTULO 2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	▪ Formação social e histórica das comunidades rurais de quebradeiras de coco babaçu na região do Bico do Papagaio, Tocantins ▪ Conceituações de bem-estar humano ▪ Interseccionalidade nas relações sociais
CAPÍTULO 3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	▪ Condições pandêmicas ▪ Aspectos metodológicos gerais ▪ Delimitação do local de estudo ▪ Participantes ▪ Procedimentos de coleta de dados ▪ Procedimentos de análise de dados
CAPÍTULO 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES	▪ Identificação das participantes e de seus domicílios ▪ Extrativismo de coco babaçu ▪ Dimensões do bem-estar humano para as trabalhadoras extrativistas do babaçu ▪ Interseccionalidades nas relações sociais
CAPÍTULO 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	

Fonte: elaborado pelo autor.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A fundamentação teórica desta dissertação está dividida em três partes, diretamente relacionadas aos objetivos específicos descritos na introdução. Na primeira parte, “formação social e histórica das comunidades rurais de quebradeiras de coco babaçu na região do Bico do Papagaio, Tocantins”, é feita a caracterização das lutas das quebradeiras de coco babaçu, assim como, são mostrados os processos de formação do campesinato do qual fazem parte essas mulheres. Na segunda parte, “conceituações do bem-estar humano no âmbito rural/tradicional”, discute-se com maior aprofundamento os contornos da teoria das capacitações de Amartya Sen, além de serem discutidas as dimensões do bem-estar humano em âmbito rural. Na terceira e última parte, “Interseccionalidade nas relações sociais”, são apresentadas as noções de marcadores sociais das diferenças, incluindo a tradicionalidade, em cujo imbricamento são produzidas desigualdades e resistências sociais.

2.1 FORMAÇÃO SOCIAL E HISTÓRICA DAS COMUNIDADES RURAIS DE QUEBRADEIRAS DE COCO BABAÇU NA REGIÃO DO BICO DO PAPAGAIO, TOCANTINS

Dentro de uma visão da geografia humana e social, a formação de regiões territoriais relaciona-se diretamente com a chegada do elemento humano em um dado lugar, em um espaço físico, que vai por este sendo transformado em território. Neste sentido a região do Bico do Papagaio é aquela localizada no extremo norte do estado do Tocantins e que se fecha na confluência dos rios Tocantins e Araguaia (TOCANTINS, 2016)

Anteriormente habitada por indígenas¹⁰, a colonização da região norte de Goiás, na qual se inclui o Bico do Papagaio, inicia-se no século XVIII. Mineradores da Bahia, Pará, Maranhão e Piauí descobriram minas auríferas e formaram arraiais¹¹ ao longo do rio Tocantins entre 1730 e 1750. Portanto, a exploração dos recursos naturais

¹⁰ De acordo com Santos (2018), com base na análise de mapas históricos, as principais etnias identificadas ao norte de Goiás, no século XVIII, são a Xavante (noroeste) e a Akroá (nordeste). No século XIX, são identificadas na região as etnias: Apinajé; Neraquagé; Puxiti; Piecobigê; Ponecategê; Prurecamecran; Canacategê; Crurecamecran; Piocamecran; Aogê; Crangê; Botica; Carahós; Temembos ou Pepuxis.

¹¹ “Povoação temporária, formada em função de atividades extrativas, como garimpo etc.” (IDICIONÁRIO AULETE, s.d).

foi o ponto de partida para o processo de povoamento (ocupação extensiva e rarefeita das áreas de cerrado) de Goiás (TEIXEIRA NETO, 1982; ESTEVAM, 1997).

A época do ouro em Goiás foi breve, pois, após 50 anos, ainda no século XVIII, ocorreu sua decadência. Até então, a produção agropecuária era menos importante no cenário produtivo e se voltava a abastecer as minas com gêneros alimentícios, porque a extração do ouro era a principal atividade econômica da região. Porém, com a decadência do ouro, ocorre a expansão da produção agropecuária para a subsistência, baseada na força de trabalho familiar e no uso coletivo da terra. O campesinato que ocupava a região costumava plantar arroz, milho, mandioca e feijão, além de fazer o extrativismo da madeira e do babaçu (VELHO, 2009).

Contribuiu para a colonização da região a prática de agricultura de queimada, empregada pelos camponeses. Esse processo diminuía a fertilidade do solo, o que levava os camponeses a migrar para outras áreas ainda não ocupadas e de matas virgens, especialmente, se houvesse conflitos pela terra com fazendeiros e grileiros¹². No entanto, esse modelo de organização social começa a sofrer alterações de forma mais intensa a partir de 1930 com a construção de Goiânia, na década de 1940, com a construção de Brasília, no final da década de 1950, e com a construção da rodovia Belém-Brasília, iniciada no final da década de 1950 e inaugurada em 1974 (VELHO, 2009; FERRAZ, 2000).

Em 1937, Getúlio Vargas anuncia a “Marcha para o Oeste”¹³:

[...] lema cunhado pelo Estado Novo para se referir às medidas que preconizavam, visando ocupar e colonizar o interior do País, ou seja, a região do Planalto Central. Não se pode dizer, contudo, que a Marcha tenha consistido num programa de governo, no sentido de ter reunido um conjunto articulado de medidas e de políticas. A sua eficácia maior parece ter sido ideológica [...]. O lema da marcha reforçava o objetivo maior de reconstrução nacional do Estado Novo. (AZEVEDO, 1989, p. 93 *apud* SILVA; MELLO, 2013).

¹² “Segundo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA, 1999) “[...] toda a ação ilegal que objetiva a transferência de terras públicas para o patrimônio de terceiros constitui uma grilagem ou grilo, que tem seu início em escritórios e se consolida no campo mediante a imissão na posse de terras” (MORAES; SOUZA, 2022).

¹³ O anúncio da Marcha para o Oeste surge no contexto do final do período democrático, em 1937, com a instituição, em 1938, de um regime de inspiração fascista, o Estado Novo. O discurso de Getúlio Vargas era de teor ideológico e buscava legitimar o novo regime. As iniciativas incluíam povoamento, desenvolvimento econômico e modernização sociocultural do Centro Oeste (MACIEL, 1996 *apud* SILVA; MELLO, 2013).

Entre os resultados importantes da Marcha para o Oeste estão a criação da Fundação Brasil Central¹⁴ (FBC), em 1943, e a implantação das Colônias Agrícolas Nacionais¹⁵. As interpretações sobre os objetivos da Marcha para o Oeste incluem criar uma alternativa ao trabalhador nacional, sem o comprometimento da estrutura agrária do país; descongestionar a cidade, com o estímulo à emigração, ou seja, redistribuir a população; eliminar espaços ricos e “desocupados” os quais poderiam despertar apetites perigosos diante da pressão demográfica (DAYRELL, 1974)

Objetivava-se que o norte goiano, hoje Tocantins¹⁶, fosse integrado territorial e economicamente ao mercado nacional (FERRAZ, 2000), intenção continuada pelo Plano de Metas, de Juscelino Kubitschek, em 1958. Neste plano, a política de substituição de importações exigia a ampliação tanto da industrialização como do mercado consumidor interno, motivo por que buscou-se implantar uma infraestrutura de transportes e comunicações, a fim de dar cabo da Marcha para o Oeste, pois, com a crescente urbanização do país, houve aumento da demanda de alimentos e matérias-primas, além disso, o capital monopolista foi atraído para o campo. A resposta política a essas necessidades foi a introdução de incentivos fiscais

¹⁴ A FBC, segundo Maciel (2011), tinha como objetivo “desbravar e colonizar as zonas compreendidas nos altos rios Araguaia e Xingu e no Brasil Central e Ocidental.”, texto do ato de sua criação. De acordo com a autora, a finalidade da FBC era criar condições para a Expedição Roncador-Xingu de implementar sua finalidade de criar, no menor tempo possível, uma rota de comunicações (terrestre, aérea e de rádio-comunicação) entre o Rio de Janeiro, então capital federal, e Manaus (MACIEL, 2011).

¹⁵ “As Colônias Agrícolas Nacionais, entre elas a do Goiás, foram criadas para receber e fixar cidadãos brasileiros pobres, aptos para a agricultura, dentro daquele amplo programa de superação das carências do modelo brasileiro de desenvolvimento” (DAYRELL, 1975, p. 88).

¹⁶ Desde de 1736, há registros do movimento separatista do norte de Goiás, quando mineiros ameaçaram se ligar ao governo do Maranhão devido aos impostos mais altos praticados na região. Em 1821, o ouvidor da comarca do norte de Goiás, animado pela expectativa da independência do Brasil, a declarou independente com a justificativa de superar o atraso naquele território. Em 1849, houve o projeto do deputado Cruz Machado; que previa a divisão do Brasil em 22 províncias, entre elas a do Araguaia; em 1863, os deputados imperiais, Visconde de Taunay e Cardoso Menezes, propuseram divisão de Goiás em norte e sul; em 1889, o projeto Fausto Souza previu a divisão em Brasil em 40 províncias, entre elas a do Tocantins. Nenhum destes três projetos teve êxito. Na primeira metade do século XX, manifestações separatistas ocorreram nos municípios de Porto Nacional e Pedro Afonso, essas consideravam superar o atraso do governo e o aproveitamento das riquezas naturais com a criação do estado do Tocantins ou do território homônimo; porém encontraram oposição das lideranças políticas locais. Em 1956, irrompeu o movimento autonomista do norte goiano, conduzido pelo juiz Feliciano Machado Braga, que era imprescindível para a realização da Marcha para o Oeste, a criação do estado. Em 1960, a iniciativa separatista foi representada Casa do Estudante do Norte Goiano (CENOG) e pela Assembleia Legislativa estadual, as quais visavam o progresso econômico e sociopolítico do norte de Goiás, ideais esfriados pelo golpe de 1964. Com a Constituinte de 1966, Feliciano Braga solicitou ao governo federal a redivisão territorial do país, enquanto na Assembleia Estadual, o deputado Maranhão Japiassu apresentou requerimento de criação do estado do Tocantins. Já nos anos 1970, no Congresso Nacional, o deputado Siqueira Ramos defendia a criação do Território e Estado do Tocantins, uma vez que, em 1977, havia sido criado o Mato Grosso. A proposta foi retomada pelo deputado por meio de um projeto de lei, em 1983, para a criação do estado, o qual foi aprovado em 1985 e consagrado na Constituição de 1988 (CAVALCANTE, 1990).

aos latifundiários que se estabeleciam ao longo da nova fronteira, os quais expropriavam posseiros e/ou os tornava em trabalhadores diaristas (FERRAZ, 2000).

Salienta-se que tanto a Marcha para o Oeste como o Plano de Metas estavam em consonância com a colonização da Amazônia Legal. Exemplifica isso a criação da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), em 1953, cujos objetivos eram:

[...] investir de forma intensa no desenvolvimento da agricultura, acompanhada de uma política de colonização; além disso, incentivar a produção de carne bovina; implantar um sistema eficiente de transporte fluvial e construir rodovias; executar um amplo programa de saúde; incentivar o comércio das matérias-primas locais e ampliar a distribuição de recursos financeiros a quem quisesse investir na região. (RENHA, 2019, p. 90-91).

Segundo Kotscho (1982), a SPVEA foi uma máquina burocrática inoperante e corrupta cujo objetivo era promover incentivos e recursos a empresários do Sul na ocupação da região Norte. A SPVEA foi extinta em 1966 e substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) no mesmo ano pela mesma lei (Lei nº 5.173, de 27 de outubro de 1966).

Durante o governo militar, o objetivo da SUDAM, segundo Mechi (2016, p. 71-72), era “[...] o aprofundamento da participação do capital internacional no campo, para o avanço do capitalismo monopolista sobre áreas até então pouco ou nada exploradas “. Na prática, isso significou a destinação de terras e recursos a grandes grupos econômicos¹⁷, tais como, o Bradesco, o Banco Econômico, a Volkswagen, os Lunardelli, o que deu origem aos trágicos processos de grilagem, especulação e destruição organizada de famílias de posseiros na região do Bico do Papagaio (KOTSCHO, 1982).

A disputa por terras envolvia “[...] posseiros antigos e novos, fazendeiros tradicionais e grandes grupos econômicos, índios e grileiros, jagunços e funcionários de agências do governo, juízes e policiais, órgãos de segurança e pistoleiros, garimpeiros e unidades militares [...]” (KOTSCHO, 1982, p. 18). Os posseiros sofriam prisões arbitrárias, espancamentos, eram obrigados a assinar documentos que lhes prejudicava, tinham suas casas queimadas, eram assassinados ou vendiam suas

¹⁷ Santana *et al.* (2014) pontuam que a intervenção estatal em favor dos latifundiários teve como políticas mais importantes a de crédito rural, fonte quase ilimitada e com elevados subsídios; a de garantia de preços mínimos e a de comercialização.

terras a preços irrisórios, deixando o campo e ocupando as periferias das cidades (KOTSCHO, 1982).

No entanto, as transformações em curso não ocorreram sem resistências, pois, por influência da Igreja Católica, principalmente por meio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), criada em 1975, com a finalidade de assistir os posseiros, os trabalhadores rurais passaram a conhecer seus direitos, organizaram-se, momento em que foram criados diversos sindicatos de trabalhadores rurais, os quais pleiteavam a reforma agrária e o direito à posse de terra. Tais reivindicações, em 1980, fizeram com que o governo federal iniciasse processos de desapropriação de latifúndios e projetos de assentamentos na região. Neste ambiente de conflitos, a luta da mulher extrativista do babaçu passa a tomar contornos mais evidentes (SOUSA, 2015).

Segundo o Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA), a região ecológica do babaçu¹⁸ ocupa mais de 25 milhões de hectares e tem ocorrência nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins, Pará e Mato Grosso (MARIN; NOVAES; COSTA, 2018). Trata-se de uma zona de transição entre a floresta amazônica, o cerrado e a caatinga (MAY, 1990). Segundo Shiraishi Neto (2015), o extrativismo do babaçu é realizado por mais de 300 mil mulheres nessa região.

O trabalho extrativista do babaçu envolve a coleta do coco, sua quebra e a venda das amêndoas dele retiradas. Além disso, a casca do coco é utilizada para produzir carvão, o mesocarpo é utilizado para produzir farinha e as amêndoas são utilizadas para a produção de óleo, além disso, os produtos do babaçu são utilizados na produção de cosméticos. As partes das palmeiras também são utilizadas como a palha para cobertura de casas, os talos nas construções e produção de leite, e palmeiras mortas são utilizadas para adubo (FIGUEIREDO, 2005).

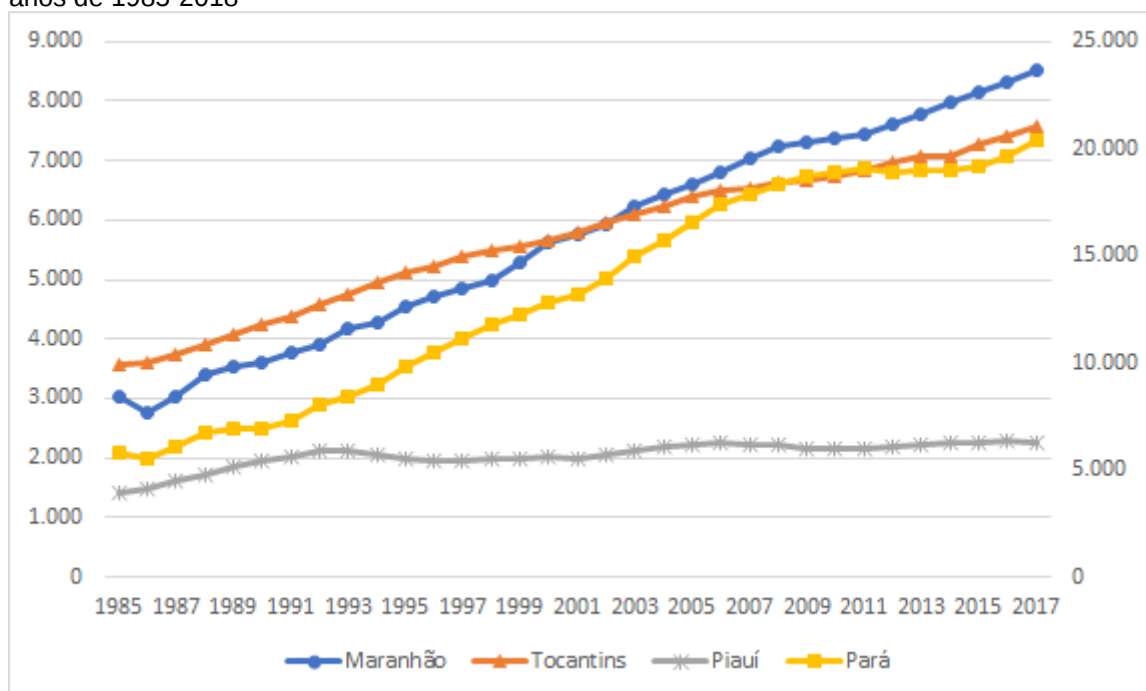
As mulheres que trabalham com o extrativismo do babaçu construíram e lutaram pela identidade de quebradeiras de coco babaçu de maneira lenta e processual a partir de 1990, quando se organizaram pela garantia de posse da terra, acesso e preservação das palmeiras de babaçu (BARBOSA, 2016). Essa organização ocorreu como reação ao processo de privatização das florestas, decorrentes da disponibilização, por parte do governo, das terras devolutas ao mercado, a partir de 1960, o que gerou apropriações ilegais por meio de grilagem (SHIRAISHI NETO, 2017).

¹⁸ Consultar “MAPA – Nova Cartografia Social dos Babaçuais – 2018” em: <http://novacartografiasocial.com.br/download/mapa-nova-cartografia-social-dos-babacuais/>.

Neste cenário, camponeses, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, os quais tinham a posse da terra e acesso aos recursos naturais, não foram reconhecidos pelo Estado nas leis de regularização fundiária. Isso levou a uma situação em que as terras devolutas estaduais fossem tituladas a algumas pessoas, famílias e mesmo empresas, gerando concentração fundiária, cercamento de espaços antes utilizados livremente, ainda à expulsão de moradores de seus locais de moradia e cultivo, o que produziu um exército de sem terras e sem acesso, no caso das quebradeiras, aos recursos que garante sua reprodução cultural e física (SHIRAISHI NETO, 2016).

Com isso, os governos estaduais e federais assentiram a extinção de muitas comunidades tradicionais, enquanto houve grande crescimento da pecuária extensiva e das monoculturas na região, como demonstrado nos gráficos 1 e 2 (VEIGA; PORRO; MOTA, 2011).

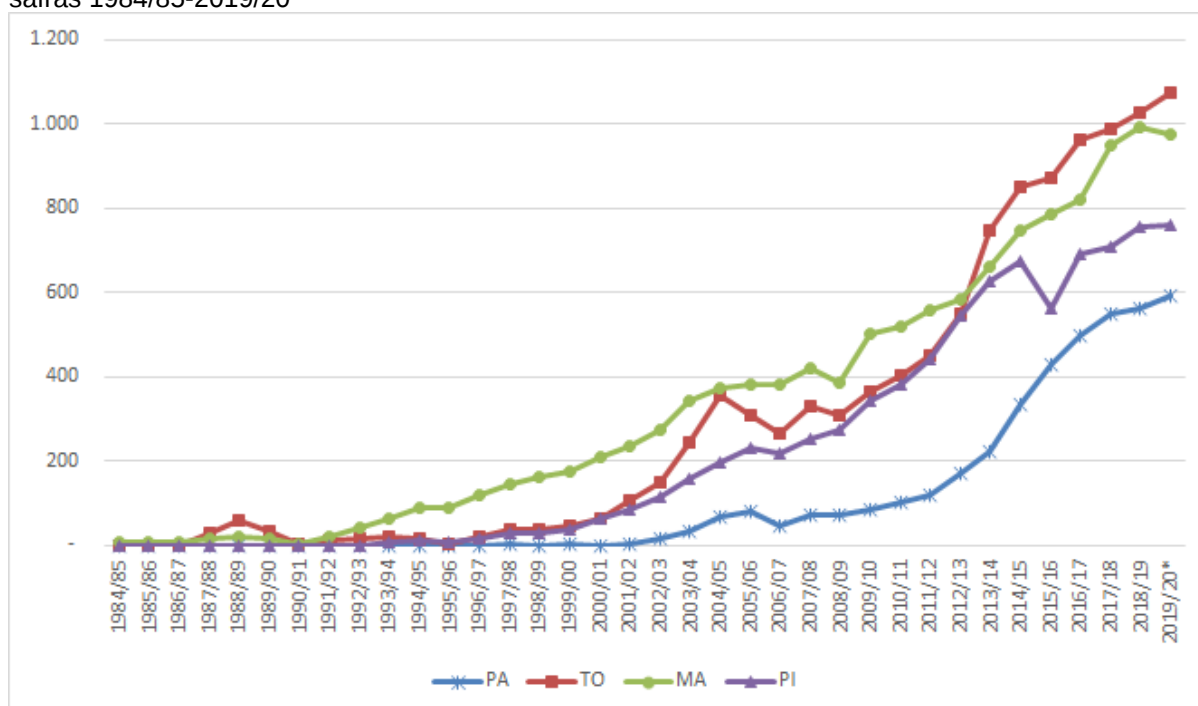
Gráfico 1 – Área de pastagem (mil hectares) nos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins nos anos de 1985-2018



O eixo do lado direito é utilizado para a leitura dos dados referentes ao estado do Pará. O eixo do lado esquerdo se refere aos demais estados (MA, TO, PI). A utilização de dois eixos permite que valores muito altos não suavizem as demais curvas.

Fonte: MAPBIOMAS (2020).

Gráfico 2 – Área plantada de soja (mil hectares) nos estados Maranhão, Piauí, Tocantins e Pará nas safras 1984/85-2019/20

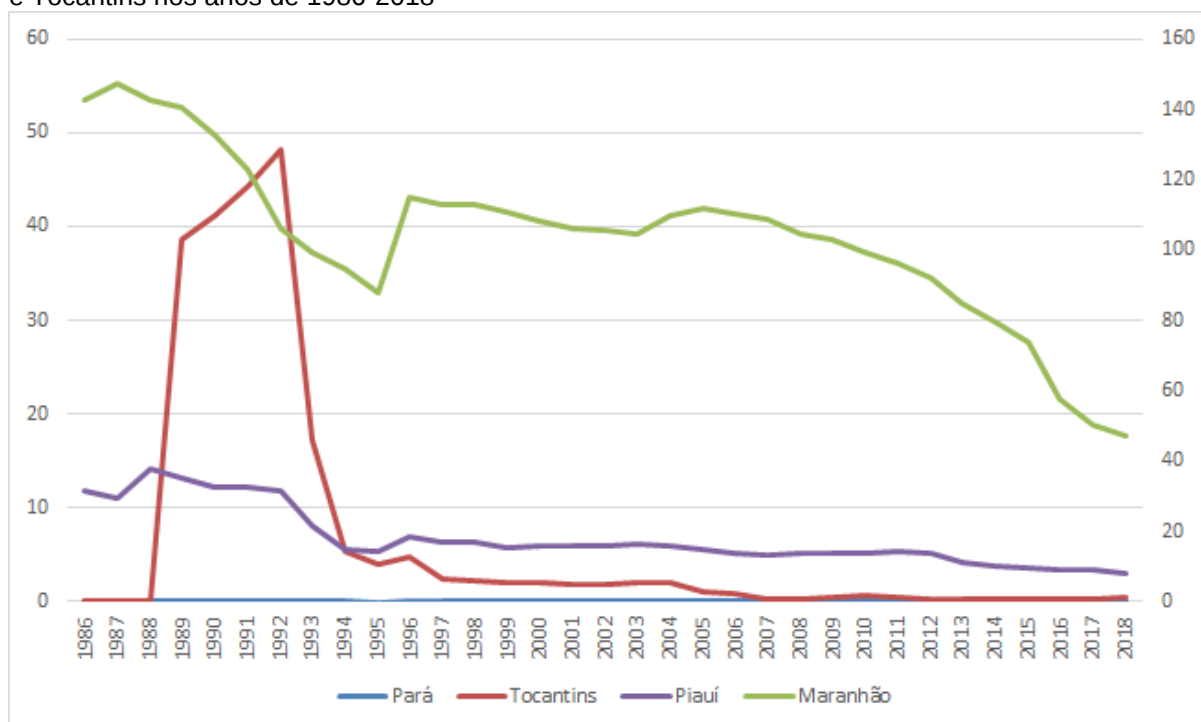


*Previsão

Fonte: CONAB (2020).

É importante salientar que a política de “colonização” da região estudada levou à situação em que a expressão econômica do babaçu (Gráfico 3) fosse se deteriorando ao longo dos anos e que, juntamente a isso, com a abertura do mercado brasileiro, o mercado de óleo de babaçu perdesse espaço para óleos como o de soja, de dendê, de palma e de palmiste, os quais apresentavam menores custos de produção e/ou importação (PORRO, 2019).

Gráfico 3 – Extração de amêndoas de babaçu (mil toneladas) nos estados do Maranhão, Piauí, Pará e Tocantins nos anos de 1986-2018



O eixo do lado direito é utilizado para a leitura dos dados referentes ao estado do Maranhão. O eixo do lado esquerdo se refere aos demais estados (TO, PI, PA). A utilização de dois eixos permite que valores muito altos não suavizem as demais curvas.

Fonte: IBGE (2020b).

No entanto, neste mesmo período, resistências locais começaram a emergir, tendo como pauta o impedimento das derrubadas de florestas de babaçus e a destruição de roças dos camponeses por fazendeiros, por meio da implantação de pastagens ou plantações em áreas de manejo das comunidades tradicionais. As resistências significaram, inicialmente, conflitos entre centenas de famílias camponesas contra a submissão aos grandes proprietários, seus vaqueiros, capangas, milícias privadas, entre outros. Como resultado disso, ocorriam mortes, ameaças e diversas outras violências, inclusive contra as mulheres no momento de coleta de coco, pois entravam em propriedades então privatizadas para realizar seu trabalho extrativista (RÊGO; ANDRADE, 2006).

Esta situação fortaleceu organizações estruturadas local e regionalmente, como Sindicatos de Trabalhadores Rurais (STR), os quais passaram a participar mais intensamente em mobilizações e mesmo em conflitos. Tal fortalecimento criou oportunidade para que as mulheres também – gradativamente – passassem a se associar aos STR. Neste mesmo período, outras organizações foram criadas e tiveram participação e direção das mulheres, como clubes de mães, Comunidades

Eclesiais de Base (CEB), clubes de jovens animados pela igreja católica e associações nos povoados (RÊGO; ANDRADE, 2006).

É nesta atmosfera que nasce o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB), pois, por meio de encontros sindicais, as quebradeiras passaram a reconhecer as necessidades e as reivindicações que possuíam em comum. Com isso, organizaram uma reunião, incluindo mulheres do Piauí, Maranhão, Tocantins e Pará, chamada de I Encontro Interestadual de Quebradeiras de Coco Babaçu, o qual ocorreu em São Luís, capital do estado do Maranhão, de 25 a 27 de setembro de 1991. Neste encontro, as mulheres fizeram a opção de criar um movimento de quebradeiras de coco babaçu, o qual passou a ser organizado em seis regionais: no Maranhão, na região do médio e alto rio Mearim, Baixada Maranhense, Imperatriz – MA; no estado do Piauí, em Esperantina – TO; em São Domingos do Araguaia – PA; e em São Miguel do Tocantins – TO (AYRES JÚNIOR, 2007).

No estado do Tocantins, especificamente na região dos municípios de São Miguel Tocantins, Sítio Novo, Axixá do Tocantins, Praia Norte, Carrasco Bonito e Buriti são registradas derrubadas de florestas de babaçu, compra dos cocos inteiros, venda de carvão do coco inteiro, envenenamento de pindovas (palmeira jovem), arrendamento do coco, trabalho infantil, violência contra as quebradeiras, ameaças de morte, impedimento de acesso aos babaçuais. Todos esses problemas interferem diretamente no bem-estar humano das quebradeiras de coco babaçu limitando sua reprodução socioeconômica e cultural (PNCSA, 2005).

Somam-se aos dilemas vivenciados pelas quebradeiras a não implementação, até os dias de hoje, da Reserva Extrativista (RESEX) Extremo Norte do Tocantins, localizada no município de Carrasco Bonito. Essa reserva foi instituída, em 1992, por meio de um decreto do então presidente da República, Fernando Collor, no ano em que o Brasil recepcionaria a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (ECO-92). Além dessa reserva extrativista de babaçu, outras três RESEX de babaçu foram criadas no Brasil: RESEX da Mata Grande, RESEX do Ciriaco e RESEX do Quilombo Frechal, as três no estado do Maranhão. No entanto, ao saberem da criação da RESEX do Extremo Norte do Tocantins, os fazendeiros da região de Carrasco Bonito elaboraram estratégias de evitar a ocupação e uso da reserva pelas quebradeiras e suas famílias, pois tinham medo de que a desapropriação não lhes pagasse o valor de mercado pela terra. Para tanto, se uniram com políticos locais e em Brasília e com funcionários públicos. Estes espalhavam

mentiras sobre a reserva às comunidades tradicionais na região, dizendo, especialmente, tratar-se de uma reserva apenas ecológica em que pessoas não poderiam entrar. Além disso, o grupo de fazendeiros também interpôs ações no Ministério Público a fim de extinguir o decreto de criação de RESEX, impediram funcionários do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) de realizarem avaliações das benfeitorias das propriedades para que a regularização fundiária ocorresse. Em 1993, os fazendeiros destruíram dois povoados que se encontrava dentro da RESEX (SOUSA; OLIVEIRA 2017).

Embora esses processos ocorressem para a não implementação da RESEX, as famílias, por meio da representação de extrativistas e trabalhadores rurais sindicalizados, buscaram compreender os benefícios RESEX para as comunidades tradicionais. Com isso, passaram a ser ameaçados de morte e a não conseguir empregos na região. Esse movimento de resistência foi importante, pois impediu que o processo de implementação da reserva fosse totalmente cancelado após vencidos os dois anos do decreto para a regularização fundiária, uma vez que enviaram cartas, ofícios e moções ao Ministério do Meio Ambiente (MMA), ao Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT) e ao Ministério Público Federal (MPF) a fim de impedir o processo de cancelamento da RESEX (SOUSA; OLIVEIRA 2017).

A demora da mobilização pela defesa da RESEX se deveu ao desconhecimento por parte dos povos tradicionais sobre o que se tratava esse tipo de área de conservação. Somente em 2001, com a atuação e mediação do MIQCB, do Sindicato dos Trabalhadores e das Trabalhadoras Rurais de Carrasco Bonito (STTR-CB), do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS) e da Comissão Pastoral da Terra (CPT) foi formada a Associação da Reserva Extrativista do Extremo Norte (ARENT) (SOUSA; OLIVEIRA 2017). Contudo, até a consolidação do texto final desta dissertação de mestrado, a referida reserva extrativista ainda não fora implementada.

A atuação das trabalhadoras extrativistas em instâncias de ação coletiva, tal como a ARENT, movimentos sociais, sindicatos, etc. tem colaborado com o acesso das quebradeiras a certas políticas públicas, entre elas:

Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) – compras públicas de alimentos oriundos da agricultura familiar; Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) – fornece alimentação escolar na educação pública com uma cota de 30% de produtos da agricultura familiar; e Política de Garantia de Preços Mínimos para os Produtos da Sociobiodiversidade (PGPM-Bio) – subvenção direta pela qual a Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) paga a diferença quando o valor da venda do babaçu é menor que o mínimo tabelado pelo órgão. (CARVALHO; MACEDO, 2023).

Por meio do MIQCB, por exemplo, as trabalhadoras reivindicam seus interesses e negociam condições perante o Estado, de forma a obter garantias de direitos, cidadania, reconhecimento e inclusão no mercado. O fazem por meio da disseminação de conhecimento entre as participantes, a fim de que tenham condições de assumir uma postura ativa no enfrentamento pela aquisição e fruição de seus direitos e autonomia perante o Estado (CARVALHO; MACEDO, 2023).

2.2 CONCEITUAÇÕES DO BEM-ESTAR HUMANO NO ÂMBITO RURAL/TRADICIONAL

Esta seção apresenta, em sua primeira parte, conceitos chave no entendimento da abordagem das capacidades a partir da obra Amartya Sen; já na segunda parte, tematiza-se o uso dessa abordagem na compreensão do bem-estar em âmbito rural e de comunidades tradicionais a partir de modelos desenvolvidos por diferentes pesquisadores.

2.2.1 Conceituações de bem-estar humano

O entendimento sobre desenvolvimento derivado da teoria das capacidades de Amartya Sen implica que para o atingimento desse não se deve basear mais em processos de industrialização e crescimento econômico, os quais reproduzem nos países subdesenvolvidos o que países industrializados fazem. O desenvolvimento passa a ser uma questão de ampliação das escolhas das pessoas em suas vidas no âmbito social, cultural e econômico. Nesse sentido, se a renda não pode captar com precisão a multidimensionalidade do desenvolvimento, é necessário que a atenção institucional seja empreendida em componentes que o desenvolvimento ainda é deficitário, orientando o investimento público para essas áreas e suas políticas públicas específicas, tais como a educação, a saúde e a eliminação de barreiras para que as minorias tenham maior participação na vida em sociedade (DENEULIN, 2006).

Uma parte importante da teoria de Sen é a ênfase no poder de agência dos indivíduos, tal que esses sejam suficientemente empoderados para escolherem suas prioridades e os meios para atingi-las, atuando como membro do público nas ações econômicas, sociais e políticas. Este poder de agência não tem paridade na teoria econômica de jogos, mas na seguinte acepção “[...] alguém que age e ocasiona a mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não segundo algum critério externo” (SEN, 2010, p. 34).

Enfatiza-se que, embora a concepção de desenvolvimento de Sen seja centrada na individualidade, nesta pesquisa, relativiza-se esta noção, pois compreende-se que a lógica das comunidades tradicionais, no geral, aqui incluídas as quebradeiras de coco babaçu, tem o “lugar” como ponto de partida em suas alternativas ao desenvolvimento hegemônico. Segundo Escobar (2001, p. 152):

[...] é impossível fornecer uma definição de lugar que funcione para todas as perspectivas. [...] lugar refere-se à experiência de uma localização específica com algum senso de limites, fundamentos e conexões com práticas cotidianas. [...] todos esses elementos são construídos e não apenas influenciados pelos processos baseados no lugar. Limites e conexões com lugares certamente não são naturais nem fixos, e embora os limites não existam em um sentido “real”, sua construção é um aspecto importante da produção ativa material e cultural do lugar por grupos de pessoas que, embora heterogêneos e diversos, compartilham o que Virilio (1997, 1999) chama de *hic et nunc* (aqui e agora) da prática social.

A partir do lugar é que surge o conhecimento local, este “[...] um modo de consciência baseado no lugar, uma forma específica do lugar (mesmo que não seja limitada ou determinada pelo lugar) de conferir significado ao mundo.” (ESCOBAR, 2001, p. 152). Nesse sentido,

[...] é importante aprender a enxergar as práticas culturais, ecológicas e econômicas baseadas no lugar como fontes importantes de visões e estratégias alternativas para a reconstrução de mundos locais e regionais, não importando o quanto elas possam ser influenciadas pelo “global”. Socialmente, é necessário pensar nas condições que podem tornar a defesa do lugar - ou, mais precisamente, de construções particulares do lugar e da reorganização que isso possa implicar - um projeto realizável. (ESCOBAR, 2001, P. 165).

Com isso, nota-se que a visão da construção e reconstrução do bem-estar humano é tanto endógena como coletiva. Portanto, embora o exercício da liberdade seja individual, as delimitações de sua construção contínua surgem no seio daqueles

a quem o bem-estar diz respeito como grupo. Portanto, localiza-se o bem-estar humano tendo como referencial os modos de vida das quebradeiras de coco babaçu.

Com esses importantes apontamentos, soma-se a teorização de Sen, a qual procura se desvencilhar das características utilitaristas imbuídas nas noções de desenvolvimento como crescimento econômico, quais sejam, a indiferença distributiva (ranqueamento por somatória), em que não importa as desigualdades na distribuição de felicidade, mas apenas sua magnitude agregada; o descaso com liberdades, direitos e outros elementos que não possam ser medidos pela utilidade (*welfarismo* e consequencialismo); e a visão do bem-estar individual sem considerar a capacidade de adaptação dos seres humanos às condições em que se encontram. Também podem ser adicionadas a essas características a comensurabilidade, em que todas as consequências de escolhas são avaliadas por determinada medida, e a unicidade, cujo entendimento é o de que todas as escolhas e suas consequências devam sejam julgadas por um único valor (SEN, 2010; DENEULIN, 2006; NUSSBAUM, 1995, 1997).

A alternativa de avaliação do bem-estar humano criada por Sen busca, diferentemente da abordagem utilitária, compreender o espaço das liberdades, em que cada pessoa é considerada como uma unidade. Isso corresponde a que o desenvolvimento seja uma função da expansão das liberdades fruídas pelas pessoas, por isso, o bem-estar humano é avaliado por três elementos específicos: 1) liberdade que as pessoas têm razões para escolher e valorizar; 2) a visão dos indivíduos é de que são sujeitos do desenvolvimento, de modo que sua agência individual é central para que esse ocorra; 3) a participação política é o caminho pelo qual os agentes buscam alcançar seu próprio desenvolvimento (SEN, 2010).

A liberdade a que Sen se refere diz respeito não aos bens a que as pessoas têm acesso, mas aos aspectos fundamentais da vida que um ser humano necessita ter acesso para viver. Em outras palavras, o bem-estar é avaliado em termos de funcionamentos (*functionings*), definido como o que as pessoas são ou fazem, por exemplo, ser saudável, ler, escrever, fazer parte da vida em comunidade, etc. Por outro lado, o que as pessoas são capazes de ser ou fazer é definido como capacidades ou capacitações (*capabilities*), isto é, se são capazes de ser ou fazer o que valorizam, o que poderia ser aumentado pela política pública ou o que pode expandir as políticas públicas devido à participação. Pode-se dizer que as capacitações são as oportunidades reais que as pessoas têm para levar ou atingir

determinado tipo de vida, enquanto os funcionamentos seriam um conjunto específico de condições de vida e diferentes realizações (SEN, 2010).

Diante dessas definições, o desenvolvimento deveria ser medido em termos de expansão das capacitações, ou seja, aferindo se as liberdades das pessoas estão sendo aumentadas. Isso envolve conhecer alguns componentes objetivos de bem-estar humano, independentes de suas preferências, mas também em termos de julgamentos subjetivos sobre o que torna a vida melhor. Um problema com os julgamentos subjetivos de preferências é que as pessoas ajustam suas preferências às situações. Contudo, a abordagem das capacitações avalia estados de coisas com valores intrínsecos, como ser saudável ou buscar conhecimento, coisas que são valorizadas e são objetivas no sentido de que fazem parte de uma concepção de desenvolvimento humano (SEN, 2010).

Sen (2010) não determina um conjunto de capacidades ou capacitações para uma boa vida, pelo contrário, essa definição é evitada deliberadamente quando o autor diz “capacidades que as pessoas têm razões para escolher e valorizar”, pois essas variam em importância a depender do contexto em que são avaliadas. Funcionamentos e capacitações precisam ser escolhidos de acordo com os valores particulares de dada sociedade e o mais importante não são as realizações em termos de bem-estar das pessoas, mas a liberdade que tem para atingi-las. Denuelin (2006) fornece um bom exemplo nesse sentido: um monge em jejum e uma criança passando fome podem experimentar níveis de desnutrição semelhante, mas o monge tem a capacitação de ser adequadamente nutrido enquanto que a criança não tem a liberdade de escolher se passa fome ou não.

Importa mencionar que a liberdade e a agência individual são circunscritas pelas oportunidades sociais, políticas e econômicas disponíveis, de maneira que o desenvolvimento a partir das capacitações requer uma abordagem que integre as instituições. Em outras palavras, os arranjos sociais são importantes para promover liberdades para os indivíduos, assim como os indivíduos são importantes para fazer promover arranjos sociais que possuam maior efetividade na promoção de liberdade. Contudo, os sujeitos do desenvolvimento continuam a ser os indivíduos os quais vivem suas vidas individualmente. Obviamente as vidas são interconectadas, mas não fundidas, mesmo em casos em que as satisfações obtidas na vida tenham proveniência ou dependência de interação com outros (SEN, 2010).

A essência do desenvolvimento proposto por Sen está fundada na habilidade que as pessoas têm de ajudarem a si próprias e influenciar o mundo ao seu redor. Diante disso, o debate público e as decisões de cunho democrático, o que é chamado pelo autor de “capacidade de participar na vida em comunidade”, é essencial, pois isso permite participar e tomar decisões sobre questões que afetam aquele que participa. Para que essa participação tenha sucesso, é necessário que haja liberdade democrática, a qual permite que sejam escolhidas as liberdades e os compromissos a serem promovidos na sociedade com base nos valores sociais dessa (SEN, 2010).

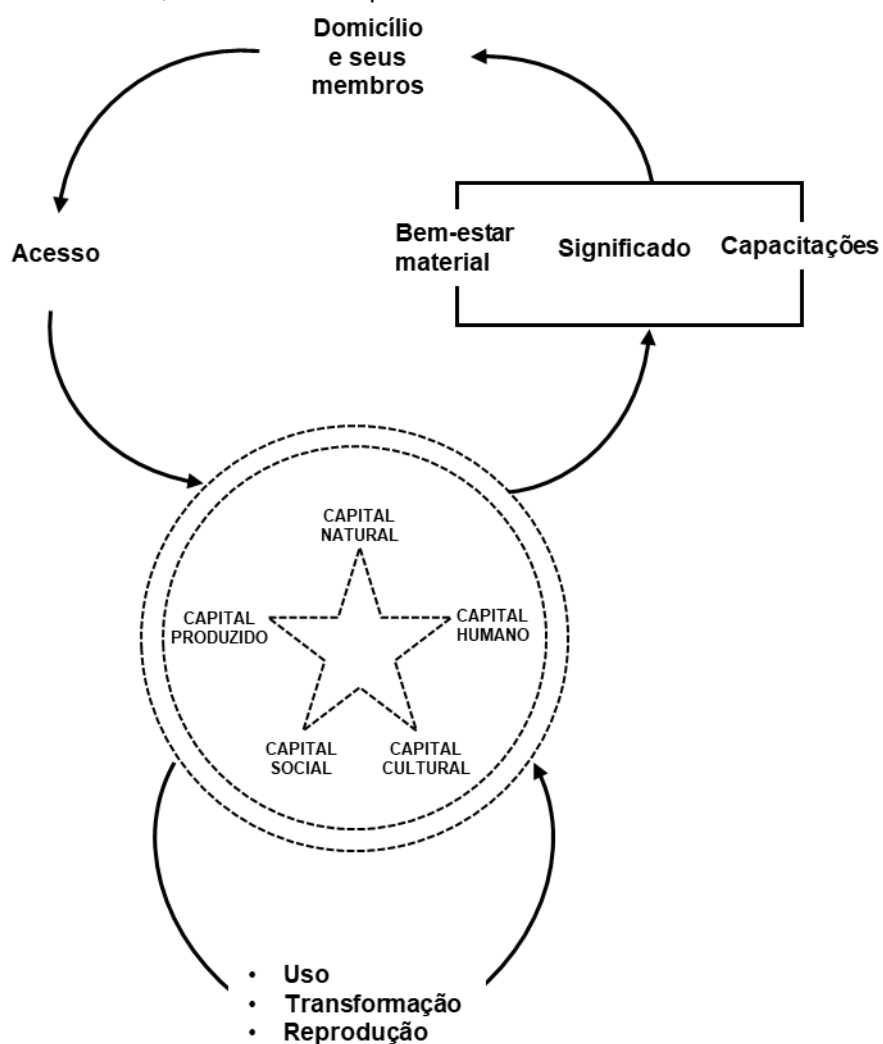
Alkire (2005) afirma que a força fundamental da abordagem das capacitações é a clareza sobre seus objetivos, qual sejam, os objetivos da justiça e da redução da pobreza que, por sua vez, são capazes de expandir as liberdades de pessoas que sofrem com privações a fim de que possam fruir aquilo que valorizam ser e fazer, isto é, ter acesso aos recursos e as condições de tomar decisões que são importantes a elas. Nesse sentido, a abordagem das capacitações funciona como uma chamada à ação ética, uma vez que não se limita a maneira como a pobreza ou a falta de liberdade são avaliadas, mas indica que sejam tomadas ações que removam os obstáculos às liberdades (DENEULIN, 2006).

Stiglitz; Sen e Fitoussi, (2009) evidenciam que o bem-estar pode estar refletido, entre outras dimensões, nas condições materiais de um indivíduo (renda, consumo e riqueza), saúde, educação, trabalho, participação política, conexões sociais, meio ambiente, segurança econômica e física, etc. No caso de famílias com residência rural, pesquisas indicam que práticas sociais e culturais são de grande importância na compreensão do bem-estar e da pobreza, não apenas o critério de renda. Além disso, é necessário ultrapassar a compreensão neoliberal e funcional-dualista sobre o bem-estar agrário cujo entendimento sobre o campesinato é o da viabilidade ou não-viabilidade em termos de seu rendimento ou da limitação de recursos governamentais para que ocupem espaço no orçamento (BEBBINGTON, 1999).

Nesse sentido, o autor desenvolve um modelo de análise do bem-estar rural (Figura 1) baseado no acesso das comunidades rurais a cinco ativos, considerando três elementos: 1) a maneira como combinam os ativos e os transformam a fim de construir meios de vida adequados às próprias necessidades materiais e de experiência; 2) as maneiras pelas quais são capazes de expandir a

base de ativos ao interagir com outros atores por meio de relações orientadas pela lógica do Estado, mercado e sociedade civil; e 3) a maneira como implantam e melhoram suas capacidades com a finalidade de conseguir seus meios de vida de forma mais significativa e transformativa das regras e relacionamentos que determinam como os recursos são controlados, distribuídos e transformados em fontes de renda (BEBBINGTON, 1999).

Figura 1 – Ativos, meios de vida e pobreza



Fonte: Bebbington (1999).

Importa mencionar que neste modelo de análise há a ênfase no capital social, compreendido como o acesso a recursos obtido por meio de relacionamentos na esfera de mercado, Estado e sociedade civil. Este recurso, embora seja extremamente importante, porque permite o acesso, a defesa e a transformação dos

demais recursos, é o menos tangível, por isso, menos compreendido (BEBBINGTON, 1999).

Tal ênfase é especialmente importante no caso da representação instituída pelos movimentos sociais de que participam as quebradeiras de coco babaçu, pois, ao considerar o coco como um recurso de acesso e uso comum, posicionam-se contra o coco preso – situação de impedimento pelos fazendeiros da exploração das florestas de babaçuais – defendendo perante o Estado e o mercado as “leis do babaçu livre”, as quais não permitem a derrubada das palmeiras existentes e afirmam a possibilidade de exploração do recursos pelas quebradeiras em propriedades privadas (PIZZIO; CECCHIN, 2015).

Como os recursos florestais 1) são essenciais para necessidades de subsistência, como madeira, combustível, medicamento, frutas e outros alimentos; 2) geram empregos, dão suporte à criação de animais, regulam a qualidade e o suprimento de água; 3) promovem outros serviços ecológicos, como habitat para animais selvagens, diversidade biológica, conservação do solo e sequestro de carbono, tais recursos são importantes nas vidas de pessoas dependentes da floresta (McCONNELL, 2008), de modo que a lógica da ação coletiva pauta as estratégias da comunidade tradicional na rejeição da hipótese de racionalidade individualista no acesso e no uso comum do capital natural, o qual é contingente às regras culturais, inter e intrafamiliares, entre gêneros e gerações, em geral, em contexto de resistência (PORRO; MOTA, SCHMITZ, 2010).

Contribuições expressivas, além da fornecida pelo modelo de Bebbington, têm sido feitas quanto à avaliação do bem-estar humano em âmbito rural. Este é o caso do Índice de Condições de Vida (ICV) que, partindo da perspectiva de desenvolvimento territorial rural, levanta informações sobre a percepção de diversos indicadores nas dimensões social, ambiental, cultural, político-cultural e econômica (Quadro 2). Essas dimensões, por sua vez, são referentes aos conceitos de liberdade de escolha elaborados por Amartya Sen, a saber: titulações (meios para atingir fins, isto é, fazer escolhas as quais são mediadas por normas legais, políticas e econômicas); funcionamentos (objetivos de fazer ou ter valorizados pelas pessoas, como estar bem nutrido, ser saudável, feliz, viver em comunidade, ter respeito próprio, etc.) e capacidades (liberdade substantiva de levar o estilo de vida desejado com diferentes funcionamentos) (PERAFÁN; WALTER, 2016).

Quadro 2 – Instâncias e indicadores de desenvolvimento rural e das condições de vida das famílias rurais

Instâncias	Indicadores
Fatores que favorecem o desenvolvimento (titulações)	Mão de obra familiar em atividade dentro ou fora da unidade
	Área da unidade de produção familiar
	Escolaridade
	Condições da moradia
	Acesso a mercados
	Acesso a políticas públicas (Pronaf, bolsa-família, ...)
	Acesso a crédito e assistência técnica
	Presença de instituições que favorecem o desenvolvimento rural
Características do desenvolvimento (elementos de conversão)	Renda familiar
	Produtividade do trabalho
	Produtividade da terra
	Diversificação da produção agrícola
	Pluriatividade, diversificação nas fontes de renda familiar
	Uso e preservação dos recursos naturais: água
	Uso e preservação dos recursos naturais: solo
	Uso e preservação dos recursos naturais: vegetação nativa
Efeitos do desenvolvimento (capacitações e funcionamentos)	Estar bem alimentado / nutrido
	Ter boa saúde
	Permanência dos membros da família da unidade de produção
	Percepção sobre as mudanças na situação econômica da família
	Percepção sobre as mudanças na situação ambiental da unidade
	Participação social (cooperativas, associações)
	Participação política (eleições, conselhos, assembleias)
	Participação cultural (grupos de expressão cultural, outras atividades)

Fonte: Perafán; Walter (2016).

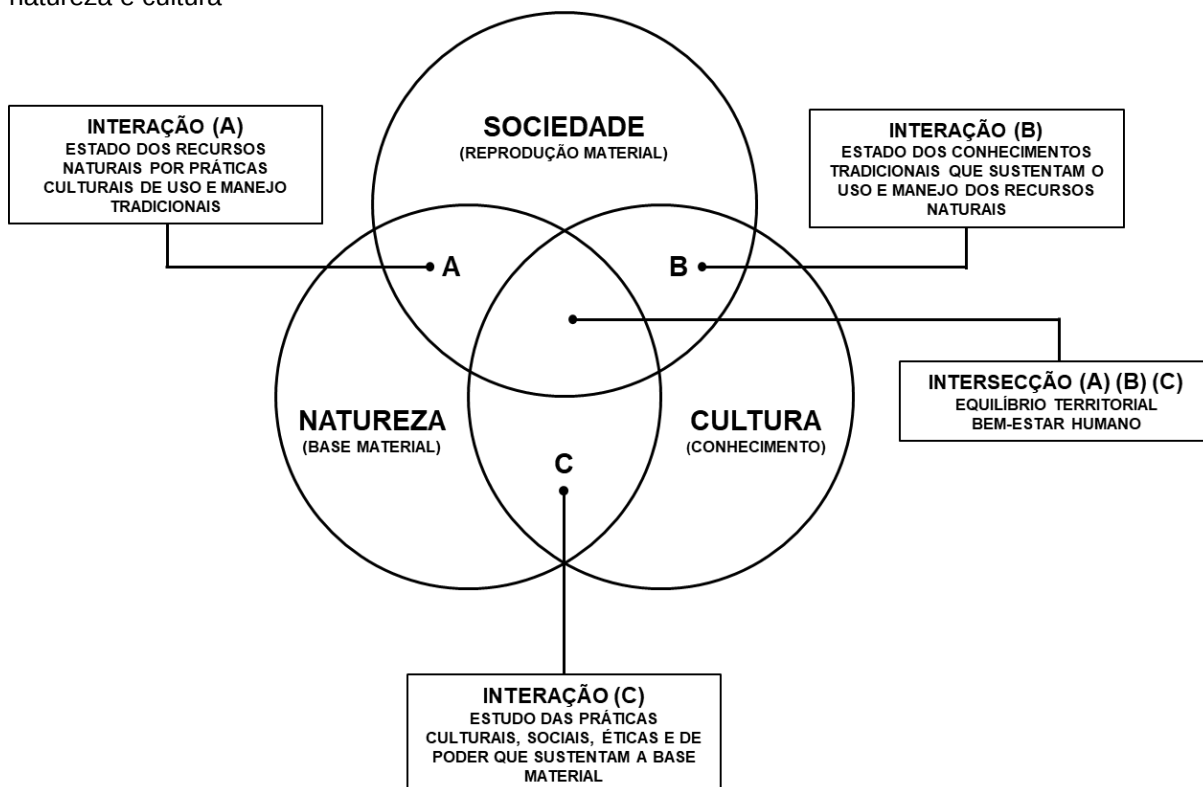
No entanto, o ICV não contempla elementos da especificidade da categoria rural de comunidades tradicionais. Nesse sentido, um avanço importante é feito pelas pesquisas realizadas no Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas (SINCHI) com o desenvolvimento dos *Indicadores de Bienestar Humano Indígena* (IBHI).

Valendo-se também da abordagem das capacidades, as dimensões do bem-estar humano neste modelo têm como fundamento os conceitos *Sumak Kawsay* e *Suma Qamaña*, surgidos entre o povo *kichwa* e o *aymara*, respectivamente. Tais conceitos podem ser traduzidas como bem viver e viver bem e se relacionam a um estilo de vida de complementaridade entre os povos, as forças da natureza e o sobrenatural. Tratam-se de propostas indianistas que se manifestaram em oposição ao colonialismo e ao neoliberalismo, em meio a crises econômicas, sociais e políticas, durante os processos constituintes do Equador e da Bolívia, propostas as quais espalharam-se pela América Latina e pela Europa, posteriormente, criando diferentes vertentes do bem viver (TORRES-SOLIS; RAMÍREZ-VALVERDE, 2019).

Nestes conceitos, é central que existam condições materiais e espirituais de levar a vida em harmonia com a natureza, incluindo, portanto, a medição de condições objetivas, como riqueza, poder, comodidades, tempo livre, acesso a serviços de saúde e educação, mas também a medição de condições subjetivas, como prazer, felicidade, desejos, anseios, planos de vida, etc. Em outras palavras, o modo de vida indígena é holístico e o bem-estar dele advindo requer equilíbrio territorial com o ecossistema, fundando-se nos seguintes eixos: base natural de recursos ativos participantes da vida indígena; reprodução material da sociedade indígena por meio dos conhecimentos tradicionais de sujeitos indígenas; e reprodução cultural, individual e coletiva que garanta a vida (Figura 2). Objetivamente, o IBHI avalia a capacidade de controle coletivo do território; a capacidade de agência cultural autônoma; a capacidade de autonomia alimentar; e a capacidade de um ambiente tranquilo, dimensões cuja aferição é realizada por meio de diversos indicadores (ACOSTA *et al.*, 2020).

Porém, este indicador e suas dimensões de bem-estar humano não podem ser simplesmente transpostos à realidade das comunidades rurais agroextrativistas de quebradeiras de coco babaçu porque se referem à realidade indígena especificamente. É necessário antes que se avaliem tanto a conceituação de comunidades tradicionais, no geral, como o percurso histórico que constituiu a comunidade de quebradeiras de coco babaçu, em específico, a fim de compreender como interagem com os recursos que precisam para manter seu modo de vida.

Figura 2 – Natureza holística do conhecimento tradicional, produto da interação entre sociedade, natureza e cultura



Fonte: Acosta (2020).

A seção seguinte se ocupa do levantamento das dimensões de bem-estar relevantes para comunidades locais em âmbito rural, evidenciando as capacitações elencadas por comunidades em diferentes partes do mundo quanto à contribuição de tais dimensões na expansão de liberdades.

2.2.2 Dimensões do bem-estar humano em âmbito rural

As dimensões do bem-estar humano no âmbito rural foram obtidas por meio de uma revisão sistemática de literatura (RSL) cujos estágios e fases são descritos no Quadro 3.

Quadro 3 – Estágios da revisão de literatura empreendida

Estágios da revisão	Fases	Descrição
Planejamento	0 – Necessidade da revisão	Levantamento teórico sobre o tema de bem-estar humano em âmbito rural/tradicional para a estruturação da dissertação
	1 – Proposta de revisão	Identificar as dimensões do bem-estar humano no âmbito rural/tradicional.
	2 – Protocolo de revisão	Palavras-chave: bem-estar humano; comunidade rural; camponês; <i>rural livelihood</i>

		<i>String</i> de busca: (“human well-being” OR “human welfare” OR “bem-estar humano” OR “bienestar humano”) AND (“traditional community” OR “rural community” OR “rural livelihood” OR “peasant” OR “comunidade tradicional” OR “comunidade rural” OR “campones” OR “comunidad tradicional” OR “comunidad rural” OR “campesino”) Estratégia de busca: - Período: indefinido - Tipo de literatura: artigos em periódicos revisados por pares - Idiomas: português, espanhol, inglês - Artigos com acesso aberto - Período da busca: dez. 2020 - Software de apoio: State of the Art Through Systematic Review (StArt) (lapes.dc.ufscar.br)
Condução	3 – Identificação da pesquisa	Bases de dados: Scielo, Scopus, Web of Science, Proquest.
	4 – Seleção de estudos	Os critérios de inclusão e exclusão foram aplicados nas seguintes etapas: 1) Leitura do título, resumo e palavras-chave 2) Leitura de introdução e conclusão/considerações finais 3) Leitura completa do artigo Critérios de inclusão: - Referir-se aos temas bem-estar humano e comunidades rurais/tradicionais concomitantemente Critérios de exclusão: - Tratar apenas de bem-estar humano, sem fazer referência às comunidades rurais/tradicionais - Tratar apenas de comunidades rurais/tradicionais, sem fazer referência ao bem-estar humano - Não tratar de bem-estar humano nem de comunidades rurais/tradicionais - Abordar o bem-estar humano e as comunidades rurais, mas não contribuir para o objetivo da pesquisa - Não atender os requisitos de tipo de literatura e idioma - Artigos repetidos - Avaliação da qualidade dos estudos

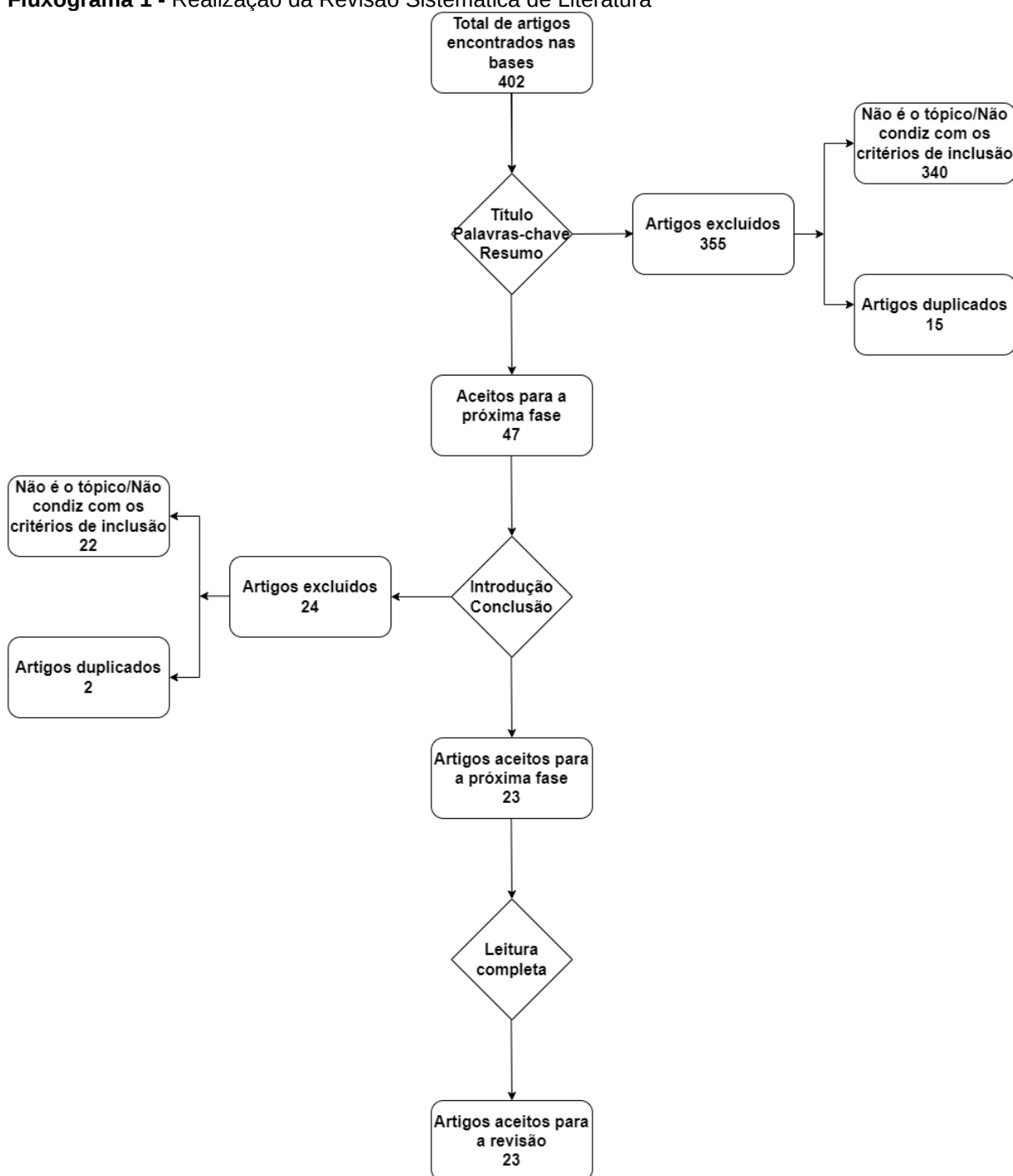
	5 – Avaliação da qualidade dos estudos	Sensibilidade contextual ¹⁹ ao âmbito rural e <i>h-index</i> ²⁰
	6 – Extração de dados e monitoramento do progresso	Os artigos recuperados na busca foram classificados de acordo com a base a partir da qual foram obtidos segundo o seguinte status de extração: - Total - Aceitos - Rejeitados - Duplicados
	7 – Síntese dos dados	Evidenciar as dimensões de bem-estar humano em âmbito rural
Relatórios e divulgação	8 – Relatório e recomendações	Compõe a fundamentação teórica da dissertação
	9 – Transformação da evidência em prática	Dados obtidos por meio da revisão foram utilizados como subsídio para o desenvolvimento do instrumento de coleta de dados

Fonte: elaborado pelo autor.

Tendo como referência o Quadro 1, o processo de identificação dos estudos a serem avaliados nesta RSL seguiu o protocolo de revisão exposto na fase 2, o qual foi aplicado nas bases referidas na fase 3. A seleção dos artigos levou em consideração os critérios de inclusão e exclusão, constantes na fase 4, além dos critérios de avaliação da qualidade presentes na fase 5. As etapas de identificação, seleção e extração obedeceram a classificação dos estudos presente na fase 6. A síntese dos dados extraídos dos artigos para a leitura completa foi orientada pelos critérios presentes na fase 7. Os processos citados são esquematizados na Fluxograma 1.

¹⁹ Tranfield; Denyer e Smart (2003) afirmam que alguns dos critérios qualitativos utilizados para a avaliação em revisões sistemáticas são: a significação subjetiva apreendida pelos sujeitos a respeito do fenômeno pesquisado; a sensibilidade contextual da pesquisa; a estratégia de obtenção da amostra, se firmada na diversidade de contextos e significados buscados pelo estudo; a qualidade dos dados, se provêm de diferentes fontes as quais tenham compreensão do objeto estudado; a adequação teórica, se o pesquisador mostra o trajeto entre os dados e a interpretação; e a generalizabilidade, e as afirmações decorrem da lógica ou teoria presentes nos dados.

²⁰ O *h-index* mede o peso das citações do periódico de acordo com o prestígio do periódico citante, levando em consideração a proximidade temática tanto do periódico citado como do periódico citante (GUERRERO-BOTE; MOYA-ANEGÓN, 2012).

Fluxograma 1 - Realização da Revisão Sistemática de Literatura

Fonte: elaborado pelo autor.

Os artigos a partir dos quais foram extraídas as informações sintetizadas como resposta ao objetivo de pesquisa são apresentados no Quadro 4, no qual constam o título, autores, ano, periódico e o H-index da publicação.

Quadro 4 – Artigos selecionados para leitura completa e extração de dados

Id.	Título	Autores	Ano	Periódico	H-index
1	Investigating causal relationship between social capital and Microfinance. Implications for rural development.	AKRAM, S.; ROUTRAY, J. K.	2013	International Journal of Social Economics	37
2	Saúde ambiental no campo: o caso dos projetos de desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais do Estado de São Paulo	ALVES FILHO, J. P.; RIBEIRO, H.	2014	Saúde e Sociedade	18
3	Indicadores de sustentabilidade na Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Piranha, Manacapuru, Amazonas, Brasil	ANDRADE, A. L. M.	2007	Acta Amazonica	27
4	Social-Ecological Processes and Impacts Affect Individual and Social Well-Being in a Rural Western U.S. Landscape	BRYMER, A. L. B.; TOLEDO, D.; SPIEGAL, S.; PIERSON, F.; CLARK, P. E.; WULFHORST, J. D.	2020	Frontiers in Sustainable Food Systems	6
5	Traditional ecological knowledge and medicinal plant diversity in Ecuadorian Amazon home gardens	CABALLERO-SERRANO, V.; MCLAREN, B.; CARRASCO, J. C.; ALDAY, J. G.; FIALLOS, L.; AMIGO, J.; ONAINDIA, M.	2019	Global Ecology and Conservation	27
6	Ecotourism as a multidisciplinary conservation approach in Africa	CHEUNG, H.	2015	Therya	5
7	From the Moral Limits of Markets to the Moral Limits of Welfare	CURCHIN, K.	2015	Journal of Social Policy	61
8	Merging capabilities and livelihoods: analyzing the use of biological resources to improve well-being	LIENERT, J.; BURGER, P.	2015	Ecology and Society	131
9	The Water–Energy–Food Nexus as a Tool to Transform Rural Livelihoods and Well-Being in Southern Africa	MABHAUDHI, T.; NHAMO, L.; MPANDELI, S.; NHEMACHENA, C.; SENZANJE, A.; SOBRATEE, N.; CHIVENGE, P. P.; SLOTOW, R.; NAIDOO, D.; LIPHADZI, S.; MODI, A. T.	2019	International Journal of Environmental Research and Public Health	92
10	How are healthy, working populations affected by increasing temperatures in the tropics? Implications for climate change adaptation policies	MASUDA, Y. J.; CASTRO, B.; AGGRAENI, I.; WOLFF, N. H.; EBI, K.; GARG, T.; GAME, E. T.; KRENZ, J.; SPECTOR, J.	2019	Global Environmental Change	162
11	Identifying and assigning values to the intangible cultural benefits of ecosystem services to traditional communities in South Africa	MOWAT, S.; RHODES, B.	2020	South African Journal of Science	59
12	Perceptions of ecosystem services provision performance in the face of climate change among communities in Bobirwa sub-district, Botswana	MUGARI, E.; MASUNDIRE, H.; BOLAANE, M.; NEW, M.	2019	International Journal of Climate Change Strategies and Management	18

13	Bienes comunes y organización social: la experiencia actual de las comunidades mapuches en Chile	MUÑOZ, C. J. M.; TREGGIARI, F.	2019	Revista de Derecho	7
14	Building resilience against food insecurity through social networks. The case of rural farmers in Oyo State, Nigeria	OLAWUYI, S. O.	2019	International Journal of Social Economics	37
15	La estrategia de diversificación del sustento y el turismo en el medio rural. El caso del Camino de las Topiarias, Flores y Aromas, Brasil	PADILHA, A. C. M.; SOUZA, M.; VASCONCELOS NETO, A. G.; WITTMANN, M. L.	2017	Estudios y Perspectivas en Turismo	-
16	Ecosystem Services and Human Well-Being: A Participatory Study in a Mountain Community in Portugal	PEREIRA, E.; QUEIROZ, C.; PEREIRA, H. M.; VICENTE, L.	2005	Ecology and Society	131
17	Comunidades tradicionais em áreas litorâneas da Amazônia: estudo sobre desenvolvimento local em Vila Mota, Pará, Brasil	PINHEIRO, J. O. C.; DARNET, L. A. F.	2014	Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas	8
18	Tensiones y contradicciones en la intervención gubernamental para la promoción de la lactancia materna	RODRÍGUEZ, R. M. R.; GONZÁLEZ, M. G. H.	2017	Salud Colectiva	11
19	Traditional people, protected areas and tourism: a 15-year Brazilian case study of cultural change	SINAY, L.; SINAY, M. C. F.; CARTER, R. W. B.; PASSOS, F. V. A.	2019	Ambiente & Sociedade	16
20	Interactions of social, natural, and technological subsystems and synergy between development and adaptation to floods around Poyang Lake	TIAN, Q.; JIANG, L.; LEMOS, M.; QI, S.	2018	Annals of GIS	25
21	Agroecosistemas tradicionales nuntaha'yi en la Reserva de la Biósfera Los Tuxtlas, Veracruz, México	VÁSQUEZ, Y. A.; BARRERA, L. C.; FERNÁNDEZ, M. A.	2019	Región y Sociedad	-
22	Well-being and conservation: diversity and change in visions of a good life among the Maasai of northern Tanzania	WOODHOUSE, E.; MCCABE, J. T.	2018	Ecology and Society	131
23	The prospects of decentralised solar energy home systems in rural communities: User experience, determinants, and impact of free solar power on the energy poverty cycle	YADAV, P.; DAVIES, P. J.; SARKODIE, S. A.	2019	Energy Strategy Reviews	28

Fonte: elaborado pelo autor.

A seguir são apresentadas as dimensões observadas nos artigos cuja leitura foi realizada por completo. Cada uma das dimensões são referentes a conceitos de liberdade de escolha elaborados por Amartya Sen, a saber: titulações (meios para atingir fins, isto é, fazer escolhas as quais são mediadas por normas legais, políticas e econômicas); funcionamentos (objetivos de fazer ou ter valorizados pelas pessoas, como estar bem nutrido, ser saudável, feliz, viver em comunidade, ter respeito próprio, etc.) e capacidades (liberdade substantiva de levar o estilo de vida desejado com diferentes funcionamentos) (SEN, 2010).

2.2.2.1 Interconexões das dimensões de bem-estar

De acordo com Lienert e Burger (2015), a pobreza e as medidas de alívio a pobreza se deparam com algumas afirmações amplamente aceitas entre os estudiosos do tema: 1) a subsistência está fortemente baseada em recursos biológicos disponíveis; 2) tais recursos são utilizados excessivamente, o que leva ao estresse dos ecossistemas e à perda da biodiversidade; 3) as duas primeiras afirmações confluem para soluções conflituosas, uma vez que o alívio da pobreza requer o uso de recursos biológicos e a perda biodiversidade requer a conservação; 4) a renda é um indicador de pobreza, mas é inadequado para analisar o bem-estar.

Diante de tais conflitos, os autores propõem que se analise a pobreza e o bem-estar pela fusão da “abordagem das capacidades” com a “abordagem de modo de vida sustentável”, a fim de identificar as estratégias dos indivíduos na otimização do uso dos recursos naturais. Com a primeira, pode-se perceber a demanda por compensação de capacidades faltantes e de liberdades relevantes, a fim de abolir privações. Por outro lado, é possível compreender como as comunidades rurais têm expandido seu espaço de liberdade ao utilizarem determinado recurso para suprir a ausência ou a deficiência de outro recurso. Tal compensação torna o capital utilizado num valor moral, por exemplo, a falta de capital financeiro faz com que o capital social e o natural sejam importantes, de modo que a família e a floresta sejam consideradas por seus valores intrínsecos (LIENERT; BURGER, 2015).

Portanto, vê-se que a criação de capacidades é intimamente dependente dos capitais existentes, tal que a criação de estratégias para estabelecer o modo de vida de determinada comunidade se ampara sobre os capitais a que tem acesso, a fim de explorá-los, mantê-los e ampliar a base de acesso aos recursos sustentavelmente. A partir do estudo de uma comunidade no Nepal, os autores

evidenciam como o uso de plantas aromáticas e medicinais e de produtos florestais não madeireiros contribui com a ampliação de outros recursos, tais como, alimentação e nutrição, criação de gado, geração de energia, de renda, cuidados com a saúde, etc. (LIENERT; BURGER, 2015).

No entanto, o aproveitamento dos recursos pelas comunidades rurais nem sempre é tão simples, pois mudanças nas condições ecológicas e econômicas alteram o acesso a recursos importantes. Mudanças como o aumento populacional, o constrangimento da movimentação pela divisão de povoados, o aumento da pressão sobre os recursos, a criação de áreas protegidas, as concessões de recursos à iniciativa privada, a ampliação do número de latifúndios monocultores, as mudanças climáticas, etc. levam a que pessoas e comunidades desenvolvam estratégias de diversificação para fazer a gestão do risco, estratégias as quais precisam ser conhecidas pelas perspectivas das próprias comunidades que, por sua vez, apresentam suas próprias concepções de bem-estar (WOODHOUSE; MCCABE, 2018).

Buscando entender as concepções de bem-estar em sua interface com as decisões de modo de vida entre os povos Maasai, Woodhouse e McCabe (2018) realizaram uma pesquisa em quatro dessas comunidades no distrito de Simanjiro, na Tanzânia. Os resultados mostraram que há diversas diferenças nas ideias de bem-estar dos homens, de acordo com sua idade. Homens mais jovens têm como foco a agricultura, a diversidade na obtenção dos modos de vida, bens materiais, autonomia individual e famílias menores. Para os homens mais velhos, são mais importantes os significados culturais associados com o pastoralismo, de modo que mudanças nessa tradição impactam seu bem-estar subjetivo.

A população feminina tende a definir seu bem-estar de forma relacional. Isso ocorre porque as mulheres Maasai estão em posição de menor poder na sociedade – o que pode variar de acordo com o nível educacional, de riqueza e idade –, tal que os ganhos e perdas podem ser expressivos em termos de relacionamento. Todavia, diversificações do modo de vida feminino têm permitido maior grau de independência econômica e poder, por exemplo, por meio de negócios próprios (WOODHOUSE; MCCABE, 2018).

No que tange aos bens materiais, o bem-estar do povo Maasai considera a posse de gado mais importante como um aspecto de dignidade do que como um recurso, ou seja, a importância deste elemento é cultural e social. Por outro lado,

injustiças históricas criaram inseguranças no povo, os quais redesenharam suas prioridades em função da posse de terra, da produção agrícola e da educação, prioridades as quais trazem implicações para a conservação do meio ambiente. Contudo, as condições dessas mudanças de prioridades e as preocupações de segurança não têm afetado as políticas públicas de conservação, cujas características *top-down* falham em compreender noções fundamentais de dignidade humana e de bem-estar (WOODHOUSE; MCCABE, 2018).

Woodhouse e McCabe (2018) relatam que embora o povo Maasai valorize a unidade, seu capital social tem sido minado pela privatização de terras, aumento da riqueza e individualismo; além disso, a fragmentação de terras por áreas privadas e protegidas contribuiu para uma paisagem de mosaico, não mais fluída, em que relações de poder desiguais e individualizadas prevalecem. Tal situação diminui a capacidade de ações coletivas no enfrentamento de vulnerabilidades socioecológicas.

Os diversos conflitos envolvendo a terra, sublinham que a comida, a água e a energia são recursos vitais para o bem-estar, redução da pobreza e desenvolvimento sustentável, recursos que devem ser cada vez mais demandados devido ao crescimento populacional e à migração, desenvolvimento econômico, comércio internacional, urbanização, diversificação de dietas, etc. A pressão sobre esses fatores pode impactar a resiliência das comunidades. Uma alternativa para a gestão dos recursos é a utilização da abordagem integrativa do nexo da Água-Energia-Comida (Water-Energy-Food [WEF] nexus) (MABHAUDHI *et al.*, 2019).

A abordagem WEF se refere às conexões inextrincáveis de sinergias e *trade-offs* de tais elementos com o intuito de buscar um desenvolvimento equilibrado e sustentável. Exemplifica tal nexo, a responsabilidade da agricultura em consumir 70% da água doce mundial, enquanto essa mesma água é utilizada por florestas, pesca, para produzir e transportar energia; além disso, as cadeias alimentares consomem 30% da energia mundial. Diante disso, o modelo de estocagem dos recursos impacta o modo de vida dos pobres rurais, exacerbando suas vulnerabilidades (MABHAUDHI *et al.*, 2019).

Por outro lado, a abordagem dos modos de vida, referida pela habilidade de se atender necessidades básicas, como comida, água, energia e vestimentas, colabora para pensar como as pessoas usam os recursos a que tem acesso – naturais, físicos, humanos e financeiros – para produzir estratégias de vida com resultados positivos. A união dessas duas abordagens mencionadas permite que

sejam pensadas estratégias de mitigação entre setores os diferentes diante das mudanças climáticas, além de identificar oportunidades de intervenção e desenvolvimento de resiliência pelas comunidades rurais. Com a junção desses modelos, os autores analisaram 16 nações africanas da região subsaariana, para os quais identificaram os seguintes resultados, com base no ano de 2050: insegurança do acesso à água para 350 a 600 milhões de pessoas; um decréscimo de 15% no rendimento da agricultura se o aquecimento global levar ao aumento de temperatura de até 2°C; insegurança energética para 290 a 915 milhões de pessoas, resultados que somados levarão ao risco dos modos de vida rurais, bem-estar humano e desenvolvimento sustentável (MABHAUDHI *et al.*, 2019).

As populações rurais têm capacidade limitada de se adaptar à variação climática, porém, o desenvolvimento ampliado pode fortalecer sinergias entre desenvolvimento e adaptação, levando à melhoria do bem-estar. Para tanto, são necessárias certas interações entre os subsistemas social, natural e tecnológico no sistema ser humano/meio ambiente, as quais facilitem escolhas individuais, criem sinergias entre o desenvolvimento e a adaptação ao clima (TIAN *et al.*, 2018). Para ilustrar tal situação, os autores realizaram uma pesquisa em região produtora de arroz e sujeita a enchentes, Região do Lago Poyang, na China.

Tian *et al.* (2018) ressaltam que sistema tecnológicos são importantes na mitigação de eventos climáticos extremos, além de ser necessário certo grau de desenvolvimento para lidar e se adaptar a perigos naturais. No entanto, somente o aumento da riqueza exclusivamente não é capaz de permitir a adaptação, é necessário que os comportamentos sejam alterados. Alinhado a isso, chama atenção o fato de que os domicílios rurais têm sua mão de obra cada vez mais atraída para os centros urbanos (paradoxo do desenvolvimento), o que desencoraja ações coletivas importantes para a construção e a manutenção de infraestrutura no campo.

No caso estudado, o trabalho não-rural contribuiu para o colapso de sistemas de irrigação coletivos, além disso, o padrão de desenvolvimento tornou a região mais vulnerável aos riscos climáticos e naturais. Tais conclusões chamam atenção para que seja buscada a construção de capacidade adaptativa no campo por meio do exame da interação dos subsistemas tecnológico, social e natural e seus impactos nos domicílios rurais (TIAN *et al.*, 2018).

Ao tratar sobre o desenvolvimento, porém, no âmbito local, Pinhero e Ferreira-Darnet (2014) podem oferecer pistas sobre possíveis indicativos de solução

a situação chinesa apresentada. Os autores analisam o caso de uma comunidade situada em uma Reserva Extrativista, no estado do Pará, Brasil, e apontam que o desenvolvimento local tem base comunitária, o que pressupõe uma lógica e uma pedagogia de articulação, participação e integração de recursos, inclusive externos, isto é, parcerias. Portanto, este tipo de desenvolvimento precisa ser baseado em dados adequados, do contrário, terá efeitos negativos. Em outras palavras, os atores envolvidos nos espaços rurais precisam valorizar o conhecimento local, o engajamento das comunidades na formulação e implementação de projetos.

No diagnóstico do caso estudado, identifica-se que a comunidade tem médio desenvolvimento humano, considerando-se longevidade, educação e renda, não sendo, portanto, uma população miserável e abandonada. No que se refere à renda, as famílias estão classificadas entre pobres ou indigentes, embora não exista pobreza plena na comunidade, pois os índices utilizados não contemplam fatores qualitativos como bem-estar, acesso a recursos naturais e cooperação entre pessoas. Em se tratando da educação, embora seu resultado seja médio, os moradores jovens não têm conseguido acesso ao ensino superior, o que pode estar associado à qualidade na educação e não é traduzido no indicador. Quanto à habitação, a maior parte das famílias reside em casas de alvenaria, 100% têm acesso à energia elétrica e abastecimento de água, mas não há tratamento do esgoto (PINHERO; FERREIRA-DARNET, 2014).

Tais dados expressam que a comunidade precisa ser fortalecida enquanto coletivo, pois redes, normas e confiança podem facilitar a construção de estratégias que lidem com os problemas de educação, implantação de melhores formas de armazenamento e comercialização dos pescados, melhoria nos processos de gestão de cooperativas, quebra de tendência à monoatividade produtiva – poderiam ser praticados o cultivo de ostras, camarões, peixes em cativeiro, a captura de caranguejos, atividades turísticas e recreativas, a produção de pequenas hortas, artesanato etc. Para que tais melhoras possam ocorrer, é preciso haver transferência de tecnologia por parte do poder público, assistência técnica, disponibilidade de crédito, além de tais ações respeitarem o conhecimento tradicional (PINHERO; FERREIRA-DARNET, 2014).

Análise em outra reserva ambiental, junto a populações ribeirinhas de unidade de Conservação de Uso Sustentável dos Recursos Naturais, problematiza a luta desses povos pelo desenvolvimento sustentável. Andrade (2007) mostra que a

reserva foi criada em 1997 devido à pressão de extrativistas de madeiras e pescados e da caça indiscriminada de aves na região. Os resultados da pesquisa expõem que o extrativismo tem baixo rendimento, pois faltam técnicas produtivas que possam melhorar essa atividade aos produtores. Contribuição importante nesse sentido poderia ser fornecida pela institucionalização de políticas para estimular este segmento econômico na região, o que já ocorre no segmento turístico da reserva em questão (ANDRADE, 2007).

2.2.2.2 Produção agropecuária e segurança alimentar e nutricional

Baseando-se no caso da Nigéria, cuja produção agrícola é majoritariamente de responsabilidade dos camponeses, Olawuyi (2019) evidencia a baixa produtividade do segmento, a qual está ligada às limitações de ordem física e natural, à carência de saberes técnicos, de suporte institucional, de fatores produtivos e à presença de variedades de plantas com baixo rendimento. Somam-se a essas condições, o fato de a produção ter caráter familiar voltado à subsistência e com baixa formação de excedente para comercialização.

Essas condições, por seu turno, têm efeitos ampliados em dimensões diversas do bem-estar, especialmente na falta de sustentabilidade do acesso à alimentação e na formação de situações de pobreza. Diante disso, o autor realizou um estudo, com uma amostra de 300 agricultores familiares, no estado de Oyo, na Nigéria, no qual constata alguns elementos de auxílio no aumento da segurança alimentar dos domicílios de agricultores familiares que participam de organizações comunitárias, quais sejam, a diversidade dos membros em grupos sociais, a participação na tomada de decisões e a frequência a reuniões de grupo. A união de redes sociais, dos recursos a quem tem acessos as famílias e do capital humano tem o potencial de aumentar o bem-estar humano da população estudada (OLAWUYI, 2019).

Além disso, fica evidente que: 1) a conexão e a confiança entre os agricultores, por meio de redes sociais, permite o compartilhamento de informações sobre mecanismos de enfrentamento e gerenciamento de riscos; 2) há a necessidade de investimentos em políticas de educação básica que desonerem as famílias de arcar com os custos de formação de capital humano; 3) a população percebe a existência de famílias grandes como uma oportunidade de ampliação de acesso ao trabalho familiar, no entanto, há maior incidência de insegurança alimentar entre essas

famílias, o que sugere a necessidade de políticas voltadas ao controle de natalidade; 4) é evidente a necessidade de políticas de proteção social e políticas pró-pobres a fim de incentivar as famílias a se envolverem na agricultura; 5) a agricultura de média e larga escala se mostra capaz de promover os meios de subsistência e pode ser politicamente encorajada (OLAWUYI, 2019).

2.2.2.3 Renda e segurança econômica

Curchin (2015) apresenta o argumento de que certas políticas sociais podem ter um efeito desmoralizante em populações que se encontram distantes geográfica e culturalmente do mercado de trabalho. Segundo a autora, os pagamentos de auxílios, condicionados a certos comportamentos, e, restritos, na forma como podem ser gastos, criam um paternalismo punitivista que não resolve o problema do acesso ao mercado de trabalho, razão, em primeiro lugar, por que há a necessidade dessa política social.

A partir da análise dos povos aborígenes australianos, Curchin (2015) elenca o argumento de Michael Sandel de que a extensão dos mercados para todos os âmbitos da vida das pessoas promove certas atitudes que corroem valores importantes, como aqueles que permitem a resistência dos aborígenes à colonização. Uma vez que os aborígenes não estão inseridos no mercado de trabalho, a política social liberal a que tem acesso, cuja fundação é a lógica de mercado (ausência temporária de emprego) tem influenciado as normas e o desenvolvimento humano dessas comunidades – confiança, respeito, cuidado com os mais fracos e ajuda mútua. A autora não fornece sugestões de solução para o problema, mas chama atenção a que se trata de um dilema moral.

A fragilidade econômica de algumas comunidades rurais pode encontrar resposta em iniciativas turísticas como alternativa à diversificação dos meios de vida. A atividade turística pode estar unida à atividade agrícola, artesanal e cultural, funcionando como uma maneira de se obter maiores rendimentos, melhorando a segurança alimentar, aumentando a produção agrícola, reduzindo as restrições de capital e melhorando a gestão frente à sazonalidade dos riscos climáticos (PADILHA *et al.*, 2017).

A partir da análise do caso da população rural no município de Víctor Graeff, na cidade de Cruz Alta, estado do Rio Grande do Sul, Brasil, os autores observam que o turismo é uma opção economicamente viável para o setor, embora apresente

difículdade de implementação e operação. Uma vantagem é que esta atividade não compromete as atividades agropecuárias das famílias rurais, ao passo que aumentam a segurança de seu sustento. Fortalecimento ainda maior dessa estratégia pode ser obtido por meio de estratégias cooperativas, levando a resultados como desenvolvimento econômico e social da comunidade, além do fortalecimento da cultura local (PADILHA *et al.*, 2017).

O ecoturismo rural representa um compromisso de equilíbrio entre o desenvolvimento e a sustentabilidade cujos benefícios líquidos são maiores do que os custos. No caso evidenciado por Cheung (2015) nas áreas protegidas do Quênia, os *stakeholders* dos negócios de turismo rural têm tido benefícios e custos distribuídos desproporcionalmente. Neste caso, as comunidades têm ficado responsáveis por grandes partes dos custos, situação que demonstra a necessidade de que sejam empoderadas por meio da participação nos processos de decisão, gestão e propriedade de negócios de conservação. Para tanto, políticas voltadas à construção de capacidades, empregos locais, treinamentos, certificados de sustentabilidade e reforço regulatório podem diminuir os impactos negativos do turismo e seu ônus sobre as comunidades.

2.2.2.4 Bens e serviços sociais

Alguns dos bens e serviços sociais básicos são: educação, seguridade social, previdência social, saúde, assistência social, segurança alimentar e nutricional, pobreza, habitação popular e saneamento (FONSECA, FAGNANI, 2013). Nesse sentido, aceita como um fator importante na determinação das oportunidades pessoais de atingimento de uma melhor qualidade de vida, a eletricidade tem sido considerada como um primeiro passo no desenvolvimento socioeconômico. No entanto, o acesso a esse serviço é um desafio para comunidades rurais cuja localização encarecem a expansão da rede elétrica. Estão imbricados neste problema o desafio sumarizado pelo Objetivo do Desenvolvimento Sustentável número sete – garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos –, o que implica em tecnologia e inovação na implementação da justiça social nos processos de produção e distribuição de energia (YADAV; DAVIES; SARKODIE, 2019).

Evidencia-se que, diante deste desafio, uma das soluções tem sido a implantação de placas de energia solar, pois soluções alternativas como o

fornecimento de energia subsidiada em áreas rurais geram um círculo vicioso em que interrupções e baixos retornos interferem na ampliação do investimento na rede elétrica. Neste caso, as possibilidades de ampliação da utilização da energia solar no campo poderiam ser buscadas por mecanismos como filantropia, subsídios, empréstimos governamentais, entre outros (YADAV; DAVIES; SARKODIE, 2019).

Por meio de um estudo conduzido no espaço rural de Utar Pradexe, na Índia, com pessoas em cujo domicílio havia o uso de placas solares, Yadav; Davies e Sarkodie (2019) identificaram que a renda, o nível educacional e a presença de estudantes no domicílio estão positivamente relacionados com o desejo de obtenção de mais energia solar. Além disso, os autores sublinham que a satisfação com o uso da energia solar afeta positivamente a continuidade do uso ou o aumento do uso de energia solar. Por outro lado, a existência de energia solar no domicílio não indica o desejo por mais energia solar, provavelmente porque a demanda energética já esteja suprida. Em domicílios cujas placas solares foram obtidas sem custo, há menor inclinação pela busca de mais energia solar, sugerindo que a progressão do uso de energia não é linear nem dependente da trajetória, mas pode estar relacionada à insuficiência de renda, à acessibilidade em termos de preço ou às necessidades de energia estarem supridas. A partir de tais dados, pode-se deduzir que o final da vida útil das placas solares pode significar o retrocesso no acesso à energia elétrica pelas famílias pobres.

O desenvolvimento rural sustentável também atinge a dimensão de bem-estar humano na saúde. Nesse sentido, Alves Filho e Ribeiro (2014) pesquisaram a situação de saúde ambiental em assentamentos da reforma agrária no estado de São Paulo, a partir da perspectiva dos assentados. A pesquisa foi efetivada em assentamentos participantes do Projeto de Desenvolvimento Sustentável (PDS), programa criado em 1999, cujo objetivo era assentar populações de modo de vida ligado a atividades extrativistas ou de agricultura familiar de baixo impacto ambiental.

Os resultados da pesquisa demonstraram que a sustentabilidade do programa se volta mais especificamente para a adoção de princípios de produção agroecológicos, não havendo expressividade na preocupação com o saneamento básico e com o abastecimento de água em volume e qualidade necessários. Tal situação indica que há um forte reducionismo do conceito de ambiente e recuperação ambiental presentes no programa, evidenciando a distância entre o discurso da

política pública e sua prática no que tange à sustentabilidade (ALVES FILHO; RIBEIRO, 2014).

2.2.2.5 Território

O conflito entre os planos e as pretensões de autoridades governamentais quanto as áreas de reservas ambientais frente aos desejos e direitos das comunidades locais se manifesta na negação do reconhecimento de territórios ancestrais de povos indígenas e camponeses. A participação insuficiente desses povos no planejamento e gestão territorial resulta em requisitos incoerentes sobre o manejo dos bens naturais para as comunidades, requisitos os quais se tornam ainda mais desconexos frente à heterogeneidade cultural, social, econômica e ambiental dos povos a que se referem. Tais dilemas dão espaço para que problemas como o avanço da pecuária, o desflorestamento e o crescimento demográfico produzam a fragmentação da paisagem, afetando, assim, a biodiversidade e as práticas tradicionais (VÁSQUEZ; BARRERA; FERNÁNDEZ, 2019).

Partindo da compreensão de que a cosmogonia, os saberes tradicionais e a atuação das comunidades indígenas, por meio de seus agroecossistemas tradicionais, significam a proteção integral da riqueza cultural e biológica, Vásquez; Barrera e Fernández (2019) procuraram compreender como a estrutura e a organização dos agroecossistemas da comunidade nuntaha'yi, de Ocozotepec, Veracruz, no México, influenciam a conservação ambiental na região em que se inserem.

Para a análise, os autores utilizaram o modelo *infield-outfield*, com o qual notaram que, nas proximidades do assentamento humano (*infield*), há a utilização mais intensiva da terra na busca de geração de produtos para o autoconsumo. Já no *outfield*, a produção agrícola é dispersa, sendo complementada pela coleta de produtos alimentícios, lenha, madeira e plantas medicinais. Pela sincronia e correspondência com as necessidades de sustentabilidade, essa forma de organização e uso do território pode servir como modelo às políticas públicas de conservação, as quais, por um lado, se beneficiariam do conhecimento tradicional no atingimento dos objetivos da reserva e, por outro, permitiram que as comunidades não perdessem seus sistemas de manejo devido à imposição de políticas pouco eficazes e desconstruídas das necessidades humanas (VÁSQUEZ; BARRERA; FERNÁNDEZ, 2019).

2.2.2.6 Relações com a natureza

Masuda *et al.* (2019) afirmam que aumentos crônicos de temperatura têm afetado a saúde de populações trabalhadoras rurais, especialmente nas regiões de baixa latitude. Segundo os autores, o desflorestamento aumenta significativamente as temperaturas pela redução dos serviços ecossistêmicos de resfriamento local e regionalmente. Baseando-se numa amostra de trabalhadores saudáveis vivendo em 10 comunidades rurais da região de Berau Regency, no distrito de Kalimantan, Indonésia, Masuda *et al.* (2019) conduziram um estudo sobre a exposição ao calor desta população, suas estratégias de modo de vida, horário de trabalho, percepção sobre temperaturas atuais sobre o trabalho e suas estratégias diante do aumento de temperaturas.

A estratégia identificada diante do aumento das temperaturas é a de, primordialmente, trabalhar menos. Aqueles que trabalham na floresta podem limitar sua exposição à radiação solar e, por isso, são mais sensíveis às variações de temperatura em espaços abertos. Outra estratégia de indivíduos menos tolerantes ao calor é a de escolher atividades em espaço florestal. Já os indivíduos que trabalham em áreas abertas não conseguem perceber as variações de temperatura tão claramente, o que torna mais difícil para que identifiquem o desflorestamento como causa do calor. Algumas atitudes dos trabalhadores em situações de calor extremo é trabalhar mais cedo ou mais tarde e, como já citado, menos. Nenhum dos participantes da pesquisa consideram a migração como uma alternativa às condições de trabalho nos dois cenários (MASUDA *et al.*, 2019).

Decisores de políticas públicas precisam estar atentos a tal situação de adaptação do trabalho no campo, assim como às consequências do desmatamento. Populações de jovens, idosos e crianças podem estar em ainda maior risco de doenças relacionadas à exposição a altas temperaturas. Tais considerações precisam fazer parte das pautas de políticas públicas, uma vez que as estratégias observadas têm custos econômicos e os domicílios pobres têm poucas alternativas de adaptação às mudanças ambientais em um cenário de limitado acesso a recursos. Os serviços ecossistêmicos podem se mostrar ainda mais importante em situações de trabalho padrão-empregado na qual há menos poder de agência do trabalhador, aumentando, assim, o risco de doenças relacionadas ao calor (MASUDA *et al.*, 2019).

Quando se fala em serviços ecossistêmicos, Mowat e Rhodes (2020) afirmam que esses são dependentes da localidade e não são transferíveis. Desse modo, os serviços ecossistêmicos dependem da história, da cultura e do relacionamento com a terra vivenciados pela comunidade tradicional. Além disso, tais serviços se encontram, muitas vezes, interrelacionados com aspectos intangíveis das vidas das pessoas, tais como, senso de comunidade, de lugar e identidade, os quais foram construídos durante muitas gerações.

A cultura das comunidades tradicionais tem forte ligação com a terra, pois esta não é considerada apenas um recurso, mas um elemento presente nas práticas culturais, rituais e na vida em comunidade. Em outras palavras, os ecossistemas contribuem com benefícios materiais e não materiais para os humanos, que se relacionam com interações físicas e experienciais, educação, recreação, ecoturismo, artes, espiritualidade, coesão social etc. Os serviços ecossistêmicos promovem, portanto, bem-estar e colocam a necessidades de que pesquisas futuras criem modelos que permitam a avaliação de seus benefícios, conexões, natureza dos benefícios e seus recipientes (MOWAT; RHODES, 2020).

Mugari *et al.* (2019) realizaram estudos sobre a percepção de três comunidades rurais a respeito de serviços ecossistêmicos em Bobirwa, subdistrito do distrito central de Botswana. Com isso, percebeu-se que alguns serviços ecossistêmicos, considerados importantes pela população, são lagartas comestíveis, lenha, frutas silvestres, pastos naturais, cultivo de grãos em solos férteis e água para os domicílios e para os animais. Todavia, componentes críticos do bem-estar das comunidades sofreram mudanças adversas em quantidade, condição, tamanho do local de provisão do serviço ecossistêmico, distância de caminhada até esse e disponibilidade sazonal; mudanças creditadas às condições climáticas de seca mais frequentes, colheitas insustentáveis e mudança no uso da terra.

As situações relatadas indicam a necessidade urgente do uso do conhecimento científico e indígena para otimizar a busca de informações e decisões sobre tais tendências de mudanças nos serviços ecossistêmicos. Uma alternativa para regiões em que os dados para a tomada de decisões são pobres é o mapeamento participativo, o qual pode proporcionar informações oportunas para a gestão dos ecossistemas e para a promoção de capacidade de adaptação social e ecológica (MUGARI *et al.*, 2019)

Uma outra face da avaliação dos ecossistemas é a de seu abandono pelas pessoas. Ao estudar comunidades de montanha, em Sistelo, noroeste de Portugal, Pereira *et al.* (2005) relacionam tal fenômeno com o bem-estar segundo critérios locais. Os resultados da pesquisa identificaram que muitos dos critérios de bem-estar estavam desligados dos serviços ecossistêmicos, como é caso de pensões, bens e serviços, casa própria, idade, tempo de lazer, capacidade para trabalhar, tempo sozinho e liberdade de escolha. Já os critérios relacionados aos serviços ecossistêmicos identificados foram gado, como fonte de renda, e campo, para a autossuficiência alimentar. A diminuição da importância dos serviços ecossistêmicos se relaciona ao aumento da renda, a qual permite a substituição da provisão local pela importada.

Saúde e segurança ambiental, embora não citadas diretamente em conexão aos serviços ambientais, foram reconhecidas como de grande valor, assim como o controle de espécies realizado pela agricultura – inexistente em tal comunidade no momento, apesar de ter sido importante no passado –, o que sugere que a biodiversidade é importante para os sujeitos da pesquisa. Segundo Pereira *et al.* (2015) os serviços ecossistêmicos são os motivos principais relatados para a permanência das pessoas no local. Entretanto, principalmente, os jovens continuam deixando a região em busca de melhores oportunidades materiais, oportunidades de emprego e acesso a melhores bens e serviços. Entre as consequências da saída das pessoas da região, há o desaparecimento da comunidade rural, seus conhecimentos e herança cultural; a perda de variedades de grãos autóctones, o crescimento de vegetações arbustivas que aumentam o risco de incêndios; o colapso dos terraços nas encostas das montanhas, entre outros.

2.2.2.7 Conexões sociais

Brymer *et al.* (2020) apontam que há espaço para melhor caracterizar o bem-estar humano e a maneira como são coproduzidos sistemas de produção sustentável por ecossistemas, pessoas e comunidades. Para tanto, os autores conduziram pesquisas sobre práticas de produção agrícola nas Montanhas Owyhee, em Idaho, nos Estados Unidos da América, a fim de compreender a prosperidade rural e o bem-estar em relação aos serviços ambientais e processos de mudança social.

Os resultados da pesquisa mostram que, para as comunidades estudadas, são condições críticas para o bem-estar humano, nos agroecossistemas de

pastagens, áreas abertas, ar e água limpos, solo produtivo e plantas e animais resilientes. Além disso, as comunidades pesquisadas indicaram a importância da saúde mental e física, segurança pessoal e financeira e um senso de lugar e de propósito. O senso de lugar estaria vinculado à ligação, ao significado e ao pertencimento ao sistema, paisagens e comunidades desse, enquanto que o senso de propósito estaria ligado à agência do indivíduo em determinado lugar (BRYMER *et al.*, 2019).

Outras dimensões de bem-estar humano reveladas pela pesquisa incluíam a tolerância, a comunicação aberta, a justiça distributiva, a ação coletiva e a comunhão – em celebrações comunitárias ou no envolvimento propositivo. Tais dimensões estão relacionadas à construção do capital social, importante no acesso de outras formas de capital. A conectividade, cooperação e coesão na comunidade permite o intercâmbio de recursos que dão suporte individual, social e ecológico ao bem-estar. No caso estudado, isso se manifestava em torno de conflitos referentes à renovação de licenças governamentais com a finalidade de utilização de terras públicas para pastagens, às regulamentações sobre práticas agrícolas e à utilização recreativa de espaços públicos (BRYMER *et al.*, 2019).

Como expressado no caso das comunidades rurais estadunidenses, o capital social se refere às organizações e redes, normas e confiança social as quais facilitam a cooperação e o benefício mútuo. Tais benefícios também são discutidos por Akram e Routray (2013) em referência a um distrito rural do Paquistão. O estudo mostra uma relação positiva entre capital social e programas de microcrédito, na qual organizações locais formadas por propósitos não econômicos e sem a ajuda de organizações não governamentais afetam o acesso dos domicílios ao crédito em grupo, especialmente quando há alto nível de confiança e heterogeneidade nas associações. Tal situação indica que as associações precisam ser incentivadas e fortalecidas por meio de investimento direto de recursos financeiros, treinamento e construção de capacidades, dado seu potencial de ampliar o desenvolvimento econômico para os pobres.

2.2.2.8 Saber e organização social

Muñoz e Treggiari (2019) buscaram compreender os conceitos de bem comum e conhecimentos tradicionais junto às comunidades mapuches, do Chile, partindo da noção preliminar de que bens comuns são assim considerados porque

pertencem, naturalmente, a toda a comunidade, tal que são conservados e custodiados de geração em geração. Por que tais bens são produtos da criação de um conhecimento tradicional coletivo e são reproduzidos em cooperação social, não há a necessidade da concessão pelo poder público, somente o reconhecimento do direito a tais bens. Quanto aos conhecimentos tradicionais, os autores os conceituam como aqueles elaborados no cerne de uma coletividade humana, os quais são transmitidos, em geral, de forma oral e que passam por enriquecimento ao longo das gerações. Alguns desses conhecimentos dizem respeito às propriedades terapêuticas de recursos biológicos, aos métodos sustentáveis de engenharia hídrica, às técnicas de cultivo de animais, ao ensinamento de crianças, às expressões artísticas, como danças, cantos, desenhos, etc. A existência tanto do conhecimento tradicional como dos bens comuns comunitários é caracterizante das comunidades, estando ligados as suas identidades culturais, de modo que, para não serem extintos, precisam ser preservados e retransmitidos às futuras gerações.

Para as comunidades indígenas pesquisadas, o sentido do patrimônio coletivo se sobrepõe ao patrimônio individual. Além disso, as relações dos mapuche com a natureza é fundante para sua cosmovisão. Um dos elementos desta cosmovisão é harmonia como propósito central do modo de vida que levam, o que se vê ameaçado por projetos de desenvolvimento econômico, os quais estão eivados de ideias de progresso e modernidade cuja imposição tensionam o resguardo da natureza pretendida pelos indígenas. Soma-se a essas características do modo de vida tradicional mapuche, a organização social e regras consuetudinárias, as quais assinalam agentes culturais e autoridades tradicionais cujas atribuições são os processos de consulta e tomada de decisões que afetam a vida da comunidade. Diante disso, fica acentuada a necessidade de se reconhecerem em normas nacionais e internacionais o modo de organização dos povos tradicionais, suas práticas culturais, usos e costumes (MUÑOZ; TREGGIARI, 2019).

Incluído no modo de vida rural, em especial de povos indígenas e mestiços equatorianos, o cultivo de plantas serve a uma diversidade de finalidades, para a alimentação humana e de animais, como combustível, para fins medicinais e para o conhecimento ecológico. O cultivo de plantas é considerado um serviço ecossistêmico, no qual estão incluídos jardins domésticos, dado que promovem benefícios ambientais, sociais e econômicos. Tais jardins são ainda mais importantes em locais em que a disponibilidade de serviços de saúde convencionais é difícil de

acessar (CABALLERO-SERRANO *et al.*, 2019). Neste contexto, Caballero-Serrano *et al.* (2019) pesquisaram a importância de jardins domésticos nas comunidades amazônicas, em Sangay, na província de Morona-Santiago e no Equador, a fim de compreender suas contribuições ao bem-estar humano, assim como perceber o conhecimento ecológico tradicional entre culturas, gêneros e gerações entre os indígenas Shuar e povos mestiços da região.

Os resultados da pesquisa mostraram que, de fato, as plantas medicinais contribuem com os cuidados à saúde e com o bem-estar, e que a principal condição a que se destinam os tratamentos são de ordem gastrointestinal. Os benefícios espirituais também são buscados nessas plantas, tais como tratamentos de “mal olhado”, curas mágicas e tônicos para rituais de purificação. Entre os sujeitos pesquisados, 91% apontou que o tratamento por plantas medicinais era sua principal alternativa de cuidados à saúde. Entre esses, a renda média era menor do que o salário mínimo no Equador. Outra função das plantas medicinais é a econômica, pois sua comercialização contribui para a manutenção do modo de vida das comunidades, assim, estimula a transmissão do conhecimento tradicional (CABALLERO-SERRANO *et al.*, 2019).

No que concerne à conservação, Caballero-Serrano *et al.* (2019) indicam que o principal local de obtenção das plantas medicinais é a floresta. Porém, segundo os autores, os jardins domésticos permitem que se reduza a pressão no ecossistema natural, além de serem um reservatório importante de diversidade biológica e cultural. Alguns fatores influenciam a seleção de plantas para os jardins, podendo ser eles culturais, socioeconômicos e étnicos. Nesse sentido, comunidades etnicamente diferentes têm jardins também diferentes, que podem ser mais semelhantes se as comunidades viverem em ambientes similares. A idade do cultivador do jardim de plantas medicinais também influi em sua composição, já que pessoas mais velhas conhecem mais variedades de plantas do que as mais novas. Em respeito à transmissão de conhecimento sobre as ervas medicinais, a pesquisa evidencia seu declínio, tendo como principal razão a transmissão limitada dos conhecimentos pelos anciãos aos mais novos, internamente às famílias, principalmente devido à falta de interesse das novas gerações em aprender sobre as práticas tradicionais. Tal situação é alarmante, pois pode significar uma perda de bem-estar para essas comunidades, assim como a perda de seus conhecimentos tradicionais e de parte da cultura (CABALLERO-SERRANO *et al.*, 2019).

Outro aspecto importante no âmbito da saúde de populações rurais é a alimentação infantil. Em pesquisa realizada por Rodríguez e González (2017), menciona-se que há uma tendência de diminuição da lactância materna exclusiva ou de qualquer tipo, inclusive em comunidades rurais. Sabendo que o abandono da lactação materna traz impactos físicos e psíquicos negativos à mãe e a criança, e que pode também impor às famílias custos de atenção à saúde devido às práticas de lactância inadequadas, as autoras buscaram avaliar o modelo biomédico (modelo caracteriza pelos seguintes traços: biologismo, positivismo, medicalização, tecnocracia, a historicidade e a sociabilidade) das políticas e ações de promoção à lactância materna em zonas rurais, especificamente junto as comunidades indígenas náhuatl de Cuentepec, estado de Morelos, México.

As autoras identificaram que o pessoal da saúde reconhece não ter preparação sobre o tema de lactância materna. Isso mostra a necessidade de formação teórica e prática entre os agentes de saúde, com a finalidade de compreenderem a pluralidade biocultural e seus papéis como educadores, de modo que não propaguem mensagens contraditórias, desalentadoras ou mal informadas sobre a amamentação para além dos seis meses de idade e sobre a introdução de novos alimentos, as quais eram incoerentes com as práticas de amamentação culturais comunitárias. Em algumas comunidades, mensagens desse tipo, comunicadas por agentes de saúde, levaram ao abandono da amamentação, enquanto em outros os costumes tradicionais fizeram frente às recomendações. Por isso, é necessário que, antes de serem iniciados programas visando a mudanças de comportamento, seja feito um diagnóstico cultural prévio, transcendendo o modelo biomédico vigente (RODRÍGUEZ; GONZÁLEZ, 2017).

2.2.2.9 Cultura

Sinay *et al.* (2019) ressaltam que, por muitos anos, a existência de comunidades em áreas protegidas não era concebida como possível no Brasil. Diante disso, considerava-se a remoção das comunidades a alternativa para a proteção da natureza ou eram instituídas proibições de cultivo, caça e pesca, o que tornava difícil a sobrevivência das comunidades. Tal situação gerava a migração das comunidades para periferias, uma vez que tais regras implicavam no aumento da fome.

Entretanto, com a promulgação da lei que institui o Sistema Nacional de Áreas de Conservação (SNUC), em 2000, é criada uma nova categoria de unidades

de conservação, a qual inclui a possibilidade do uso sustentável dos recursos naturais como estratégia para conservação, isto é, há o reconhecimento legal do manejo tradicional como elemento importante na conservação, além de assegurar a não imposição de mudanças culturais sobre comunidades tradicionais (SINAY *et al.*, 2019).

A fim de verificar a mudança cultural local, Sinay *et al.* (2019) estudaram uma comunidade Caiçara em área de conservação, no Brasil, com o objetivo de compreender como a comunidade respondeu culturalmente à mudança na forma de gestão das áreas de conservação num intervalo de 15 anos (2000-2015). Com tal pesquisa, concluíram que as mudanças culturais não foram inteiramente induzidas pela mudança de gestão da reserva, mas afetadas por fatores tais como religião, educação, medicina ocidental, acesso a mercados e tecnologia (principalmente televisão), os quais afetaram dimensões culturais, como modo de se vestir, valores, crenças, rituais, comportamentos, saúde, padrões de consumo, aspirações, etc.

Mudanças no modo de se vestir podem ser atribuídas às questões religiosas, ao modo de vida atrelado ao surf e à influência da TV, mas, para o povo estudado, tais mudanças não têm grande significância sobre tradições e cultura. As influências, de fato, ocasionadas pela mudança de gestão da reserva dizem respeito ao turismo, aos conflitos de terra, e ao uso de recursos naturais, neste caso dos recursos pesqueiros (SINAY *et al.*, 2019).

No caso da terra e da natureza, o território, antes considerado sagrado, passa a ser considerado mercadoria, pois a titularidade da terra não é garantida à exploração e cuidados exclusivos da comunidade. No caso das lideranças tradicionais, essas passaram a ser substituídas por embaixadores alfabetizados sem a consulta às comunidades; tais embaixadores informavam decisões, como a definição de regras gerais e de áreas destinadas à residência de várias comunidades, com diferentes culturas, histórias e necessidades, portanto, não representadas pelas lideranças estabelecidas. No caso do turismo, cuja gestão é de responsabilidade da representação governamental, não foram estabelecidos planos, o que resultou em conflitos na distribuição das receitas com a atividade (SINAY *et al.*, 2019).

Segundo Sinay *et al.* (2019), fica evidente a necessidade, no caso de comunidades que habitam em áreas de reservas, de 1) proteger a posse ancestral da terra; 2) garantir direitos tradicionais sobre bens naturais; e 3) garantir o direito à

cultura própria, a qual pode ser diferente de comunidades vizinhas (SINAY *et al.*, 2019).

2.3 INTERSECCIONALIDADE NAS RELAÇÕES SOCIAIS

A interseccionalidade ou categorias de articulação é uma ferramenta analítica que possibilita a compreensão das articulações de múltiplas diferenças e desigualdades, as quais se referem à diferença em sentido amplo em contextos específicos. As abordagens sobre o tema variam em função da noção de diferença e poder e também em torno da noção de agência dos indivíduos (PISCITELLI, 2008).

Para Crenshaw (2002, p. 177), “A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação”, entre os quais a autora cita o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros possíveis sistemas discriminatórios cuja existência estabelece posições relativas de mulheres, raças, etnias, etc. A autora também afirma que a interseccionalidade também é definida por políticas e ações cujos efeitos sejam opressivos e desempoderadores (CRENSHAW, 2002).

Henning (2015) aponta que esta forma de pensar a interseccionalidade é chamada de sistêmica, porque sua ênfase repousa sobre as conseqüências que o sistema/estrutura tem sobre a formação das identidades, portanto, parte da compreensão de que o poder fluindo da estrutura opressiva é unidirecional, não relacional, e que por isso não leva em consideração que fluxos de poder partem também das resistências dos oprimidos. Com isso, há uma subtração do poder de agência dos oprimidos. Além disso, este modelo de pensamento iguala as diferenciações às desigualdades, não considerando que as diferenciações podem produzir outras coisas senão a própria desigualdade (PISCITELLI, 2008; HENNING, 2015).

Uma outra análise das diferenciações pode ser efetuada a partir da intersecção de quatro eixos aventados por Brah (2007), teorizado como relação social no sentido sociológico; explorado como experiência humana; entendido como subjetividade; e analisado como identidade social. Na relação social, fala-se da noção de identidade social e política, por meio da qual são compartilhados objetivos decididos pela agência consciente dos indivíduos, objetivos os quais são trazidos à

arena de ação pública, formando configurações de poder em determinado espaço e tempo (BRAH, 2007).

Piscitelli (2008) aponta que esta maneira de pensar a interseccionalidade, sublinha a identidade social (diferenciação) em termos relacionais, ou seja, como mutável. Também, as diferenciações são separadas de sistemas discriminatórios, o que torna possível pensar que os marcadores sociais da diferença, como gênero, classe ou identidade não são apenas formas de categorização que limitam os indivíduos.

Entre os marcadores sociais da diferença para as quebradeiras de coco babaçu, serem classificadas como comunidades tradicionais tem diversas implicações. Para a compreensão da conceituação de CT, faz-se essencial resgatar o conceito de cultura. De maneira preliminar, originada na palavra latina *colere*, a cultura apresenta um significado diferente de região para região, podendo ser compreendida como a união dos conhecimentos das leis, das tradições, dos hábitos, da moral, dos valores, dos sentidos e das significações adquiridas, ou que ainda serão adquiridas pelo ser humano, conhecimentos os quais são transmitidos de geração em geração, sofrendo alterações de acordo com as mudanças que ocorrem ao redor (MELLO, 1991; AZEVEDO, 1996). Uma segunda definição, complementar a primeira, considera a cultura como os “contatos e conflitos entre modos diferentes de organizar a vida social, de se apropriar dos recursos naturais e transformá-los, de conceber a realidade e expressá-la” (SANTOS, 2006, p.7). Numa terceira acepção, a cultura pode ser definida, ainda, conforme as diferenças de identidade social de um grupo em relação aos demais, cada um deles caracterizando formas complexas de sociabilidade (LARAIA, 2006).

A tônica da discussão sobre sociabilidade no âmbito comunitário e societário é dada, de modo marcante no meio científico, pelo sociólogo alemão Ferdinand Tönnies (1855-1936), que em sua obra *Gemeinschaft und Gesellschaft* (1887), partindo das interações humanas, estabelece que as vontades naturais ou arbitrárias vão definir as relações como comunitária (*Gemeinschaft*) ou societária (*Gesellschaft*) entre os seres humanos, considerados pelo autor como animais gregários (TÖNNIES, 1957; BRANCALEONE, 2008; MORAES *et al*, 2021). De acordo com os mesmos autores, as vontades naturais, orientadas por instintos de autopreservação, nutrição e reprodução, estabeleceriam relações comunitárias, não pautadas por propósitos exteriores. Quando predominante este tipo de vontade, a

sociabilidade apresentaria características de intimidade, interioridade e exclusividade, envolvendo afeto, amor e devoção. Alguns tipos de manifestações comunitárias identificadas por Tönnies seriam relacionadas a laços de consanguinidade, coabitação territorial e afinidade espiritual, tendo como locus privilegiado para sua ocorrência a casa, a vila/aldeia e a cidade. Por outro lado, as relações societárias tratam de aspectos mais mecanicistas, abstratos e artificiais, oriundos da expansão do comércio. Assim sendo, é do capitalismo e do individualismo que se forma a sociabilidade do domínio público (societária), do mundo exterior, com vínculos estatais e contratuais (TÖNNIES, 1957; BRANCALEONE, 2008; MORAES *et al*, 2021).

Brandão (2015) evidencia que as manifestações de cunho comunitário das Comunidades Tradicionais têm como referência um território, no qual as famílias habitam tanto um espaço centrado em sua casa como um espaço coletivo, que é um bem comum, os quais não raramente têm a posse ameaçada. Ao habitar esses espaços é criada uma cartografia popular em que lugares são nomeados e consagrados, podendo ser estes lugares de cultura (casas, quintais, igrejas, bares), de natureza (um rio, uma grande árvore) ou de natureza socializada (uma lavoura, uma represa, um campinho de futebol), entre outros.

É possível reconhecer as CT por meio de cinco elementos identificadores, sendo eles: 1) a propriedade comunal; 2) a produção voltada para dentro da comunidade (valor de uso); 3) a distribuição comunitária do trabalho não assalariado; 4) o desenvolvimento e transmissão da tecnologia por processo comunitário, adaptando-se ao meio no qual é estabelecido; 5) a transmissão da propriedade e do conhecimento, por meio da tradição comunitária, de geração para geração (DERANI, 2002).

Pela ótica ambiental, as CT são reconhecidas em sua importância no desenvolvimento sustentável, como observado no princípio 22 da Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, apresentado na convenção ECO-92, o qual estabelece:

Os povos indígenas e suas comunidades locais desempenham um papel fundamental na ordenação do meio ambiente e no desenvolvimento devido a seus conhecimentos e práticas tradicionais. Os Estados deveriam reconhecer e prestar o apoio devido a sua identidade, cultura e interesses e velar pelos que participarão efetivamente na obtenção do desenvolvimento sustentável. (UN, 1992).

Quando analisado o conceito de CT sob óticas diversas, observa-se que são formadas por indivíduos que partilham das mesmas convicções, ou seja, possuem a mesma cultura, crença, tradição, entre outros hábitos comuns entre seus pares. A sociedade deve reconhecer e respeitar tais grupos e suas decisões, suas culturas, organização social, seus territórios e os recursos naturais que utilizam. O papel do Estado, nesse sentido, é o de reconhecer e apoiar esses grupos que buscam a conquista da identidade pública e cultural, os direitos e os interesses que a eles pertencem (CUNHA & ALMEIDA, 2001; COSTA, 2010; MORAES *et al.*, 2017).

Em se tratando do processo de identidade cultural, é possível observar, que desde antigamente, esse processo está em constante movimento. Com isso, de imediato foi necessária a criação do termo “tradicional”. Essa tradição pode ser entendida como a “capacidade de reprodução social de uma comunidade ou população por meio da reinterpretação contínua de seus valores tradicionais” (OLIVEIRA, 2013, p. 79). O termo está cada vez mais sendo usado pelas tribos e grupos cuja interpretação varia, de acordo com os próprios modos das comunidades. A tradição presente em um grupo define e representa as relações e as práticas que ocorrem no local onde vivem (OLIVEIRA, 2013).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Os procedimentos metodológicos desta pesquisa se encontram sintetizados no Quadro 5, de acordo com os objetivos específicos, com os métodos aplicados e suas fontes. Os detalhes sobre o contexto da realização da pesquisa são apresentados na seguinte ordem: as interferências da pandemia na pesquisa; os aspectos metodológicos gerais da pesquisa; a delimitação do local de estudo; as participantes; procedimentos de coleta de dados e procedimentos de análise de dados.

Quadro 5 – Síntese metodológica quanto aos objetivos de pesquisa

Objetivos específicos	Método	Fontes
Descrever a formação social e histórica das comunidades rurais de quebradeiras de coco babaçu na região na região do Bico do Papagaio, Tocantins	Pesquisa bibliográfica narrativa e documental	Livros e artigos científicos, teses e dissertações, documentos legais, relatórios de movimentos sociais e agências nacionais e internacionais de desenvolvimento
Identificar conceituações do bem-estar humano no âmbito rural/tradicional	Pesquisa bibliográfica sistemática e narrativa e documental	Livros e artigos científicos, documentos legais, relatórios de agências nacionais e internacionais de desenvolvimento
Caracterizar as dimensões de bem-estar humano relacionadas ao <i>modus vivendi</i> das comunidades tradicionais de quebradeiras de coco babaçu	Construtivista social	Entrevistas com formulário semiestruturado

Fonte: elaborado pelo autor.

3.1 CONDIÇÕES PANDÊMICAS

Identificado em dezembro de 2019, na China, a doença causada pelo novo coronavírus (SARS-CoV-2) apresentou rápido alastramento pelo mundo, sendo declarada uma pandemia pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 11 de março de 2020 (WHO, 2020). No Brasil, o primeiro caso da COVID-19 foi registrado em 26 de fevereiro de 2020 e o primeiro óbito decorrente da doença em 15 de março de 2020 (LULA, 2021).

Devido à pandemia, estratégias como o uso de máscaras, a higiene das mãos e, principalmente, o distanciamento físico e social foram adotadas, a fim de diminuir a velocidade de contágio e a sobrecarga dos sistemas hospitalares (LULA, 2021). Na Unesp, seguindo as recomendações do Ministério da Saúde e da Secretaria de Estado da Saúde, houve a suspensão das aulas, ocorrida em 17 de março de 2020 (CRUESP, 2020), e a adoção do ensino remoto (UNESP, 2021).

A condição pandêmica trouxe a necessidade de diversas adequações no desenho metodológico da pesquisa quanto ao cronograma, à elaboração do instrumento de coleta de dados primários e à aplicação deste instrumento, realizada de forma remota.

3.2 ASPECTOS METODOLÓGICOS GERAIS

Considerando que esta pesquisa estuda o significado de bem-estar e de suas dimensões sob o olhar das quebradeiras de coco babaçu em seus papéis reais no mundo, a partir de suas diversas condições contextuais (ruralidade, tradicionalidade, vulnerabilidade social, entre outros); considerando que esta pesquisa traz contribuições teóricas de bem-estar humano, classe, gênero e raça, as quais ajudam a compreender pensamentos e comportamentos sociais; e considerando que esta pesquisa reconhece o potencial de múltiplas fontes de evidência, como entrevistas, literatura acadêmica e documentos, podemos caracterizá-la como uma pesquisa como qualitativa²¹.

A pesquisa envolve também a utilização de teorias explícitas, tais como, capacitações e funcionamentos, de Amartya Sen, e interseccionalidades das relações sociais, de vários autores, teorias cujas justificativas de uso se encontram na fundamentação teórica deste trabalho. A partir dessas teorias, foi possível ampliar o escopo no levantamento de questões e explicações sobre a realidade do bem-estar humano no âmbito das comunidades rurais de quebradeiras de coco babaçu no Bico do Papagaio, Tocantins. Ao longo da pesquisa, a comparação das explicações teórico-bibliográficas é realizada com os dados gerais, históricos e conceituais buscando a fusão do horizonte interpretativo do pesquisador com os horizontes interpretativos dos participantes da pesquisa, o que configura esta como uma pesquisa exploratória (REITER, 2017, NEUMAN, 2014).

A interpretação de dados e informações, obtidos em triangulação, com o ponto de vista do pesquisador, caracterizam esta pesquisa também como descritiva, pois busca-se, de maneira acurada, objetiva e eficaz, unir procedimentos confiáveis para a coleta e para a análise de dados e informações alinhados aos objetivos propostos pela pesquisa, de forma que a organização, a estrutura, as forças e os

²¹ Tais indicadores são apontados por Yin (2016) como característicos às pesquisas qualitativas.

sistemas operativos subjacentes ao bem-estar humano no contexto estudado sejam explicitados (KRISHNARAO, 1961).

Esta pesquisa parte da suposição filosófica construtivista social. Entende-se que os significados sobre o bem-estar humano aferidos na pesquisa são uma tentativa das quebradeiras de coco babaçu em entender o mundo em que vivem e trabalham ao atribuir-lhes significados subjetivos. Tais significados são também procedentes de uma negociação social e histórica que se desenrola na interação cultural e contextual estudada, por isso, o nome construtivismo social, de tal modo que o papel do pesquisador foi o de induzir os significados possíveis sobre bem-estar humano na visão das participantes (CRESWELL, 2007).

O construtivismo também se manifesta uma vez que são descritos os significados de bem-estar humano para as diversas participantes da pesquisa, de acordo com suas experiências. Em outras palavras, sintetizou-se o que todas as participantes têm em comum em termos do fenômeno estudado, buscando descrever a essência universal referente à “o que é” e “como” é vivenciado o bem-estar humano entre as quebradeiras de coco babaçu. Para a realização de tal síntese, 1) foi identificado o bem-estar humano como fenômeno a ser estudado; 2) foram coletados dados de diversas quebradeiras a respeito do bem-estar humano; 3) foram analisados os dados coletados por meio da redução da informação a declarações ou a citações significativas sobre as dimensões do bem-estar humano; 4) foram elencados os temas a partir de tais declarações e citações. Seguidamente a isso, o pesquisador desenvolveu uma descrição textual; especificamente sobre experiências das participantes; uma descrição estrutural, na qual constam condições, situações e contexto de tais experiências; e uma combinação de ambas para transmitir a essência do fenômeno estudado (CRESWELL, 2016).

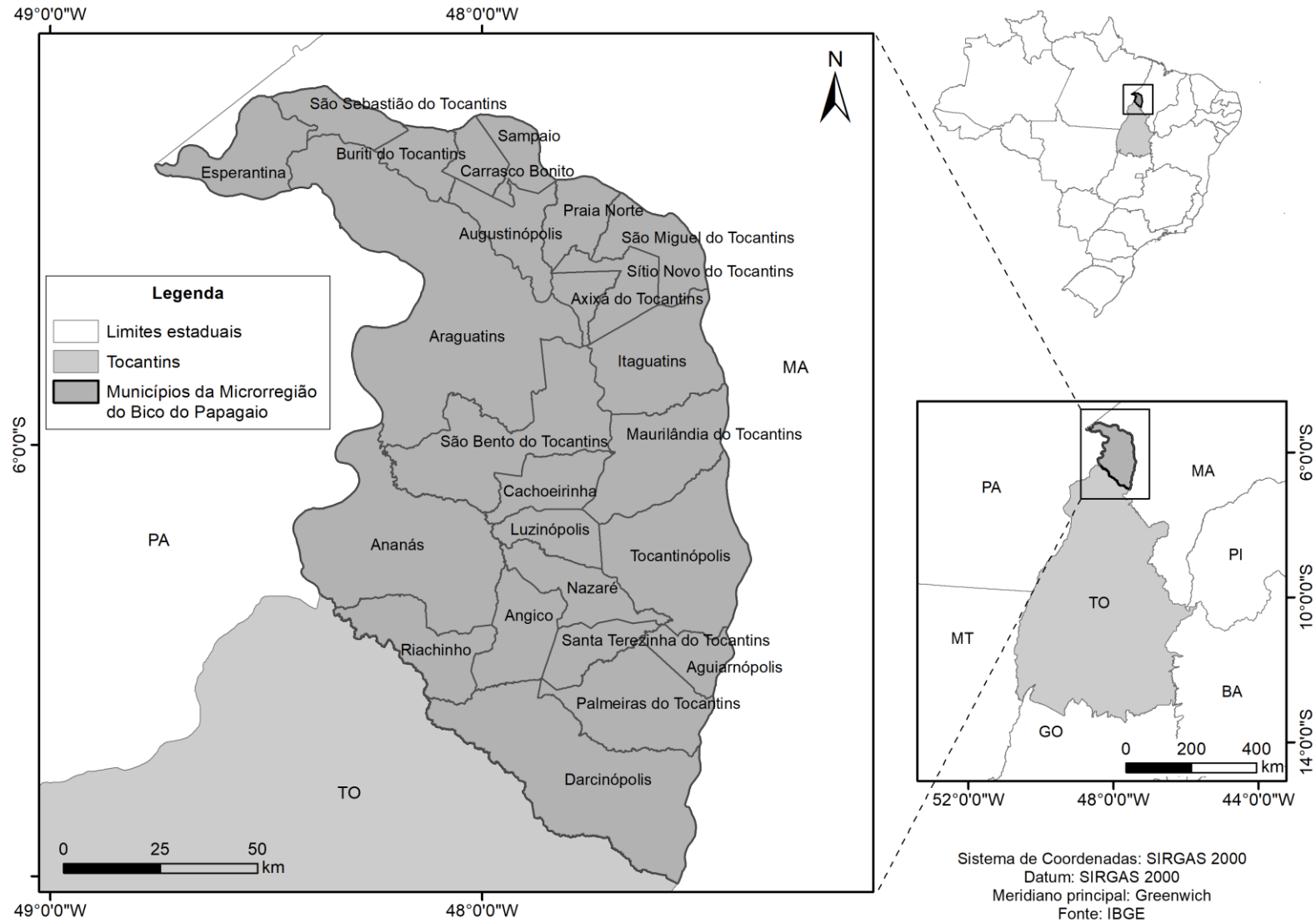
3.3 DELIMITAÇÃO DO LOCAL DE ESTUDO

A pesquisa foi realizada junto a participantes residentes na zona rural da microrregião política do Bico do Papagaio, estado do Tocantins, Figura 4. Esta região é composta por 25 municípios: Aguiarnópolis, Ananás, Angico, Araguatins, Augustinópolis, Axixá do Tocantins, Buriti do Tocantins, Cachoeirinha, Carrasco Bonito, Darcinópolis, Esperantina, Itaguatins, Luzinópolis, Maurilândia do Tocantins, Nazaré, Palmeiras do Tocantins, Praia Norte, Riachinho, Sampaio, Santa Terezinha

do Tocantins, São Bento do Tocantins, São Miguel do Tocantins, São Sebastião do Tocantins, Sítio Novo do Tocantins e Tocantinópolis (BRASIL, 2015).

A região do Bico do Papagaio, Mapa 1, tem grande representatividade no mapa situacional das situações de conflito, ameaças e lutas das quebradeiras de coco babaçu contra seus antagonistas, os quais se materializam no papel de fazendeiros, empresas e Estado, os quais buscam implementar determinados projetos de desenvolvimento para a região (MARIN; NOVAES; COSTA, 2018).

Mapa 1 – Microrregião política do Bico do Papagaio, Tocantins

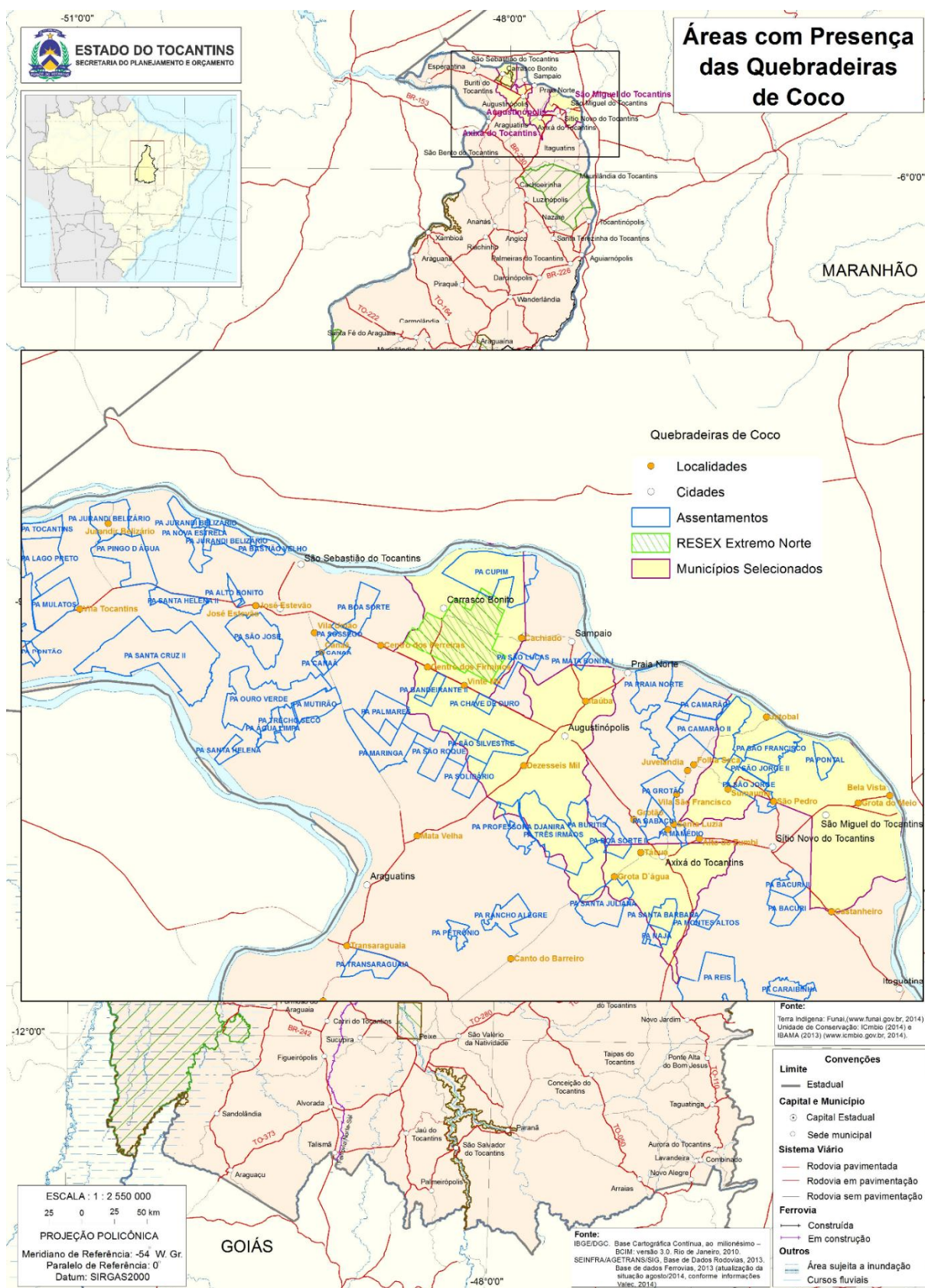


Fonte: elaborado por Lucas Cabrera Monteiro com dados do IBGE (2022).

Algumas das áreas com presença de quebradeiras de coco babaçu no Bico do Papagaio podem ser verificadas no Mapa 2. Tais áreas foram mapeadas pela Secretaria do Planejamento e Orçamento do Estado do Tocantins, em convênio com o Ministério do Meio ambiente (MMA), para o Zoneamento Ecológico-Econômico (ZEE) estadual, realizado em 2016 (TOCANTINS, 2016), em que um dos produtos para o diagnóstico da dinâmica social e econômica do estado do Tocantins foi a identificação das populações tradicionais e as implicações dessas na dinâmica territorial e social a elas envolvente (MATTEO *et al.*, 2016).

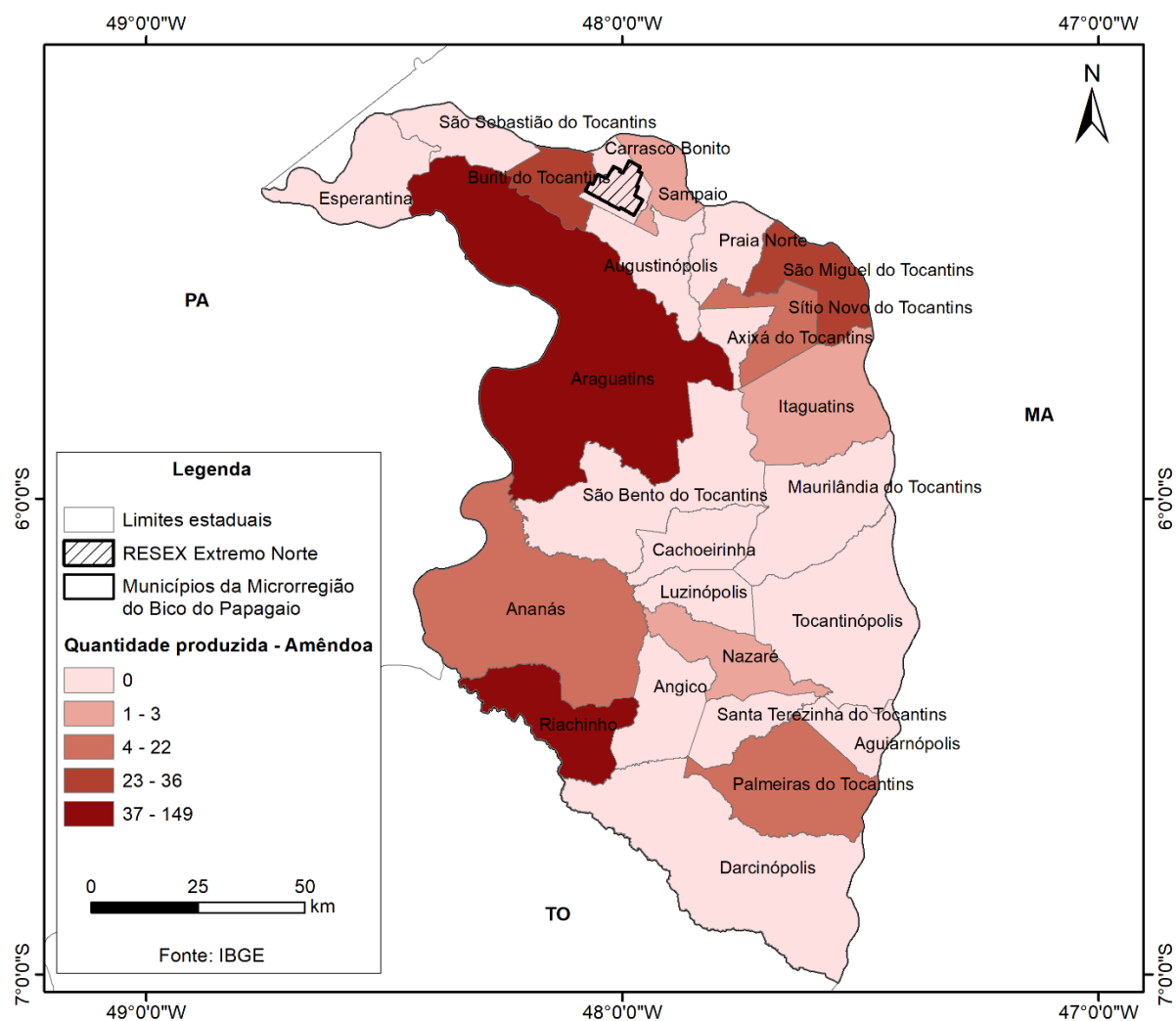
A fim de complementar os dados do ZEE, são apresentados os mapas 3 e 4, os quais evidenciam as quantidades produzidas na extração vegetal do babaçu (amêndoa e coco), em toneladas, no ano de 2017. Os dados evidenciam os municípios em que há maior produção do babaçu no Bico do Papagaio, dados que permitem induzir, juntamente com o Mapa 2, a presença das quebradeiras de coco babaçu.

Mapa 2 – Áreas com presença de quebradeiras de coco babaçu no estado do Tocantins



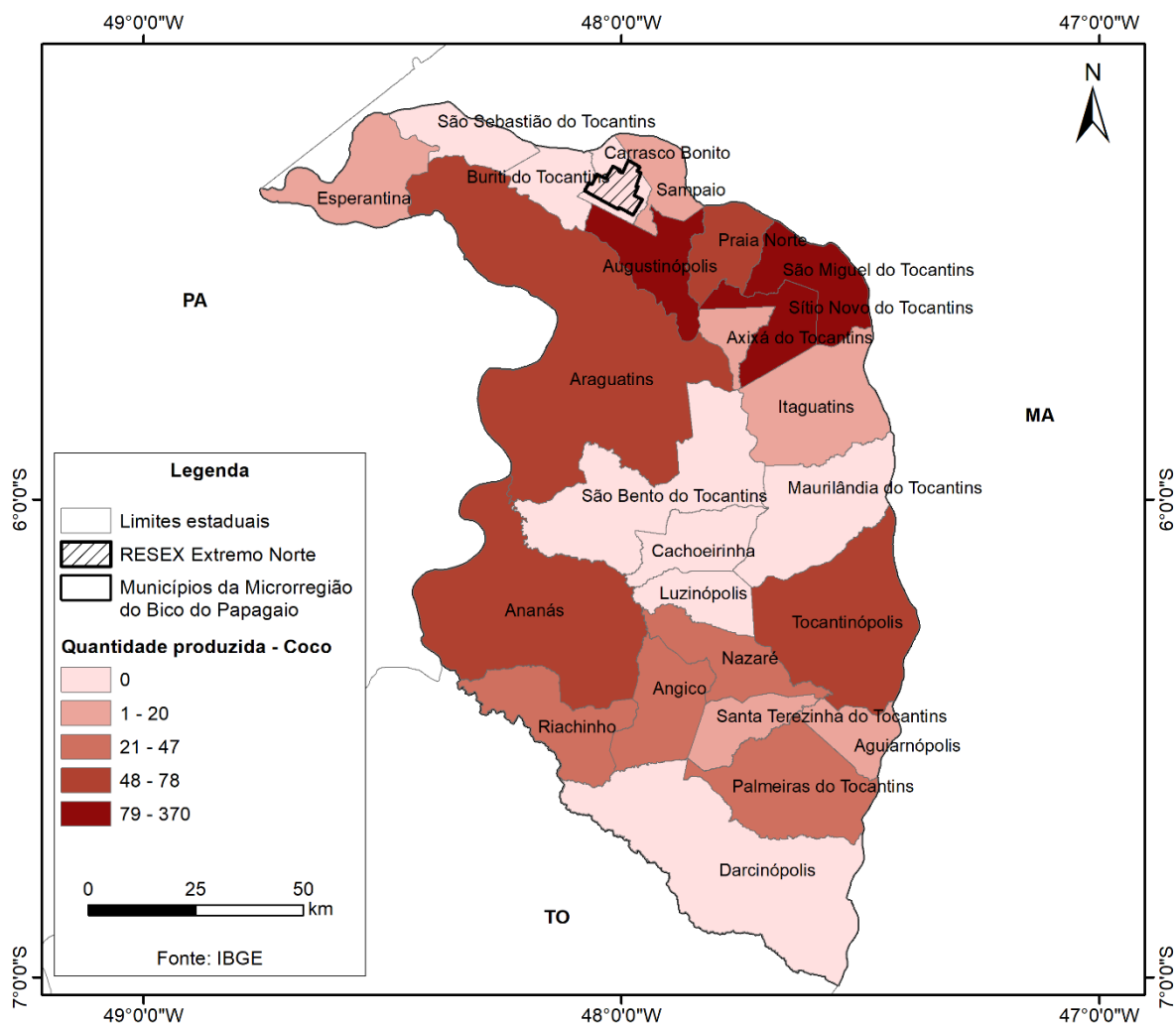
Fonte: Matteo et al. (2016).

Mapa 3 – Quantidade produzida na extração vegetal do babaçu (amêndoa), toneladas



Fonte: elaborado por Lucas Cabrera Monteiro com dados do IBGE (2017).

Mapa 4 – Quantidade produzida na extração vegetal do babaçu (coco), toneladas



Fonte: elaborado por Lucas Cabrera Monteiro com dados do IBGE (2017).

Segundo dados do Censo de 2010, a população do Bico do Papagaio é amplamente ruralizada, Tabela 1. Nota-se que 34% do contingente da população da região vive no campo, com variações entre 9,01% de 75,70% da população vivendo no âmbito rural, a depender da cidade.

Tabela 1 – População por município e por condição de domicílio rural na microrregião do Bico do Papagaio-TO

Município	População 2022	Porcentagem da população rural 2010*	Estimativa de população rural 2022**
Aguiarnópolis	4.787	19,76%	946
Ananás	10.368	17,45%	1.809
Angico	3.062	38,96%	1.193
Araguatins	31.719	35,73%	11.333
Augustinópolis	17.471	17,39%	3.039
Axixá do Tocantins	10.267	17,83%	1.831
Buriti do Tocantins	10.346	23,69%	2.451
Cachoeirinha	1.964	19,41%	381
Carrasco Bonito	3.343	46,66%	1.560
Darcinópolis	6.357	33,83%	2.151
Esperantina	7.510	51,31%	3.853
Itaguatins	5.187	43,67%	2.265
Luzinópolis	2.989	36,12%	1.080
Maurilândia do Tocantins	3.234	36,05%	1.166
Nazaré	5.359	54,61%	2.926
Palmeiras do Tocantins	4.664	43,69%	2.038
Praia Norte	8.808	41,66%	3.670
Riachinho	3.962	56,76%	2.249
Sampaio	4.203	9,01%	379
Santa Terezinha do Tocantins	2.560	35,57%	911
São Bento do Tocantins	5.387	41,06%	2.212
São Miguel do Tocantins	14.103	75,70%	10.676
São Sebastião do Tocantins	4.100	23,35%	957
Sítio Novo do Tocantins	10.830	46,71%	5.059
Tocantinópolis	23.847	19,01%	4.535
Total	206.427	33,87%	70.667

Fonte: IBGE (2021, 2010).

* Porcentagens da população rural referentes ao Censo de 2010.

** Estimativas obtidas pela multiplicação de população do Censo de 2022 pelas porcentagens de população rural do Censo de 2010.

Além disso, do total do contingente populacional da região, a maioria é vulnerável à pobreza e muitos se encontram, de fato, nesta situação, Tabela 2. A população vulnerável à pobreza é aquela com renda per capita igual ou inferior a

R\$255,00 mensais; os extremamente pobres são aqueles cuja renda é inferior a R\$70,00, ambos a preços de agosto de 2010 e limitado a indivíduos que vivem em domicílios particulares permanentes (IBGE, 2010).

Tabela 2 – Porcentagem de extremamente pobres e vulneráveis à pobreza na microrregião do Bico do Papagaio-Tocantins, 2010

Município	Porcentagem de extremamente pobres	Porcentagem de vulneráveis à pobreza
Aguiarnópolis	6,95	78,79
Ananás	6,81	45,67
Angico	13,51	78,38
Araguatins	19,69	85,3
Augustinópolis	9,01	77,59
Axixá do Tocantins	16,48	81,5
Buriti do Tocantins	19,26	77,24
Cachoeirinha	18,58	85,2
Carrasco Bonito	28,14	80,65
Darcinópolis	13,5	70,19
Esperantina	36,37	74,31
Itaguatins	23,75	79,9
Luzinópolis	13,76	86,3
Maurilândia do Tocantins	25,93	92,86
Nazaré	17,81	72,29
Palmeiras do Tocantins	16,74	87,45
Praia Norte	27,91	61,97
Riachinho	35,04	87,6
Sampaio	21,21	87,56
Santa Terezinha do Tocantins	20,63	83,1
São Bento do Tocantins	18,2	91,5
São Miguel do Tocantins	18,32	86,49
São Sebastião do Tocantins	29,96	84,84
Sítio Novo do Tocantins	32,02	77,13
Tocantinópolis	10,17	67,28

Fonte: IBGE (2010).

3.4 PARTICIPANTES

As participantes da pesquisa foram as mulheres que exercem o trabalho extrativista do coco babaçu e residem no âmbito rural da microrregião do Bico do Papagaio, estado do Tocantins. A técnica de seleção das participantes foi a amostragem em cadeia de referências, popularmente conhecida como “bola de neve”. Neste procedimento técnico-científico, são escolhidos alguns informantes chave, chamados de “sementes”, os quais, em seguida, indicam novos contatos a partir de

suas redes pessoais, atendendo às características desejadas pela pesquisa, e assim sucessivamente. Esta técnica de amostragem é não probabilística, ou seja, é realizada por conveniência e se adequa às pesquisas qualitativas em que os participantes podem ser difíceis de serem acessados, dispersos, estigmatizados ou existam em pequeno número. O tamanho da amostra é determinado a partir do ponto de saturação, momento em que o pesquisador já não obtém informações diferentes dos participantes, ou segundo um cálculo amostral (PARKER; SCOTT; GEDDES, 2020; VINUTO, 2014).

Inicialmente, foram identificadas três “sementes” entre os participantes da RedeCT, o Padre João Barbosa, da Paróquia Divino Pai Eterno, no município de Barra do Ouro-TO; a professora Doutora Rejane Cleide Medeiros de Almeida, da Universidade Federal do Norte do Tocantins, Campus de Tocantinópolis-TO, e Milena Botelho Azevedo Lena, assistente administrativo da prefeitura de Palmas-TO. A escolha de tais intermediários se justifica, no caso do Padre João, por sua proximidade com integrantes da CPT, cuja atuação junto aos movimentos sociais locais é forte, e, no caso da professora Rejane e de Milena, pelo fato de estarem envolvidas em pesquisas relativas às quebradeiras de coco babaçu na região em estudo.

Tais sementes realizaram a indicação de outros intermediários para a pesquisa:

- A)** Padre João indicou Ireni Alves Gomes (Dona Ireni), quebradeira de coco babaçu residente na região do município de Praia Norte-TO, a qual colaborou com os ajustes iniciais no instrumento de coleta, na fase de pré-teste, e cujas respostas não compõem os resultados desta dissertação;
- B)** professora Rejane indicou Juscelino Laurindo dos Santos, coordenador pedagógico de escola municipal em Araguaína-TO e pesquisador sobre quebradeiras de coco babaçu, o qual, por sua vez, indicou Emília Alves da Silva Rodrigues (Dona Emília), coordenadora executiva do MIQCB no Tocantins, residente no Povoado Sete Barracas, localizado no município de São Miguel do Tocantins-TO. Dona Emília não participou da pesquisa, mas indicou outras mulheres extrativistas que participaram;

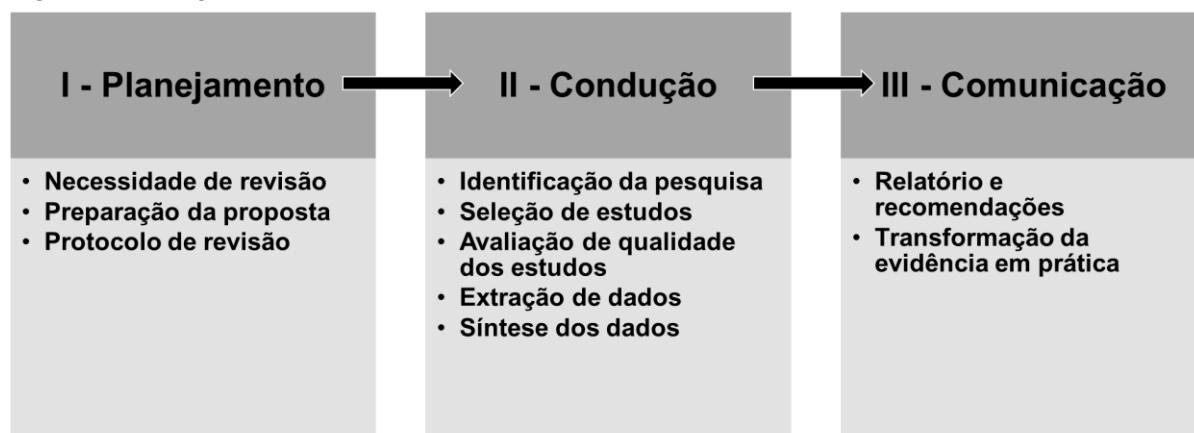
- C)** Milena indicou Lino Rocha de Oliveira, analista ambiental da Reserva Extrativista Extremo Norte do Tocantins, o qual indicou outras mulheres extrativistas que participaram da pesquisa.

A partir das indicações das sementes, foram realizadas cinco entrevistas com quebradeiras de coco babaçu e os dados referentes a essas são discutidos no capítulo Resultados e Discussões.

3.5 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

Para a realização desta pesquisa, utilizou-se a Revisão Sistemática de Literatura, a partir das orientações fornecidas David Tranfield, David Denyer e Palminder Smart no artigo *Towards a Methodology for Developing Evidence-Informed Management Knowledge by Means of Systematic Review*. O artigo aborda a RSL segundo três estágios, com suas respectivas fases: planejamento da revisão (estágio 1), realização da revisão (estágio 2) e relatórios e divulgação da revisão (estágio 3) (TRANFIELD; DENYER; SMART, 2003), os quais podem ser verificados na Figura 3.

Figura 3 – Estágios de uma revisão sistemática



Fonte: Tranfield; Denyer; Smart (2003).

Juntamente à revisão sistemática de literatura, foi utilizada a revisão narrativa de literatura. A revisão narrativa busca compreender a evolução de um ou alguns tópicos ao longo do tempo dentro de determinada tradição de pesquisa, a fim de identificar pesquisas cujos conteúdos sejam potencialmente relevantes para o tópico estudado, sintetizando-os em metanarrativas sobre o conhecimento e seu panorama histórico (SNYDER, 2019).

Utilizou-se também a entrevista como método de coleta de dados. As participantes indicadas pela cadeia de referências que aceitaram participar da pesquisa foram entrevistadas por este pesquisador de forma padronizada, por meio de perguntas constantes num formulário semiestruturado²², em que constam perguntas abertas e fechadas.

O formulário traz informações devidamente divididas em seções e categorias, de acordo com a RSL, como evidenciado pelo Quadro 6. Sublinha-se que, embora a RSL tenha fornecido categorias e indicadores diversos, mostraram-se relevantes para esta pesquisa apenas as seções e categorias a seguir, de acordo com o pré-teste do formulário. O pré-teste ocorreu em novembro de 2021, com duas trabalhadoras extrativistas do babaçu. Os dados obtidos no pré-teste não foram utilizados na análise.

Quadro 6 – Seções, categorias e objetivos das perguntas no formulário

Seção	Categorias	Objetivos das perguntas
1 - Identificação da entrevistada	-	Conhecer dados sociodemográficos da entrevistada
2 - Caracterização do domicílio	-	Conhecer o local de habitação da entrevistada como espaço de proteção do meio ambiente, de descanso, de alimentação, elencando a disponibilidade de bens e serviços essenciais
3 - Sobre o extrativismo de coco babaçu	-	Conhecer os processos sociais, ambientais, econômicos e políticos envolvidos na atividade extrativa de babaçu
4 Dimensões do bem-estar humano	Concepção de bem-estar humano	Compreender a ideia do bem-estar subjetivo das participantes da pesquisa
	Produção agropecuária e segurança alimentar e nutricional	Compreender a sustentabilidade no acesso à alimentação
	Renda e segurança econômica	Verificar a fragilidade econômica e como esta afeta os subsistemas social e natural
	Saúde	Identificar condições de saúde no trabalho; acesso aos serviços de saúde e serviços ecossistêmicos de saúde
	Relações com a natureza	Identificar as formas de manejo de bens naturais; a percepção sobre alterações climáticas nos anos recentes e a adaptação a tais alterações
	Conexões sociais	Verificar a construção de capital social, a existência de redes, normas e confiança

Fonte: elaborado pelo autor.

É importante salientar que as entrevistas presenciais foram inviabilizadas devido à pandemia do novo coronavírus (covid-19), o que impôs a necessidade de

²² O formulário se encontra no Apêndice A deste trabalho.

que a estratégia de coleta de dados pela técnica de entrevistas fosse adaptada para a modalidade on-line. As entrevistas foram realizadas por audioconferência, de maneira síncrona, por meio do aplicativo de mais facilidade de manuseio pela participante, neste caso, o WhatsApp. As entrevistas foram transcritas e analisadas.

3.6 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

Os dados obtidos por meio de entrevistas foram sujeitos à análise de conteúdo temático-categorial, tal como indicado por Creswell (2010).

Para isso, foram realizados os seguintes passos:

A) Organização e preparação dos dados para análise:

- transcrição das entrevistas com o auxílio do software oTranscribe;
- organização de notas tomadas durante a entrevista;
- organização das entrevistas em diferentes arquivos;
- formatação;
- divisão em seções de acordo com o formulário utilizado;
- leitura ótica do material;
- revisão textual;

B) Leitura inicial dos dados:

- pré-codificação por meio da segmentação de frases e parágrafos;
- tomada de notas durante o processo de pré-codificação;
- atribuição de rótulos às categorias emergentes em cotejamento com a revisão de literatura;

C) Codificação:

- agrupamento dos segmentos de textos similares;
- reorganização dos textos em função de argumentos principais e secundários;
- codificação de tais agrupamentos por indicadores subjacentes à categoria por meio de cores;
- releitura do agrupamento
- reorganização dos segmentos de texto a fim de contestar as categorias elaboradas;

D) Redação:

- estruturação do texto em função da argumentação interpretativo-descritiva para as diferentes categorias e seus respectivos indicadores;
- organização dos segmentos de texto que comprovam tal argumentação
- evidenciação das múltiplas perspectivas obtidas junto às participantes da pesquisa de acordo com a importância interpretativo-descritiva;

E) Validação:

- triangulação com a revisão de literatura;
- descrição densa;
- esclarecimentos dos vieses;

Com isso, a análise de conteúdo procurou relacionar estruturas semânticas com estruturas sociológicas, a fim de explicar enunciados, fazendo referência aos seus contextos sociais, psicossociais, culturais e de produção da mensagem (CRESWELL, 2010).

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A seguir são apresentadas as discussões sobre as participantes e seus domicílios; os detalhes sobre a situação em que ocorre o extrativismo do coco babaçu; as dimensões de bem-estar humano na visão das quebradeiras de coco; e a interseccionalidade das relações sociais observadas nos três tópicos anteriores.

4.1 IDENTIFICAÇÃO DAS PARTICIPANTES E DE SEUS DOMICÍLIOS

Os dados aqui relatados foram obtidos por meio de entrevistas realizadas nos dias oito e nove do mês de dezembro de 2021. As entrevistas foram conduzidas por chamada de voz via internet, por meio de aplicativo de mensagens com suporte em *smartphones*.

A fim de tornar anônimas as identidades das mulheres entrevistadas, essas foram chamadas de Participante 1, Participante 2, Participante 3, Participante 4 e Participante 5. Além disso, outros dados específicos, tais como, nomes de lugares e nomes de pessoas mencionados pelas respondentes também foram substituídos por referências genéricas que preservam a compreensão do texto e do contexto enquanto não permitem que tanto as respondentes como as pessoas por elas citadas sejam reconhecidas.

Todas as entrevistadas nasceram em algum município do estado do Maranhão e, em algum momento posterior da vida, fixaram residência no estado do Tocantins, em específico, em algum dos municípios que fazem parte da microrregião política do Bico do Papagaio. O adentramento e fixação de famílias camponesas na região do Bico do Papagaio, as quais partiam da região Nordeste em busca de espaços para a prática da agricultura e pecuária de subsistência, extrativismo, caça e pesca é convergente com a descrição do modelo produtivo de trabalho familiar e do uso coletivo da terra pelos camponeses que colonizaram a região a partir do século XX, fenômeno explicado por Velho (2009) e Ferraz (2000).

Devido à utilização da amostragem por cadeia de referências e às limitações impostas pela realização da pesquisa durante o período pandêmico de covid-19, observou-se um viés etário na amostra de mulheres entrevistadas, as quais têm entre 67 e 74 anos. Nesse sentido, se, por um lado, o viés etário possibilita a observação de um horizonte temporal amplo de transformações no cenário do bem-estar humano nas narrativas dessas mulheres, segundo suas experiências, por outro, furta a possibilidade da interpretação do bem-estar humano aos olhos de quebradeiras

de coco babaçu mais jovens. O viés etário pode ser considerado uma limitação desta pesquisa, assim como, uma janela de oportunidade para o desenvolvimento de pesquisas que supram tal limitação.

Duas das cinco participantes são casadas, enquanto as outras três são viúvas. No entanto, o estado civil não tem relevância por si só. Sua relevância é mais evidente quando se discutem as dimensões de renda e de segurança alimentar e nutricional, pois a existência de uma segunda pessoa que colabore com a chefia da família pode significar tanto um incremento de renda como um incremento produtivo, ambos os quais permitem melhores condições no atendimento de necessidades básicas diversas.

No que diz respeito à autodenominação étnica, três entrevistadas se autodeclararam negras, enquanto duas delas se autodeclararam morenas. Durante a entrevista, as mulheres autodeclaradas morenas foram reticentes quanto à definição de cor ou raça utilizada pelo IBGE (Branca, Preta, Amarela, Parda, Indígena), preferindo os termos “morena”, utilizado por elas mesmas. A autodenominação “morena” pode apontar para uma insuficiência do instrumento de coleta de dados na variabilidade de situações que representam o componente étnico ou para uma hesitação das participantes em se autodeclararem segundo as definições pré-estabelecidas, dado que tais definições compreendem um legado de exclusão longo e resistente na história brasileira.

O legado de exclusão se manifesta também na escolarização formal. Três das participantes da pesquisa não foram alfabetizadas e aquela que chegou até o ensino fundamental incompleto somente aprendeu a assinar o próprio nome. Apenas uma das entrevistadas completou a educação básica, chegando até o final do ensino médio. Esta situação de analfabetismo/baixa escolarização é condizente com os dados do IBGE (2019) os quais apontam que 20,7% das pessoas pretas e pardas, acima de 15 anos, no âmbito rural, são analfabetas. Além disso, tendo em consideração que a educação é uma das dimensões importantes do bem-estar humano, na concepção de Stiglitz; Sen e Fitoussi, (2009), por que amplia as escolhas das pessoas social, cultural e economicamente (DENEULIN, 2006), nota-se que as mulheres pesquisadas se encontram em situação de desvantagem no espaço de liberdade que poderiam potencialmente exercer, caso o acesso à educação tivesse sido garantido.

Todas as participantes da pesquisa se consideram trabalhadoras extrativistas e agricultoras familiares. Além disso, uma delas também se considera e é, de fato, assentada da reforma agrária. Esta identificação é importante porque evidencia que o trabalho extrativista e a produção para a subsistência são estratégias complementares para gerar incrementos no aumento do bem-estar humano, em especial, entre indivíduos cujo modo de vida possui forte entrelaçamento com o ambiente rural.

Um resumo das variáveis de identificação das participantes da pesquisa pode ser encontrado no Quadro 7.

Quadro 7 – Variáveis de identificação das participantes da pesquisa

Pseudônimo	Município em que nasceu	Município em que reside atualmente	Idade (anos)	Estado civil	Autodenominação étnica	Grau de instrução	Responsável domiciliar	Grupos aos quais considera pertencer
Participante 1	Barra do Corda, Maranhão	Carrasco Bonito, Tocantins	67	Casada	Morena	Não alfabetizada	A mesma	Família extrativista e agricultora familiar
Participante 2	Colinas, Maranhão	São Miguel do Tocantins, Tocantins	74	Casada	Preta	Não alfabetizada	A mesma	Família extrativista e agricultora familiar
Participante 3	Caxias, Maranhão	Carrasco Bonito, Tocantins	70	Viúva	Preta	Não alfabetizada	A mesma	Família extrativista e agricultora familiar
Participante 4	Pedreiras, Maranhão	Praia Norte, Tocantins	70	Viúva	Preta	Ensino médio completo	A mesma	Família extrativista, agricultora familiar e assentada
Participante 5	João Lisboa, Maranhão	Carrasco Bonito, Tocantins	67	Viúva	Morena clara	Fundamental incompleto	A mesma	Família extrativista e agricultora familiar

Fonte: elaborado pelo autor.

Inicialmente, esta pesquisa contemplava as trabalhadoras extrativistas do babaçu exclusivamente em âmbito rural, isto é, com domicílio em localização rural. No entanto, devido às limitações na seleção da amostra por conta da pandemia de covid-19, esta condição foi flexibilizada para incluir trabalhadoras cujo local de domicílio não fosse rural, ou seja, foram incluídas participantes de domicílio com localização urbana. Esta flexibilização tornou possível compreender que a situação de domicílio rural ou urbano não exclui as vivências da ruralidade pelas participantes porque seus modos de vida têm intensa inter-relação com o ambiente rural, como será mostrado pelas evidências durante as análises das dimensões do bem-estar humano para as entrevistadas. As Participantes 1 e 4 têm domicílio rural e as Participantes 2, 3 e 5 têm domicílio urbano.

Todas elas moram em casas próprias e quitadas, as quais são cobertas por telhas e têm paredes de alvenaria rebocadas. A cerâmica é o material principal do piso em quatro casas (Participantes 1, 2, 3 e 5), embora na casa da Participante 3 também exista piso de cimento e seja este o principal piso na casa da Participante 4.

Com exceção da casa da Participante 4, as demais casas possuem sanitário interno ou externo. O esgotamento sanitário não é realizado por rede geral em nenhum dos casos e, nas casas das Participantes 1, 4, 5, o esgotamento é realizado por meio de fossas rudimentares, de tal forma que os dejetos produzidos no domicílio são depositados diretamente no solo, o que aumenta as chances de contaminação da água, em especial, se o abastecimento dessa é feito por meio de poço artesiano, como é o caso da Participante 4, o que, por sua vez, aumenta as chances de transmissão de doenças.

Os riscos de contaminação e os problemas de saúde relacionados com a água são dirimidos nos casos em que a água tratada é fornecida por rede geral, situação das Participantes 1, 2, 3 e 5. Em todos os casos, quanto ao abastecimento de água, as entrevistadas afirmaram que esse é contínuo e sem interrupções.

A maneira como o lixo é descartado também influencia a poluição ambiental e tem consequências na saúde. Somente a Participante 4 enterra o lixo na propriedade, enquanto as demais pesquisadas são beneficiadas pelo serviço municipal de coleta de lixo.

Segundo o IBGE (2015), fazem parte do saneamento o tipo de abastecimento de água, a presença ou a ausência de sanitário no domicílio, a modalidade de esgotamento sanitário e a forma descarte do lixo. No meio rural, essas

variáveis são intensamente deficitárias, tal como apresentado na justificativa deste trabalho. Tal situação fica exemplificada pelas condições de saneamento da Participante 4. Além disso, a presença, em um dos casos (Participante 1), de fossa rudimentar em ambiente urbano chama atenção para o déficit urbano de saneamento como um desafio a ser superado, especialmente, para estratos socioeconômicos mais baixos.

Quanto à iluminação, todas as participantes recebem energia em seus domicílios e possuem medidor próprio, mesmo em domicílios rurais. Todas as participantes também afirmam que o serviço de energia é ininterrupto.

A densidade domiciliar por cômodo, obtida pela divisão do número de moradores pelo número de cômodos do domicílio, indica 1,75; 0,5; 0,5; 1; e 0,2, respectivamente para as Participantes 1, 2, 3, 4 e 5. Densidades mais altas, como 1,75 e 1 indicam domicílios mais precários em que há poucos cômodos para muitos moradores.

Os principais combustíveis utilizados para a preparação de alimentos pelas participantes são o gás e o carvão, com predominância pela utilização de carvão, já que as quebradeiras de coco produzem a partir da casca do babaçu. É importante mencionar que a lenha e o carvão são mais poluentes e, no longo prazo, oferecem mais riscos à saúde de quem os utiliza.

Os dados sobre os domicílios das participantes são importantes porque indicam deficiências qualitativas no acesso a serviços básicos ou nos atributos da habitação, os quais podem ser melhorados ou adequados a fim de que sejam eliminadas inadequações domiciliares.

O resumo das características dos domicílios das participantes pode ser consultado no Quadro 8.

Quadro 8 – Caracterização do domicílio das participantes

Pseudônimo	Localização	Tipo	Ocupação	Material de cobertura	Material das paredes	Material do piso	Número de cômodos	Número de dormitórios	Sanitário	Local do sanitário	Esgotamento sanitário
Participante 1	Rural	Casa	Próprio quitado	Telha	Tijolo com reboco	Cerâmica	4	2	Sim	Fora	Fossa rudimentar
Participante 2	Urbana	Casa	Próprio quitado	Telha	Tijolo com reboco	Cerâmica	8	4	Sim	Dentro e fora	Fossa séptica
Participante 3	Urbana	Casa	Próprio quitado	Telha	Tijolo com reboco	Cerâmica e cimento	6	3	Sim	Dentro	Fossa séptica
Participante 4	Rural	Casa	Próprio quitado	Telha	Tijolo com reboco	Cimento	8	-	Não	-	Fossa rudimentar
Participante 5	Urbana	Casa	Próprio quitado	Telha	Tijolo com reboco	Cerâmica	5	2	Sim	Dentro	Fossa rudimentar

Fonte: elaborado pelo autor.

(continua)

Quadro 8 – Caracterização do domicílio das participantes

(continua)

Pseudônimo	Abastecimento de água	Disponibilidade de água	Iluminação	Disponibilidade de iluminação	Combustíveis utilizados para o preparo de alimentos	Coleta de lixo	Número de moradores no domicílio	Moradores do domicílio
Participante 1	Rede geral	Diária	Elétrica com medidor próprio	Diária em tempo integral	Gás e carvão	Coletado diretamente por serviço de limpeza	7	1 - Participante 1 1 - filha 3 - netos 2 - bisnetos
Participante 2	Rede geral	Diária	Elétrica com medidor próprio	Diária em tempo integral	Gás e carvão	Coletado diretamente por serviço de limpeza	4	1 - Participante 2 1 – cônjuge da entrevistada 1 - filha 1 - neta
Participante 3	Rede geral	Diária	Elétrica com medidor próprio	Diária em tempo integral	Gás, lenha e carvão	Coletado diretamente por serviço de limpeza	3	1 - Participante 3 1 - filha 1 - filho
Participante 4	Poço	Diária	Elétrica com medidor próprio	Diária em tempo integral	Gás, lenha e carvão	Enterrado na propriedade	8	1 - Participante 4*
Participante 5	Rede geral	Diária	Elétrica com medidor próprio	Diária em tempo integral	Gás e carvão	Coletado diretamente por serviço de limpeza	1	1 – Participante*

Fonte: elaborado pelo autor.

*Não detalhou a composição familiar durante a entrevista. Porém, menciona filhos, filhas e noras.

O Quadro 9 evidencia quais bens duráveis as participantes possuem. Todas as participantes possuem geladeira, o que sugere a redução de desperdício de alimentos, elemento importante para a segurança alimentar e nutricional. Além disso, todas elas possuem *smartphones*, portanto, estão incluídas digitalmente. As Participantes 2 e 4 não possuem meios de transporte próprio (carro ou moto), o que pode significar a limitação da mobilidade e, por isso, da liberdade para a realização de atividades diversas, como a participação em instâncias de representação coletiva, assunto discutido junto à análise das dimensões de bem-estar humano.

Quadro 9 – Posse de bens duráveis pelas entrevistadas

Pseudônimo	Carro	Geladeira	Computador	Celular	Motocicleta
Participante 1		X		X	X
Participante 2		X		X	
Participante 3		X		X	X
Participante 4	X	X	X	X	X
Participante 5		X		X	

Fonte: elaborado pelo autor.

A seção a seguir apresenta o trabalho extrativista do babaçu realizado pelas mulheres participantes da pesquisa segundo os contextos específico em que se inserem.

4.2 EXTRATIVISMO DE COCO BABAÇU

O início da jornada como quebradeira de coco babaçu, para as entrevistadas, divide-se em duas situações distintas, aquelas que iniciaram a coleta e/ou quebra do coco desde crianças e aquelas que iniciaram tal trabalho na vida adulta, seja porque foram impelidas pela necessidade de prover para si e para seus filhos seja porque a função maternal já não era integral e, por isso, não competia com a realização de outro trabalho, pois os filhos já eram independentes.

O trabalho extrativista de coco iniciado na infância é exemplificado nas seguintes falas: “[...] eu quebro coco sim. Eu continuo quebrando coco direto.” (PARTICIPANTE 4); “Rapaz, eu comecei catar coco acho que eu tinha uns 10 ano. Aí, de lá pra cá, eu venho quebrando. (PARTICIPANTE 2); e

Eu, quando eu comecei a quebrar coco, eu tinha sete anos de idade. A minha tia me levava pros mato, aí, era partir aquele coco. Tirava as bage, assim, os gominho, assim, só pra mim tira quase da bage ali. Ia quebrando. Passava o dia todinho fazendo tirar onde que for. Aí, depois foi indo, até quando eu aprendi mesmo quebrar. E aí, eu ia mais a minha mãe. Eu quebrava 10 litro de coco, 16 litro. Aí foi indo. Aí, desde lá pra cá, toda vida eu quebrei coco. Aí passei um ano, eu fui pra Goiânia. Cheguei lá, fiquei lá. Aí voltei de novo, mas continuei sempre a vida de quebrando coco, tá. Me casei, aí meu marido era lavrador. E aí, fiquei também lutando na roça junto com ele e catando coco. (PARTICIPANTE 5).

A situação em que o trabalho extrativista do coco é iniciado já na vida adulta é exemplificada nas situações das Participantes 3 e 1. Para a Participante 3, cujo esposo fazia o papel de provedor para a família, a necessidade surge quando, na ausência desse – neste caso, por morte – a própria sobrevivência e a sobrevivência dos filhos é ameaçada, o que a impele a escolher a atividade extrativa do babaçu como alternativa principal de trabalho e renda para a manutenção das necessidades básicas da família, tal como demonstrado pelo segmento “Quando eu perdi meu marido, aí eu comecei quebrar coco porque não tinha outro meio de vida pra mim sobreviver com meus fio.” (PARTICIPANTE 3).

A Participante 1 passa a realizar o trabalho extrativista do babaçu somente após o cumprimento de suas responsabilidades como mãe, isto é, este trabalho só se tornou uma opção, de fato, quando o trabalho materno já poderia ser considerado cumprido, como relatado no excerto “Rapaz, quando eu comecei quebrar coco, eu já tinha meus meninos tudinho, porque eu num ia porque tinha menino, né, e não podia quebrar coco. Aí, depois que cresceram, foi que eu comecei quebrar coco. Já tinha uns 40 [anos].” (PARTICIPANTE 1).

Em todos os casos, a atividade extrativa do babaçu exerce papel fundamental para as entrevistadas porque se apresenta como única alternativa viável de trabalho e, portanto, de sustento para si e para suas famílias. Sem o extrativismo do babaçu, as mulheres se deparam com obstáculos extremos, tais como, a impossibilidade de sustentar a família, especialmente durante a criação dos filhos (Participante 2, 3 e 4); a falta de alternativas de emprego e renda na região (Participantes 1 e 5); e a dificuldade de cobrir os gastos com serviços essenciais, como é o caso da energia elétrica (Participante 4).

Na fala da Participante 3, percebe-se que o trabalho com o babaçu contribuiu para que não aceitasse quando instada a colocar os filhos para adoção. Assim, o extrativismo do babaçu pode ser entendido não apenas como uma alternativa

de trabalho, mas como um ato de resistência contra forças desestruturantes exercidas pela pobreza sobre as famílias.

A minha família é muito grande, aí, um outro queria um, mas eu não tinha coragem de dar nenhum de meus fi, não tinha coragem de dar nem fio nem fia nenhum. E, graças a Deus, que Deus me deu coragem e a postumidade de ir quebrando coco, trabalhando em roça... e eu criei meus sete filho. (PARTICIPANTE 3).

Tanto na fala da Participante 3, acima, como nas falas das Participantes 2 e 3, a seguir, vê-se que o trabalho extrativista possibilita o sucesso das mães na criação dos filhos e no sustento da família, além de ser motivo de orgulho para as mulheres pela resistência em realizar tais feitos: “Eu criei meus filho, todo mundo, criei nove filho quebrando coco.” (PARTICIPANTE 2); “[...] é porque o sustento da família aqui que eu tiro do babaçu, porque a energia rural é cara demais. (PARTICIPANTE 4).

Em um cenário em que as oportunidades de participação no mercado de trabalho formal são limitadas e em um contexto local de baixa formação de capital humano, o trabalho extrativo tem sido a alternativa encontrada pelas mulheres para construírem meios de se inserirem economicamente, como relatado pela Participante 5 “[...] porque não tinha outro objetivo pra mim fazê, aí era o jeito deu quebrar coco”. As competências do trabalho extrativista são, inclusive, transmitidas intergeracionalmente entre as mulheres da família, como evidenciado pela Participante 1: “Minha mãe que quebrava e aí eu aprendi com ela quebrar. Quando os menino cresceram, aqui não tem serviço mesmo, aí o serviço daqui é quebrar coco. Quem não tem emprego de nada. Aí eu comecei quebrar coco.”.

Embora o trabalho extrativo dessas mulheres seja a única ou uma das poucas alternativas encontradas por elas para a sobrevivência, as florestas em que coletam e, às vezes, quebram o coco, foram privatizadas ao longo das últimas décadas por processos de grilagem, como explicitado na fundamentação teórica deste trabalho. Isso significa que o trabalho que realizam ocorre necessariamente, pelo menos de forma parcial, isto é, durante a coleta, em fazendas privadas.

Nesse sentido, realizar a coleta em um local privado implica que as mulheres precisam se sujeitar às condições impostas pelos donos das terras, os quais podem autorizar ou não a coleta e também a quebra no local. Esta é a situação das Participantes 1, 2, 3 e 5, as quais citam os locais onde coletavam o coco babaçu: “Era

aqui mesmo no Carrasco, nas fazenda do pessoal que tem. Hoje a gente coleta lá mesmo os coco pra gente quebrar.” (PARTICIPANTE 1); “[Coletava o coco] De uma quinta de um homem chamado Fazendeiro, que ele não se importava que a gente ficasse lá. Ele não ligava, a gente chegava, fazia carvão. [...] Ele deixava a gente quebrar lá. A gente juntava num lugar e quebrava.” (PARTICIPANTE 2).

Com isso, pode-se que compreender que, a qualquer momento, se o status da autorização para coleta e quebra nas propriedades privadas sofrer alteração, as mulheres seriam deixadas em situação ainda mais vulnerável, porque ficariam sem a única ou uma das únicas oportunidades de trabalho que podem realizar. Esta fragilidade decorre do fato de as mulheres não possuírem terras próprias ou coletivas em que possam realizar a coleta e a quebra dos cocos, o que fica evidenciado na fala da Participante 3: “Eu nunca tive propriedade nenhuma! A única fonte de renda que eu tinha [é] porque eu tenho um cumpadi aqui mesmo no Tocantins. E aí, ele tem uma, uma fazendinha, num sabe, que tem muito coco.”.

Neste e nos demais casos em que as mulheres são autorizadas a coletar o coco em propriedades privadas, não há garantias de que possam realizar continuamente seu trabalho, pois, a qualquer momento, a autorização para o uso das terras privadas pode ser suspensa. A Participante 5 menciona que esta autorização é implícita e que nunca foi proibida de realizar a coleta e a quebra do coco em propriedades privadas.

[...] assim, antes, nós quebrava mesmo era no mato. Era mata, sabe. A gente chegava lá, olhava as palmeira, ajuntava uns pouco assim num lugar, aí quebrava. Aí, aquelas casca a gente já colhia que era pra fazer o carvão. A gente fazia no mato, antes sabe. Só que tinha dono, só que o povo não importavam muito nessa época, sabe. [...] nunca, assim, proibiram nós, a gente quebrar coco, assim não. E eles nunca proibiram a gente de pegar também coco, coletar... Eu coletava os coco aqui na fazenda do Fazendeiro. Eu coletava lá, de lá, sabe. Aí era que eu trazia aqui, pra minha casa, entendeu? Aí eu tinha um barraquinho aqui que eu botava os coco, aí eu ia quebrá. É, aqui, que eu sei, é assim, que tem o Fazendeiro, ele deixa a gente coletá os coco lá e se arrumá, assim, um lugarzinho pra quebrá, ele arruma, pra gente ficar, pra quebrar os coco lá sabe. (PARTICIPANTE 5).

Nesta situação, a quebradeira depende do “favor” de um proprietário de terra para realizar seu trabalho em florestas que eram antes públicas e foram tornadas privadas, comumente por métodos ilegais como a grilagem. Somente uma das entrevistadas, que é assentada da reforma agrária, realiza o trabalho extrativista sem a necessidade de autorização externa, porque é dona da própria terra. Nas palavras

dela, “Aqui, eu estou na minha terra, aqui eu tenho meus coco e aqui mesmo eu quebro meus coco. Às vezes, eu pego aqui de vizinho ao lado, às vezes, eu pego babaçu nas terra dos vizinho, aqui do lado.”.

Os vizinhos a que se refere também são assentados. A única autorização da qual depende é a deles quando realiza o trabalho extrativista fora de sua propriedade. Porém, encontra-se em situação diferente daquela experimentada pelas demais quebradeiras, pois o trabalho extrativo pode continuar ocorrendo em sua terra, caso seus vizinhos suspendam a autorização de trabalho nas terras que lhes pertencem. Isso torna a relação entre quebradeira e proprietário de terra não dependente porque possibilita que a mulher tenha mais autonomia sobre seu próprio trabalho, o que não é o caso daquelas cujas atividades ocorrem em fazendas privadas.

Em geral, o trabalho tanto de coleta como de quebra de coco é realizado coletivamente pelas mulheres. Esta organização é explicitada pela fala da Participante 2, a qual diz “Eu botava adjunto de 20 mulher, de 15. Eu botava adjunto. Adjunto a gente junta os coco, aí troca o dia com as mulheres. Aí, naquele dia a gente, elas vão quatro ou 20, 15 pra quebrar um montão de coco.”. Este sistema de trabalho significa que as mulheres organizam o trabalho coletivo da seguinte forma: reúnem-se antes de entrarem nos babaçuais para a coleta de coco; entram na floresta; realizam, em grupo, a coleta dos coquilhos; transportam os cocos coletadas, à pé, até o local de quebra, podendo esta ser realizada na própria mata ou no domicílio de uma delas; juntam-se para quebrar os cocos e retirar as amêndoas para, posteriormente, processar as partes do coco e obter outros produtos a partir delas, os quais são vendidos e/ou utilizados para consumo próprio.

Comumente, os trabalhos mencionados são realizados por meninas e por mulheres. Há um estigma em torno da participação masculina no extrativismo do coco. Porém, segundo a Participante 4,

Aqui não tem bom não, aqui todo mundo ajuda um pouco, carrega, e eu quebro. Minhas companheira aqui, minhas fia, minhas nora, todo mundo quebra coco aqui em casa, até os homem. É o jeito. Eles não come? Eles não precisa de roupa lavada? Pois, tem que ajudar a produzir.
(PARTICIPANTE 4).

Isso mostra a conscientização da entrevistada de que o trabalho extrativista do coco babaçu não precisa e não deve ser limitado pelo gênero, uma vez que os benefícios provenientes da atividade são distribuídos para toda a família sendo,

portanto, importante a colaboração de seus membros nos processos que produzem tais benefícios. Não há evidências da conscientização sobre a divisão do trabalho com o recorte de gênero para as demais entrevistadas nesta pesquisa.

Além do trabalho coletivo de coleta e quebra do babaçu, realizado pelas mulheres, o processamento também apresenta ação coletiva em um dos casos, relatado pela Participante 1. Neste local, as quebradeiras estão organizadas em uma associação, a qual possui uma unidade de processamento dos cocos para a extração do óleo de babaçu. Nas palavras da trabalhadora:

[...] a gente prensa o coco, aí tira o óleo e vende, aí, quando tem uma... bastante coco meu, das outras companheiras que quebra coco... É uma associação. Na máquina eu ajudo também elas aqui, né. Porque a gente aqui é fraco demais, aí ajuda uns os outros, sem ganhar nada mesmo, só o que a gente bota, sabe. (PARTICIPANTE 1).

É importante evidenciar, como ressaltado pelo excerto, que o trabalho é voluntário. Todos os processos coletivos de coleta, de quebra e de processamento são geridos por aquelas que participam dele sem que percebam rendas extras com isso. O benefício gerado coletivamente é distribuído também coletivamente, embora algumas ocupem posições de liderança nos processos mencionados. O valor gerado e percebido no e para o coletivo demonstra a eficiência dos processos extrativistas e o fortalecimento dos grupos de mulheres que vivem mesmas realidades e atuam colaborativamente, em rede, para desenvolverem seu trabalho.

A Participante 1 explica que, antes da existência da usina de processamento dos cocos. “[...] antigamente, a gente fazia era torrar na panela, pisar no pilão para poder tirar o óleo.”. Portanto, o óleo era obtido a partir das amêndoas e, muitas vezes, era apenas utilizado em casa, não vendido. Com a usina, o óleo passa a ser retirado dos cocos *in natura*, sem que haja a necessidade da quebra para a separação das amêndoas, o que significa menos trabalho e menos riscos para as quebradeiras, já que o trabalho de quebra dos cocos é, tradicionalmente, realizado de forma manual, com um machado afiado, o qual apresenta o risco de cortes e ferimentos mais graves para as mulheres. Além disso, a maior quantidade de óleo, produzida em conjunto, e com menor quantidade de trabalho, introduz a possibilidade de venda do produto e de obtenção de renda com isso, introduzindo incrementos de bem-estar humano para as trabalhadoras.

A narrativa da entrevistada evidencia: “A gente quebra e tira o óleo. Só utilizava [o óleo] em casa. Aí, tá com uns seis, sete ano que a gente conseguiu uma máquina e a gente tira o óleo do coco cru mesmo, só prensado. Aí melhorou mais.” (PARTICIPANTE 1). A narrativa da Participante 5 também corrobora a finalidade de obtenção de renda a partir do extrativismo: “[...] eu botava lá na usina, porque aqui tem uma usinazinha da gente botá o coco. Nesse tempo, era o Fiscal da RESEX, a gente entregava lá. Ele mandava moer os coco, tirava o óleo, aí, ele vendia aquele óleo [...]” (PARTICIPANTE 5).

Entretanto, não apenas o óleo é produzido a partir do coco babaçu. Segundo a Participante 2,

[...] do coco a gente tira, faz o carvão, do azeite do coco você faz sabão pra lavar roupa, cê usa o azeite pra comer. [...] naquele tempo que a gente quebrava, quebrava e vendia. Vendia, tinha o comprador de coco. [...] Pra vender pra cooperativa. Aí, de tarde, a gente traz os coco pra casa e vendia. (PARTICIPANTE 2)

A fala da Participante 2 sublinha que os usos dos produtos extraídos do coco babaçu são diversos e que se integram às diversas dimensões do bem-estar humano, como a segurança alimentar e nutricional, quando funciona como combustível de preparação de alimentos e quando é utilizado como azeite no preparo desses; como ingrediente para a produção de artigos básicos para a higiene, como o sabão; e como forma de obtenção de renda, empregada no sustento das famílias. A venda dos produtos do babaçu é também uma estratégia implementada pela Participante 3, a qual afirma: “eu vendia a amêndoa.”.

Mesma situação quanto à destinação dos produtos do babaçu e os benefícios por ele gerados pode ser verificada na fala da Participante 5

[...] eu faço... assim, o calvão das casca, entendeu. Aí, nós quebrava mesmo aqui. Aí, agora, aí nós fazia o carvão atrás da minha casa, porque, atrás da minha casa, assim, pra lá, não mora gente, sabe. Aí, eu tenho o buraquinho, fazia o carvão. Eu pegava, às vezes, eu tirava o azeite, eu vendia o azeite, comia também. Fazia o sabão, entendeu. (PARTICIPANTE 5).

Somente uma das participantes afirmou não utilizar a estratégia de venda do babaçu ou seus produtos como estratégia de incremento da renda. Ainda assim, utiliza-os para consumo próprio e ressalta o papel exercido pela cooperativa de mulheres da qual participa na produção e venda de diversos produtos obtidos a partir

do coco babaçu. Assim sendo, para as cooperadas, o babaçu e os produtos produzidos a partir dele são uma fonte de renda, a qual se integra num contexto coletivo de produção e venda, como exemplificado na fala da entrevistada:

Não, eu não vendo não. Nem carvão... não, não, não. Até agora, eu ainda não vendi não. Só que eu não vendo produto do babaçu, eu não tiro pra vender, só para o consumo da família mesmo. Mas, as companheiras produz pra vender. Mas, nós, que somos da associação, ali a cooperativa, a gente vende o óleo, vende o sabão, vende o mesocarpo, vende um monte de produto do babaçu; sabonete. A gente vende tudo, tudo, tudo. (PARTICIPANTE 4).

O principal objetivo atingido pelas as quebradeiras com as vendas das amêndoas, dos cocos ou dos produtos obtidos a partir deles é a geração de renda que supra algumas das necessidades básicas, como a alimentação, a compra de artigos de vestuário, entre outras. Além disso, produz-se o carvão com as cascas do babaçu, combustível utilizado para o preparo de alimentos, também essencial para o sustento da família, pois elimina ou reduz o gasto com a compra do botijão de gás, o qual é mencionado nas seções seguintes do trabalho como um dos itens mais onerosos no orçamento doméstico das famílias que realizam o extrativismo do babaçu.

Enfatiza-se que a venda do babaçu é **uma** das estratégias implementadas para garantir o suprimento das necessidades básicas, pois, além do extrativismo, as quebradeiras também são agricultoras, trabalho que realizam em conjunto com suas famílias, motivo por que se consideram agricultoras familiares. A agricultura que desenvolvem é essencialmente voltada para a subsistência, nos casos aqui estudados, e, em geral, ocorrem em um contexto em que a terra é ou arrendada ou cedida em comodato gratuito, modalidades de posse e propriedade da terra discutidas na seção seguinte.

Apenas a Participante 4 afirma não auferir renda com o babaçu. Porém, estabelece que os produtos obtidos com o coco colaboram na complementação alimentar e nutricional de toda a família. Neste caso, destaca-se que, embora a complementação de renda com o babaçu não ocorra, a carência da renda extra existe e fica evidenciada pela fala da entrevistada sobre a insuficiência do valor de sua aposentadoria no provimento das necessidades familiares essenciais.

As citações a seguir elucidam o exposto:

A gente vendia pra comprar as coisas pra dentro de casa, a roupa, calçado, arroz, feijão. Quando faltava, que a gente trabalhava de roça, mas sempre o arroz não dava pra tirar o ano todo, aí o que faltava eu comprava, quebrava coco e comprava. Era minha única fonte de renda (PARTICIPANTE 2).

Porque dava pra mim comê, comprá as roupinha pra meus fio, num sabe. A amêndoa eu vendia que era pra comprar um pouquinho de arroz, comprá o óleo, o café, o açúcar, essas coisinha, sabe. O calvã nós fazia nas casa. (PARTICIPANTE 3).

O meu salário, do meu aposento, não dá pra trocar o bujão e pagar a energia. Não dá. Aí, eu tenho que me virar com o babaçu pra manter a casa. Sabão, comida, essas coisas... carvão pra cozinhar. Tudo aqui é do babaçu. Agora, eu, pessoa, eu mesmo não dou conta de produzir pra sustentar a família, que é grande, e, ainda, vender. Só dá mesmo para o consumo, o meu, a minha produção. (PARTICIPANTE 4).

O trabalho extrativista do babaçu realizado pelas quebradeiras possui diversos papéis caracterizados como essenciais social e economicamente. No entanto, tal condição não isenta a realização do trabalho extrativista aos conflitos inerentes às atividades campesinas. Tais conflitos são oriundos da tensão entre o avanço da agricultura capitalista de larga escala e a produção para subsistência e extrativismo. A materialização deste conflito é facilmente observável na intensificação do desflorestamento na região.

Induzido pela expansão das fronteiras do agronegócio na região, o desflorestamento realizado pelos fazendeiros tem como objetivo a ampliação de espaços para pastagens – voltadas para a criação de gado e búfalos – ou para monoculturas – voltada para a produção de *commodities* como a soja, o milho e o eucalipto. O desflorestamento significa a eliminação da mata nativa, os Cocalis. Com a eliminação dos Cocalis, fica mais uma vez criada uma situação de insegurança para as mulheres extrativistas do babaçu, posto que, se não há babaçuais em que se possa realizar o trabalho extrativo, qual a alternativa para a sobrevivência dessas mulheres e de suas famílias?

O desflorestamento é denunciado nas falas de todas as participantes desta pesquisa. Além do desflorestamento, outro método de destruição das palmeiras realizado pelos fazendeiros é o envenenamento de pindovas. As pindovas são as palmeiras jovens do babaçu. Quando derrubadas, as palmeiras de babaçu podem se regenerar ao longo do tempo e formar novas plantas, motivo por que o envenenamento é utilizado pelos fazendeiros. A narrativa da Participante 5 ilustra bem as duas situações de destruição dos babaçuais:

Tão acabando com as [palmeiras], eles tão devorando tudo. Eles compram um remédio, aí faz um buraquinho na palmeira e coloca aquele remédio lá dentro da palmeira; dentro, sabe, com aquele buraquinho que eles faz. Aí, coloca lá. Quando é no outro dia, as paia da palmeira amanhece toda torcendo. Se você vê, é dó. Dá dó, porque nós chegemo aqui nesse lugar, não tinha 10 ano [de idade]. Aqui era só uma mata, muito coco, cocal mesmo para se vê sujeito, mas, agora, a gente pra juntar muito coco sua, sabe. É longe as palmeira de uma pra outra, porque eles acaba com tudo. Derriba, aplica remédio, mata. Aquelas palmeirinha, os coco que vai nascendo, que vai crescendo naquela pindoveirinha, eles pega o veneno e mata tudo. (PARTICIPANTE 5)

O extermínio das palmeiras é praticado, inclusive, em territórios de reserva extrativista. A RESEX em questão é a do Extremo Norte do Tocantins, cuja implementação não foi realizada desde quando foi promulgado o Decreto de sua criação, em 1992. As quebradeiras não se beneficiaram da criação RESEX até hoje, pois os fazendeiros, em resistência organizada e conluio político em instâncias locais e estaduais, têm impedido a desapropriação de diversas formas. Enquanto isso, utilizam as terras da reserva para os objetivos produtivos desejados e, para isso, realizam o desmatamento a fim de atingi-los. A Participante 1 relata esta situação da seguinte forma: “[Tem havido desflorestamento] demais! É os donos mesmo das terras [quem tem praticado o desflorestamento]. Nos dois lugares [dentro e fora da reserva extrativista de babaçu] acontece [o desflorestamento].”.

Segundo esta participante, os fazendeiros alegam que o desmatamento é feito “Porque diz que cai palmeira em cima do gado, aí eles derruba.” (PARTICIPANTE 1). Esta derrubada dos babaçuais vem ocorrendo desde a criação da reserva, independentemente da presença de um fiscal do ICMBio nela. Embora este emitisse multas quando identificava o desflorestamento, o processo continuava em curso. Tal situação pode ser constatada nas informações fornecidas pela Participante 5, que diz “Ele ajudava sim, porque ele era o fiscal aqui da reserva, sabe? Mas aí, ele ajudava que ele andava muito aqui [...] e quando ele via derrubada, aí ele... ele logo ia lá, multava as pessoa. Era assim, a ajuda que ele fez foi essa.” (PARTICIPANTE 5).

Embora o esforço do fiscal da reserva fosse reconhecido pelas quebradeiras locais, somente seu trabalho não era suficiente para deter o avanço do desflorestamento, fato observado no seguinte trecho: “Mesmo o Fiscal aqui, mas é mesmo, nós falemo: Fiscal, assim, o povo [fazendeiros] tá devorando, acabando com o cocal. E aí, daqui uns dia, aqui num tem um pé de coco. Nem pra tirá um leite pra botá numa coisa. (PARTICIPANTE 5).

Embora insuficiente, a fiscalização exercida pelo servidor do ICMBio era positiva porque atuava como uma força na direção contrária dos interesses hegemônicos na região. Todavia, o servidor foi transferido para outro local e o papel que exercia permanecia vago até a data da realização das entrevistas desta pesquisa, em dezembro de 2021, segundo às informações fornecidas pelas quebradeiras. A Participante 5 diz que “[...] ele foi transferido aí pra perto de Palmas, e aí, parou tudo, nunca mais a fiscalização.”; e adiciona “Foi agora esse ano, agora no meio do ano [2021] que tiraram ele.” (PARTICIPANTE 1). Ao ser questionada sobre se havia uma nova pessoa em substituição da função de fiscal do servidor transferido, a Participante 1 informa “Fiscalizando tem não. Fiscal nunca mais vi nenhum. Se tem, ainda não apareceu aqui não.”.

Ressalta-se que as quebradeiras de coco babaçu têm buscado formas diversas de contender o desmatamento do babaçu e criar melhores condições para o trabalho extrativista. Não obstante, defrontam-se com obstáculos que podem tornar esta luta inviável. A Participante 5 relata que, ao engajar-se na luta pela implementação da RESEX, sofreu ameaças de morte e que isso a forçou a deixar de militar por esta causa, porque temia por sua vida. Nas palavras dela,

[A implementação da reserva] Tá parada. Hoje ela tá parada. Num tem mais nem fiscalização, nem nada. Os fazendeiro tomaram de conta de tudo. Agora tudo é deles!

Não, rapaz, até que uma vez nós começo aí querê adianta, e aí, teve umas conversa aí, diz que andou foi umas pessoas aí atrás de mim, diz que querendo me matar e eu fiquei veiaca e larguei foi de mão. Aí fiquei mesmo quieta.

Tem uns três ano [isso]. (PARTICIPANTE 5).

O desflorestamento não é um fenômeno exclusivo da região da RESEX. Os fazendeiros, além de não respeitarem a preservação ambiental da reserva e de não permitirem o manejo dessa pelas populações tradicionais de quebradeiras de coco babaçu, também não respeitam as leis municipais e estaduais do Babaçu Livre em áreas que não são de reserva. As Leis do Babaçu Livre preveem o não desflorestamento de babaçuais e a permissão da exploração desses pelas quebradeiras.

A Participante 4 comenta essa situação no seguinte segmento:

Aqui [Tocantins], a gente tem a lei estadual do babaçu. Foi o primeiro estado que foi aprovada a lei do babaçu, só que eles aprovaram uma lei de

preservação do babaçu e nós tem também no município. E vários município aqui da região... têm a lei aprovada. Agora, tanto a estadual como a municipal não são obedecida, nenhuma. Aqui, eles tanto derruba cuma bota veneno. Não tem fiscalização, aqui ninguém não fiscaliza nada. Aí, os fazendeiros, os proprietário de terra, os grande negócio, do MATOPIBA, é... os grande, as grande, os grande investimento de eucalipto, de soja, dessas praga tudinho tão arrombando tudo, bota veneno e acaba com tudo. Aqui é uma verdadeira desgraça com o babaçu. (PARTICIPANTE 4).

O cotidiano do trabalho extrativista com o babaçu é permeado pelos conflitos apresentados nesta seção. A partir desse plano de fundo, na próxima seção, são analisadas as dimensões do bem-estar humano para as quebradeiras de coco babaçu.

4.3 DIMENSÕES DO BEM-ESTAR HUMANO PARA AS TRABALHADORAS EXTRATIVISTAS DO BABAÇU

Nesta seção, são discutidas cinco dimensões do bem-estar humano, a saber, produção agropecuária e segurança alimentar e nutricional; renda e segurança econômica; assistência à saúde; relações com a natureza; e conexões sociais. Ao longo das seções referentes a cada uma das dimensões, são apresentadas e discutidas diversas variáveis de bem-estar humano e seus status nas vidas das trabalhadoras extrativistas.

4.3.1 Produção agropecuária e segurança alimentar e nutricional

A identificação, durante a revisão de literatura desta pesquisa, de que o trabalho extrativista é acompanhado da produção agrícola de gêneros como arroz, mandioca e milho (BARBOSA, 2016); de que a ocupação da região do Bico do Papagaio foi realizada, inicialmente, pelo campesinato cuja prática produtiva se caracteriza pela agricultura de queimada (VELHO, 2009; FERRAZ, 2000); e a definição de que a produção em comunidades rurais locais tem como característica principal a produção familiar voltada à subsistência (OLAWUYI, 2019) introduziram a necessidade de que a pesquisa verificasse as características produtivas da produção agrícola junto às participantes, se houvesse, e buscasse a compreensão sobre as alternativas empregadas pelas quebradeiras no acesso sustentável à alimentação.

Para Olawuyi (2019), a produção familiar voltada à subsistência é marcada pela baixa produtividade, decorrente de limitações físicas e naturais, e pela carência

de conhecimento técnico e de apoio institucional. Tal caracterização será verificada ao longo desta seção.

Todas as participantes entrevistadas afirmaram terem trabalhado com a produção agrícola durante toda a vida. A agricultura praticada pelas quebradeiras tem base familiar e de subsistência, isto é, não tem como objetivo a produção de excedente para a comercialização, como ocorre com a agricultura patronal.

A caracterização familiar da produção fica evidente nas narrativas das Participantes 1 e 4, respectivamente, as quais, com respeito à divisão do trabalho agrícola, afirmam: “Era eu, era meu esposo, era os filho.”; “Todo mundo, todo mundo aqui vai pra roça.”. O ir para a roça significa que todos os membros da família invertem horas de trabalho na produção de alimentos a qual tem como finalidade a segurança alimentar e nutricional da própria família que realiza este trabalho.

É por este motivo que os gêneros alimentícios produzidos na empreitada agrícola das famílias incluem alimentos básicos, exemplificados nos seguintes segmentos das entrevistas: “Era arroz, feijão, fava, essas coisa assim, mandioca. A gente plantava muita mandioca. A gente fazia muita farinha [...]” (PARTICIPANTE 1); “[...] plantando arroz, feijão, milho, fava.” (PARTICIPANTE 2); “[...] planta toda coisa, desde o milho, a mandioca, o feijão, fava, toda coisa. Abóbora, quiabo, maxixe, toda coisa.” (PARTICIPANTE 4); “[...] aí eu prantava arroz, prantava milho [...]” (PARTICIPANTE 5).

A produção agrícola familiar tem como objetivo, por exemplo, o sustento dos filhos, como citado pela Participante 2, que diz “Criemo nossos filho tudinho trabalhando na roça [...]”. Este objetivo é validado pelo dado de que a produção familiar se volta, essencialmente, à alimentação do núcleo familiar, tal como ilustrado pela fala da Participante 3, que articula que estes alimentos são produzidos “Só pra comê, só pra usar pra comer”.

As quebradeiras de coco babaçu e suas famílias não são, em geral, detentoras de capitais como a terra, particularmente, porque ocupam uma região em que o campesinato não foi incluído no projeto de desenvolvimento nacional e regional, processos discutidos na fundamentação teórica desta pesquisa. Isso implica que, para realizarem a produção agrícola de subsistência, precisam recorrer a alguma modalidade de utilização de terras que não lhes pertencem.

As participantes da pesquisa especificam duas modalidades de uso da terra para a finalidade da produção agrícola familiar, a parceria e o comodato gratuito de

terra. A parceria ocorre quando o proprietário da terra cede o direito do exercício de atividades produtivas nela esperando como retribuição parte do rendimento produtivo, por exemplo, uma porcentagem das sacas de arroz produzido. O comodato gratuito da terra ocorre quando há o empréstimo gratuito da terra àquele que a utilizará para fins produtivos.

A parceria é onerosa para o camponês, dado que, ao produzir para a subsistência, parte da produção é apropriada pelo dono da terra, o que diminui a quantidade de alimentos disponíveis para a segurança alimentar e nutricional das famílias. Esta situação é exemplificada no caso da Participante 2, quando diz “[...] se a gente botasse cinco linha de roça, aí, conforme do tanto do arroz que dava, aí a gente tinha que pagar aquela quantidade que eles cobrava, né. Aquele tempo, se desse 10 saco, eles cobrava 4.” (PARTICIPANTE 1).

As Participantes 2, 3 e 5 produziam na modalidade de comodato gratuito de terra, como demonstrado por suas falas: “A gente trabalhava [...] na fazenda de um cunhado meu. Nós nunca temo terra, né, mas sempre a gente teve alguém que desse pra gente trabalha.” (PARTICIPANTE 2); “[...] foi o sobrinho dele que deu essas duas liinha de rocinha para ele, né, pra ele tratar.”²³ (PARTICIPANTE 3); “Olha, eu botei uma vez uma roça aqui na terra de [um] Fazendeiro uns tempo.” (PARTICIPANTE 5).

Contudo, o dilema das camponesas não reside somente na necessidade de utilização da terra de terceiros, mas também na **disponibilização** das terras desses para a finalidade de produção agrícola de subsistência. Como, ao longo do tempo, a fronteira agrícola se estendeu sobre a zona ecológica dos babaçuais, isso significou um reordenamento das prioridades de uso das terras privatizadas. Em outras palavras, porque o foco dos fazendeiros passou a ser o monocultivo ou a pecuária extensiva, houve uma redução do estoque de terra disponibilizado para a finalidade de parcerias e de comodato gratuito.

Esta situação foi elucidada pela Participante 1 no seguinte trecho:

Agora não tem mais é porque os donos das terra não deixa mais botá roça não. [...] não deixaram mais fazer roça, é tudo cheio de capim pro gado comer, o povo num deixaram mais não. Por que eles querem formar só pasto, né? Não quer que ninguém fique colocando roça. (PARTICIPANTE 1).

²³ Neste segmento, a entrevistada se refere ao comodato gratuito de terra celebrado por um compadre junto a um fazendeiro. Este compadre dividia o trabalho agrícola e os resultados dele advindos com a entrevistada.

Além disso, mesmo que a terra seja disponibilizada para as camponesas, seja por parceria seja por comodato gratuito, há limitações que se impõem no tempo de utilização do espaço ou no que se pode cultivar nele. A fala da Participante 5 destaca essa situação quando diz “[...] só não prantava, assim, essas outras coisa, mandioca, essas coisa, prueque, a terra era alheia. Aí, quando a gente tirava o arroz, eles já botava o gado dentro. (PARTICIPANTE 5). Portanto, levando-se em consideração que o ciclo de cultivo e produção da mandioca é longo, não valia a pena cultivá-la, embora fosse um item importante na composição da cesta alimentar das famílias.

Foi verificado durante as entrevistas que a produção agrícola de subsistência havia deixado de ser praticada por quatro (Participantes 1, 2, 3 e 5) das cinco entrevistadas. A Participante 1 relata “[...] agora, nunca mais ninguém plantou nada não, porque não tem aonde. Tem uns seis ano.” (PARTICIPANTE 1). A Participante 5, por sua vez, diz “Esse ano, eu não coloquei roça por causa da dificuldade, assim, da vista, entendeu.” (PARTICIPANTE 5). As Participantes 2 e 3 não mencionaram o motivo por que deixaram de praticar a agricultura de subsistência.

De qualquer forma, nos dois casos para os quais há explicações sobre as motivações do abandono da prática agrícola, vê-se que são ocasionados por forças fora do controle das trabalhadoras, seja porque os fazendeiros não mais aceitam parcerias ou comodatos gratuitos de terra seja porque problemas de saúde se tornaram um impedimento para a realização da atividade agrícola.

Além da produção agropecuária, a segurança alimentar e nutricional é também garantida pela renda, motivo por que o extrativismo do babaçu desempenha papel importante nesta dimensão. Nesse sentido, as participantes foram questionadas se, em algum momento, havia faltado dinheiro para comprar alimentos em suas casas. A resposta de três delas, as Participantes 1, 2 e 5, foi positiva. Neste ponto, a resposta da Participante 2 é emblemática porque evidencia a realidade a que Olawuyi (2019) se refere quando menciona que famílias maiores e com crianças têm maior prevalência de insegurança alimentar e nutricional.

Mas, rapaz, [dinheiro para comprar alimentos] é o que mais faltava quando eu criei meus filho. Tinha dia que não tinha... e a turma de menino. Aqui, [faltavam alimentos] no mês de janeiro, dezembro [...] quando eu tava criando meus filho. [...] depois que meus filho cresceu, melhorou tudo. (PARTICIPANTE 2).

Diante de tal situação, as trabalhadoras lançam mão de diversas estratégias para suprir a falta de alimentos, entre elas, o extrativismo de coco babaçu, praticado por todas as participantes; a criação de animais, como galinhas, porcos, peixes etc. (Participantes 1, 2), com finalidade de venda ou para o próprio consumo; e o cultivo de hortas domésticas com finalidade de venda ou para o próprio consumo (Participantes 2 e 4).

A Participante 1 recorria ao extrativismo como estratégia principal para o suprimento da falta de alimentos. Menciona que “[...] era quebrando coco mesmo para vender o coco e quando era de tarde para comprar o arroz.”. Em outros termos, a alimentação era assegurada paulatinamente, de acordo com o trabalho que possibilitasse adquirir os gêneros alimentícios de que precisava, mas sem que houvesse a segurança sobre se haveria refeições futuras.

Já a Participante 2 recorria à venda de animais e de tomates como estratégias para o suprimento da falta de alimentos, o que demonstra a partir do relato: “Eu toda vida criei galinha, criei porco. Aí, eu vendia porco, vendia galinha para suprir a precisão.”. Além disso, afirma “Nós trabalhamos de horta mais ou menos sete anos. Horta de tomate. Nós vendia. A gente, eu vendia, eu comia.” (PARTICIPANTE 2).

Outra estratégia adotada por uma das participantes é a compra de alimentos a crédito (fiado) em estabelecimentos que realizam vendas com tais condições de pagamento. Nas palavras dela, “[...] antes de eu tirar meu dinheiro, mesmo que falte, mas aí eu compro, assim, nas quitanda, fiado. Aí, quando eu tiro meu dinheiro, eu pago e compro de novo.” (PARTICIPANTE 3).

Uma outra forma de atenuar a insegurança alimentar e nutricional acontece por meio de políticas assistenciais públicas e privadas. Uma delas é a distribuição de cestas básicas para as famílias carentes. A Participante 4 relata que não foi beneficiada pela doação de cestas básicas, embora cumpra os requisitos para ser contemplada por este tipo de assistência. Diz “[...] eu merecia, mas eu não recebo cesta, porque eu sou liderança [...]” (PARTICIPANTE 4). As Participantes 1, 3 e 5 relatam que foram beneficiadas pela doação de cestas básicas, como demonstrado pelas citações a seguir:

Rapaz, nunca tinha recebido nada. Agora, esse ano, depois dessa pandemia, tem uma empresa aí, ela mandou umas cestas para as quebradeiras de coco, mas, até o tempo todinho, ninguém não recebia, nunca recebeu nada. A única coisa que a gente recebeu foi isso. (PARTICIPANTE 1).

Agora aí, eu já recebi. Não vou mentir pra você. Eu já recebi... Recebi da mesma aqui... do aqui nosso, sobre as quebradeiras de coco, num sabe. Eu já recebi... Eu recebi. E recebi também do... cuma era que chamava? Tem um rapazinho que vem aqui. De vez em quando, ele vinha deixar uma cestinha. Ele veio deixar bem umas três vez cesta aqui pra nós. Aí de Brasília. (PARTICIPANTE 3).

Assim, eu recebia cesta, mas, assim, das quebradeira de coco, e negócio de um programa dos idosos, aí recebi uma cestinha também. Recebi, agora, nesse ano, recebi. (PARTICIPANTE 5).

A empresa a que se refere a Participante 1 é a Suzano, empresa instalada em Imperatriz, cidade do Maranhão, próxima a Carrasco Bonito, no Tocantins. O monocultivo de eucalipto implantado pela empresa e os impactos socioeconômicos gerados pela concentração de terras e pela construção de uma fábrica de celulose da Suzano na região atingiram as populações tradicionais ali instaladas, entre as quais estão incluídas as quebradeiras de coco babaçu. Desde sua instalação, a empresa tem enfrentado resistências dos povos tradicionais por ela atingidos, o que motiva a realização, por parte da empresa, de políticas de responsabilidade social em seu entorno, como é o caso da doação de cestas básicas.

Quando a Participante 3 e 5 dizem que receberam cestas básicas das quebradeiras, referem-se ao MIQCB, o qual atua em conjunto com outros grupos organizados de representação e defesa do campesinato rural na região. As cestas recebidas por representante de Brasília não tiveram sua origem identificada na fala da quebradeira.

As políticas de apoio a agricultura familiar, PRONAF, PNAE e PAA também exercem função assistencial, em especial, no caso do PAA. Quando questionadas se, em algum momento, haviam sido contempladas por alguma dessas políticas, todas as entrevistadas relataram não terem sido alcançadas por tais políticas públicas. A única menção a uma dessas políticas é feita pela Participante 4, que diz:

Agora, tem algumas companheiras, quebradeira de coco aqui da associação, que elas pega PAA, elas bota produto pro PAA. Vende azeite, vende o mesocarpio. Mas eu ainda não sou beneficiada não pelo governo. Nós aqui, do assentamento, o assentamento de reforma agrária foi beneficiado pelo PRONAF na linha A, de projetos para investir na terra, no início. Agora não tá mais saindo nem pra nada. (PARTICIPANTE 4).

Nota-se que a contemplação de quebradeiras pelo PAA é mais recente e a contemplação pelo PRONAF é mais antiga, considerando-se que a participante foi assentada em meados de 1995.

4.3.2 Renda e segurança econômica

A identificação, durante a revisão de literatura desta pesquisa, de que a renda do trabalho não é suficiente para divisar a desigualdade marcada pelo gênero (ROBEYNS, 2017); o papel de renda principal ou complementar obtido a partir do extrativismo do coco babaçu para as trabalhadoras rurais na região do Bico do Papagaio (SHIRAISHI NETO, 2015; MESQUITA, 2008); a prevalência de 17,5% de pobreza em âmbito rural, no Brasil, em 2018 (IBGE, 2020); e a indicação de que parte das quebradeiras de coco babaçu são beneficiadas por programas governamentais de transferência de renda e pelo recebimento de cestas básicas (SILVA; FERNANDES, 2013; ALBUQUERQUE *et al.*, 2011) chamam atenção a que sejam exploradas a fragilidade econômica, a participação em políticas sociais e como o trabalho rural afeta, economicamente, a vida dessas mulheres.

Esta seção traz o delineamento das fontes de renda das mulheres entrevistadas, faz o levantamento de informações a respeito da participação dos gastos mais representativos no orçamento doméstico, além de investigar as políticas públicas que complementam a renda das participantes.

Todas as participantes da pesquisa são aposentadas. Isto significa que, no momento da pesquisa, os salários pagos pela previdência social eram a principal fonte de renda para as trabalhadoras. A fala da Participante 4 ratifica esta informação quando diz “[...] eu sou aposentada, então, minha [renda] principal é o aposento.”.

Chama atenção o fato de que um número significativo de pessoas no domicílio é dependente da principal renda mencionada, como no caso da Participante 1, quando narra: “Rapaz, a gente vive do salário que eu ganho, que eu me aposentei, e a gente vive desse salário. Eu só tiro R\$930.”. Ao cruzar tal informação com o número de moradores do domicílio, sete, estaria disponível para cada pessoa, por mês, o valor de R\$132,86. Este valor corresponderia a menos de R\$5 ao dia por integrante da família, de forma que esta família estaria enquadrada na linha de pobreza internacional.

As demais participantes declaram as seguintes rendas originadas de suas aposentadorias: “Daqui de dentro de casa é R\$2.200 só. [...] É, porque é eu e meu

esposo que é aposentado.” (PARTICIPANTE 2); “Tenho minha [aposentadoria] por idade e tenho minha pensão por morte. Aí, das duas, eu tô tirando R\$1.200,00.” (PARTICIPANTE 3); “Às vezes, quando nós vamos fazê empréstimo, eles calcula, assim, mais ou menos uns R\$3.000, juntando todo mundo.” (PARTICIPANTE 4).

A Participante 4 já inclui na menção de seus rendimentos outras rendas, além de sua aposentadoria, as quais são produzidas na unidade familiar. A Participante 5 não menciona o valor que ganha com sua aposentadoria. Quanto ao número de dependentes de cada renda em cada um dos domicílios, tem-se quatro dependentes da renda da Participante 2; três dependentes da renda da Participante 3; e oito dependentes da renda da Participante 4.

Embora as rendas verificadas não sejam altas, ainda mais quando se toma em consideração o número de dependentes de cada uma delas, o rendimento contínuo introduzido pela aposentadoria traz benefícios para a pessoa contemplada porque não está ligado com o rendimento do trabalho extrativista, por exemplo, o qual pode apresentar variações ao longo do tempo e está sujeito às variáveis de conflito apresentadas na atividade extrativista do babaçu.

Nesse sentido, o benefício percebido pela aposentadoria é ressaltado pela Participante 3 no segmento “Depois que eu me aposentei e eu fui comprando algum movelzinho, como uma geladeira, um fogão, um forno, essas coisas, uma mesa, né. Foi daí pra cá que eu vim ter essas coisinha.”. Vê-se que, para a Participante 3, a aposentadoria foi a porta de entrada para que adquirisse bens de uso básico, como geladeira, fogão e mesa, algo que só veio acontecer em etapa mais avançada da vida da trabalhadora. Esta mesma participante relata que sua renda diminuiu expressivamente porque contraiu um empréstimo com a finalidade de reformar sua casa. A aposentada se mostra arrependida de ter tomado a escolha de contrair o crédito porque os descontos gerados em seu rendimento têm impacto direto em seu bem-estar e, se por um lado, pôde melhorar as condições de sua moradia, por outro, colocou-a em situação mais vulnerável, uma vez que encolheu a disponibilidade de recursos para a aquisição de bens e serviços básicos à sobrevivência.

Meu fi, o meu salário, porque eu não tenho, porque sou viúva, aí eu tenho dois salários, num sabe? Logo, eu fui cair na besteira de fazer um empréstimo, que minha casa nesse ente tava muito feinha de jeito, e era pra mim jeitá minha casa, cuma, de fato, eu ajeitei. Mas, meu fi, eu já me arrependi. Se arrependimento matasse, óia, eu morria. Porque daí pra cá, nunca paguei, acho que nem o primeiro e é só aparecendo empréstimo, e

aparecendo coisa porque o dinheiro é só indo embora. [...] Porque eu não sei o que é... porque ói, só um salário tá mais de R\$1.000,00 e, dos dois, eu tô tirando R\$1.200,00. (PARTICIPANTE 3).

Esta situação é emblemática para aposentados e pensionistas os quais são constantemente assediados por instituições financeiras para adquirir produtos de crédito por elas fornecidas. Tal assédio é verificado porque o desconto em folha pagamento sobre a renda recorrente dos aposentados e pensionistas garante que as instituições financeiras serão sempre pagas.

Embora as participantes sejam aposentadas e, por isso, possuam renda recorrente, ainda assim, a obtenção de renda de outras fontes se mostra relevante em alguns casos. A Participante 3 menciona que a venda de óleo a partir de seu trabalho extrativista era como um salário que, na impossibilidade presente de trabalhar, tem feito falta a ela. Além disso, menciona que, devido à idade e aos problemas de saúde, não tem perspectivas de retornar ao trabalho extrativista. Dessa forma, a percepção de rendas do extrativismo deixa de fazer parte da composição da renda porque a estratégia do trabalho extrativista já não pode ser implementada. Este evento é importante porque o suporte econômico é essencial durante a velhice para promover condições básicas no momento em que os indivíduos já não podem trabalhar.

[...] quando eu podia quebrar meus coquinho, porque eu quebrando e ia botando lá na usina, né. Eu quebrando e ia botando lá na usina do óleo, onde tira o óleo. Aí, quando o Fiscal vinha, que fazia aquele pagamento, era bom demais que era meio que eu tê recebido um salário. Aquilo era bom demais, mas agora eu não tô podendo mais trabaiá, e aí tá me fazendo uma grande falta, entendeu.

Meu fio, eu não tenho mais essa esperança não, de eu mexer mais com babaçu não. Porque logo é longe, aí ocê sabe quando a gente fica véi... Óia, eu já vô fazê 70 ano, agora no dia 16 de julho. Aí, ajunta com esses problema, eu não tenho mais o que esperar não. Não vou mentir pra você. (PARTICIPANTE 3).

A Participante 5 também menciona ter deixado a atividade extrativista e, com isso, também a percepção da renda obtida com a venda do óleo. Segundo a fala da entrevistada, a pandemia foi uma das razões para que deixasse de realizar o trabalho.

[...] aí, pagava nós R\$10 o litro de óleo. Aí, 200 litro de óleo, nós fazia R\$1000. R\$1000, R\$2000, era assim, sabe.

A minha renda, a renda [extra] mesmo que eu tenho aqui, é só dos coco. Aí, inté que esse ano, eu nem fui ajunta coco também. E mesmo porque, logo...

logo que começou essa pandemia também, a gente paralisou mais as coisas, sabe. (PARTICIPANTE 5).

Além dos obstáculos enfrentados no que tange à renda obtida pelas trabalhadoras, é importante expor que nem todos os trabalhos relativos ao babaçu por elas realizados produzem renda. No caso da Participante 1, que contribui com os trabalhos de extração de óleo na prensa da associação, não há percepção extra de renda, ou seja, seu trabalho é voluntário, como pode ser verificado no trecho “[...] a gente bota o coco lá na usina, aí eu mesmo é que mexo lá na usina, sabe! É negócio de serviço voluntário mesmo.” (PARTICIPANTE 1).

A Participante 4 elenca outras situações a partir das quais percebe renda. Segundo ela, há obtenção de renda complementar “[...] com as galinha que a gente vende, às vez, uma farinha, uma coisa.”, além disso, “[...] quando é uma safra boa [de peixes criados no açude], vende.” (PARTICIPANTE 4).

Uma outra forma de garantia de renda se dá por meio de políticas de transferência de renda para pessoa em situações de pobreza ou de extrema pobreza. No Brasil, esta política recebeu, durante muitos anos, o nome Bolsa Família e, mais recentemente, passou a ser chamada de Auxílio Brasil. A Participante 1 alega nunca ter sido contemplada pelo programa, enquanto as Participantes 2, 3 e 4 dizem ter sido beneficiadas pelo programa em algum momento, direta ou indiretamente. Não há informações a esse respeito para a Participante 5.

Nas falas das mulheres, o Bolsa Família nunca permaneceu como uma renda segura, pois os pagamentos foram interrompidos depois de algum tempo e, quando permaneceram, foi por pouco tempo: “Rapaz, teve um tempo que eu recebi mais ou meno uns sete mês Bolsa Família, depois cortaram.” (PARTICIPANTE 2); “Eu recebia o Bolsa Família, mas quando eu me aposentei, aí cortaram. Quando eu me aposentei por a idade, aí cortaram. Não fui muito tempo não, mas eu recebi uns tempo.” (PARTICIPANTE 3).

Em um dos relatos, a Participante 4 mencionou que, ao passar a receber aposentadoria, o valor recebido pela filha por meio do Programa Bolsa Família foi cortado. A filha a que se refere é portadora de deficiência e mora no mesmo domicílio que a mãe. A mãe também menciona que, durante a pandemia de covid-19, a filha recebeu o auxílio emergencial durante alguns meses.

[...] agora o desgraça [Bolsonaro] cortou [o Bolsa Família da minha filha], com o aposento. Quem tem é a minha filha, a minha filha que mora comigo. Eles cortaram. Eu nunca tive. Eu nunca fui beneficiada com as coisas não. Essa que eles cortaram o Bolsa Família agora, ela tinha o emergencial. Ela recebeu aí foi uns três ou foi quatro mês. (PARTICIPANTE 4).

Ao pontuar as diversas formas de obtenção de renda empreendidas pelas trabalhadoras extrativistas do babaçu, é importante que se tenha consciência do emprego dos recursos obtidos com itens básicos de bem-estar humano, tais como, água, energia, combustível para o preparo de alimentos, alimentos, vestuário, entre outros.

Nesse sentido, as trabalhadoras foram indagadas sobre quais eram os gastos mais caros em seus domicílios. As respostas são citadas a seguir: “Os gasto mais alto que têm é a energia aqui, que é cara demais, e a água [...] e o gás aqui também é caro, ó. Aqui é R\$115.” (PARTICIPANTE 1); “A minha conta que tá mais alta em casa, nessa data, é de água e energia.” (PARTICIPANTE 2); “É gás e a energia. Porque a energia tá vindo de R\$150, R\$160. E a água, R\$60, R\$70. É assim. E assim é pro vestir também.” (PARTICIPANTE 3); “A energia da minha casa aqui é R\$1000.” (PARTICIPANTE 4).

As trabalhadoras citam, ainda, outros preços relevantes de produtos que consomem e o ônus que tais produtos geram no orçamento doméstico, como a carne, mencionada pela Participante 3 e pela Participante 5. A Participante 3 diz: “É assim, aqui aonde eu moro, aqui no Tocantins, olhe, que a gente comprar um quilinho de carne é R\$30, R\$40. É sufoco, né!”. A Participante 5 cita também o preço do saco de arroz de cinco quilos, além de mencionar a energia, a água e o botijão de gás. Segundo ela, após esses gastos, sobra pouco dinheiro, como pode ser verificado no fragmento:

Agora o gasto tá caro, porque a energia é cara, água cara. E aí, você sabe o comestível hoje tá bastante caro. Porque, aqui, um quilo de carne é R\$35, um quilo de carne que a gente come. E aí, um pacote de arroz era R\$25, e assim... é aí, tudo caro. Você vai num comércio desse, com esse saláriozinho que a gente tem, paga uma energia, paga uma água, troca um bujão; o bujão aqui é R\$110, R\$115. E aí, quando troca um bujão e faz essas coisas, o dinheiro fica mesmo fraco. Se você não se virá noutras coisa, a gente passa inté fome. (PARTICIPANTE 5).

Considerando as rendas e os gastos de que se têm informação, podemos calcular a porcentagem da renda comprometida com o consumo dos bens e serviços

citados, a título de ilustração (Tabela 3). Percebe-se que a troca eventual do botijão de gás, no domicílio da Participante 1, comprometeria 12,5% de sua renda. Já a Participante 3, ao pagar as contas mensais de água e energia e comprar, ilustrativamente, apenas um quilo de carne no mês, teria gasto 22,5% de seu orçamento total. A situação da Participante 3 é ainda mais preocupante porque um terço da renda domiciliar é destinado ao pagamento da conta de energia. Já a Participante 5, ao trocar o botijão, comprar um pacote de arroz e um quilo de carne no mês, teria ocupado 16,51% de sua renda.

Tabela 3 – Porcentagem da renda utilizada pelas quebradeiras com bens e serviços básicos, em R\$

Pseudônimo	Bens/Serviços	Preço do bem	Renda informada	Porcentagem da renda utilizada com os bens e serviço mencionados
Participante 1	Botijão de gás	115	930	12,37%
	Energia	160		
Participante 3	Água	70	1200	22,5%
	Carne (kg)	40		
Participante 4	Energia	1000	3000	33,3%
	Carne (kg)	35		
Participante 5	Arroz	25	1060	16,51%
	Botijão de gás	115		

Fonte: elaborado pelo autor.

Esses números fornecem pistas para deduzir que as famílias das trabalhadoras extrativistas vivem em uma situação frágil quanto à renda e à segurança econômica. Para elas, a energia, a água, o gás e a alimentação são caros e, ao mesmo tempo, suas rendas são baixas, especialmente, nas situações em que o número de moradores do domicílio é grande.

4.3.3 Assistência à saúde

A situação, identificada durante a revisão de literatura desta pesquisa, de não cadastro de 29,1% dos domicílios rurais em Unidades de Saúde da Família (IBGE, 2015); a menção de Silva e Fernandes (2013) sobre os problemas de saúde enfrentados pelas trabalhadoras extrativistas de coco babaçu devido ao trabalho com a quebra do coco; e a relação da saúde como uma dimensão importante para a participação dos indivíduos na vida em sociedade (DENEULIN, 2006; SEN, 2010) evidenciaram a necessidade de que as entrevistas levantassem informações sobre as condições de saúde no trabalho, sobre o acesso aos serviços de saúde e aos serviços ecossistêmicos de saúde para as quebradeiras de coco babaçu.

Com exceção da Participante 2, todas as demais participantes expõem que, ao precisarem de serviços de saúde, como consultas e exames, recorrem ao Sistema Único de Saúde (SUS) por este ser uma modalidade de assistência à saúde pública gratuita. Embora a Participante 2 não utilize os serviços do SUS, seus gastos com saúde são patrocinados pelos filhos por meio de desembolso direto, isto é, serviços de saúde particulares. A Participante 2 diz “Eu não tenho plano, mas os meus filho, eu não uso o SUS. Eu vou no particular que meu filho me leva [...]”.

Além das consultas e exames, a aquisição de medicamentos também ocupa espaço importante nos gastos com saúde. Ao serem questionadas se adquiriam medicamentos por meio de farmácias públicas ou por meio de drogarias privadas, as Participantes 2 e 4 mencionam que adquirem os remédios de que precisam apenas em drogarias, ou seja, não obtém remédios gratuitamente pelo SUS. Relatam: “Eu compro na farmácia [drogaria]. (PARTICIPANTE 2); “Nunca peguei remédio no SUS. Aqui é tudo no bolso, é comprado. E aí, eu que compro mesmo. Eu vou lá compro meu remédio na farmácia” (PARTICIPANTE 4).

Já as Participantes 1 e 5, afirmaram que obtém os remédios de que precisam tanto no SUS como em drogarias. A Participante 1 menciona que “Vez a gente compra [na drogaria], outras vez a gente pega lá [assistência farmacêutica pública].” (PARTICIPANTE 1). Por sua vez, a Participante 5 menciona que, em geral, obtém seus medicamentos juntos ao SUS, mas que precisou comprar um medicamento específico em drogaria, sem especificar o porquê, já que medicamentos com o componente citado são disponibilizados pela assistência farmacêutica pública.

Ainda bem que tem os remédios aqui na secretaria e acho que é tudo do governo, num sabe? E aí, a gente pega o remédio de graça. Só alguns que é necessário a gente comprar [nas drogarias], sabe? Às vez, quando é de doença que não tem na secretaria, ali a gente compra. Mas, eu mesmo, inté agora eu pego na secretaria. Agora que passaram o formoterol e eu fui obrigada a eu comprá. (PARTICIPANTE 3).

As trabalhadoras também responderam se encontram dificuldades na utilização dos serviços do SUS e quais dificuldades são essas. As Participantes 3 e 1 apresentam opiniões positivas sobre os serviços prestados pelo SUS. A Participante 3 evidencia a localização acessível e a boa estrutura para atendimento médico na unidade de saúde que utiliza. Segundo ela, “[...] até que não é difícil não [fazer exames e consultas], porque o posto é aqui, tem o postinho... é um hospitalzinho muito perto

aqui da minha casa. (PARTICIPANTE 3). Já a Participante 1, embora elogie a qualidade do atendimento, enfatiza que, em casos de doenças mais graves, o atendimento é lento. Para ela, “[...] até que aqui [o SUS] é bom, quando a gente vai lá, a gente é atendido.” (PARTICIPANTE 3). Só que o SUS, ele demora muito, né. Mas, para fazer, ser uma doença mais grave, aí é mais demorado, mas se ser uma doença que não seja muito grave, é rápido.” (PARTICIPANTE 1).

As opiniões das Participantes 4 e 5 sobre o SUS são negativas. Segundo elas, o tempo entre o agendamento e a realização da consulta é muito longo. No caso de exames, dizem que o tempo entre o agendamento e a realização desse é mais longo ainda. Além disso, após o a realização do exame, segundo as entrevistadas, a disponibilização dos resultados também é demorada. A Participantes 4 diz: “Ah, meu irmão, pra marcar uma consulta, dá tempo pra gente morrer e fazer visita de ano pra chegar a consulta e, se é o exame, nem se fala. É assim, mas acontece.”. Por seu turno, a Participante 5 diz: “É, assim, no caso, a gente vai consultá com o médico. Aí, marca um exame, aí vai lá pra marcá um exame, volta lá. Quando vem aparecer esse exame, a gente, se ser possível, já tem até morrido. É demorado demais!”.

Sabe-se que, além da medicina formal biológica praticada por médicos, existem os saberes e práticas tradicionais, os quais são baseados na cultura e na experiência de um povo, e se voltam à manutenção da saúde ou à cura de doenças. Levando em consideração este tipo de conhecimento tradicional, as participantes foram questionadas se utilizavam plantas medicinais ou outras alternativas medicinais tradicionais para fins de saúde. Todas as participantes afirmaram cultivar plantas medicinais em suas casas e fazer o uso esporádico desta forma de medicina tradicional para afecções de saúde.

As plantas medicinais utilizadas pelas quebradeiras mencionadas durante as entrevistas foram o capim santo, a erva cidreira, o mastruz, o boldo, o limão e, além disso, a Participante 4, afirma que utiliza garrafadas – mistura de bebidas alcoólicas, como vinho ou cachaça, com plantas medicinais ou produtos de origem animal ou vegetal.

Como afirmado no início desta seção, a saúde é uma dimensão fundamental do bem-estar, pois, ser saudável possibilita a experiência das liberdades de forma mais plena na sociedade. Por este motivo, faz-se menção às doenças vivenciadas por essas mulheres e como tais doenças interferem nos seus espaços de liberdade.

A Participante 3 relata que “[...] porque tem muita formiga debaixo do pé de murici. E aí, eu com esse problema de diabete, eu tenho medo de formiga me mordê.” (PARTICIPANTE 3). Já a Participante 5, relata um problema de saúde ainda mais central para uma pessoa que trabalha com o extrativismo do coco babaçu.

Minha vista tá fraca. E aí, eu com medo, assim, de me cortar. Mas, e aí problema de diabete, essas coisa. Aí, este ano não mexi, mas, a vista, inté que tô operada dum olho. É mais mesmo por causa da vista. A gente sente a coluna dói muito também, mas, inté que por isso ainda dava pra gente fazê [a quebra do coco], sabe. Agora, o problema é a vista, que a vista da gente é em primeiro lugar. Esse ano mesmo que eu parei. Inté o ano passado, em 2020, eu trabaiei, quebrei muito coco. (PARTICIPANTE 5).

Para a Participante 5, mesmo com a dor nas costas causada pelo ofício de quebra do coco, ainda assim é possível continuar trabalhando (PARTICIPANTE). O mesmo vale para a hiperglicemia, mencionada pela Participante 3, que é uma doença assintomática, na maior parte do tempo.

Porém, o trabalho de quebra do coco precisou ser abandonado pela Participante 5 quando percebeu problemas para enxergar. O abandono da atividade ocorreu porque, para quebrar o coco, a quebradeira utiliza um machado com a lâmina voltada para cima. Posiciona o coco sobre a essa e acerta o coco com um porrete, para que se parta. Como o trabalho apresenta alto risco para cortes e até decepções de dedos da mão acidentalmente, o problema de visão é impeditivo para que continue executando o ofício de quebradeira.

4.3.4 Relações com a natureza

A situação de alteração dos hábitos de trabalho das populações rurais em virtude de alterações climáticas (MASUDA *et al.*, 2019), identificada durante a revisão de literatura desta pesquisa, em conjunto com a noção de que as comunidades tradicionais se valem de serviços ecossistêmicos diversos, tais como, a obtenção de alimentos de origem animal e vegetal, matéria-prima e recursos genéticos e medicinais (MOWAT; RHODES, 2020), impuseram a necessidade de identificar, junto as quebradeiras de coco, as formas como aproveitam os serviços ecossistêmicos e a percepção sobre as alterações climáticas ao longo dos anos, assim como a adaptação a tais alterações.

Quando questionadas sobre a coleta de outros produtos florestais, as Participantes 1 e 5 informaram que coletavam apenas o coco babaçu. Entre aquelas

que coletam ou coletavam produtos florestais, A Participante 2 menciona que “[...] coletava bacaba, buriti... Mas agora até as bacaba acabou.”; a Participante 3 respondeu dizendo “Coletá, isso eu fazia, meu fi. Tudo. Pegava buriti, [...] pegava açai, esse bicho... cuma é? Tem açai, tem bacaba, tudo, pegava... um aqui temo muito, moço... tem um azedinho que é bom! Cuma é Filha? Murici, moço. Aqui tem muito.”. Por sua, a Participante 4 diz:

Aqui, na minha terra, a gente pega só o que tem na nossa terra mesmo. Tirando o babaçu, porque tem os bacuri, né, muito bacuri, tem os buriti, mas só dá nossa terra mesmo, só pro consumo mesmo. Aqui, a gente tem o freezer e enche de polpa das fruta, é só pra nós mesmo. (PARTICIPANTE 4)

Todas as participantes também relatam que realizam ou realizavam pesca com anzol e que os peixes são utilizados para a alimentação da família. Além desta finalidade, a Participante 4 indica que “[...] quando é uma safra [de peixes] boa, vende. Porque tem que ter o dinheirinho de comprar ração, né moço. É cara, é pesada a ração.”. A estratégia de venda dos peixes, no caso desta participante, é também decorrente de haver um açude em sua propriedade.

Em se tratando da caça, para as entrevistadas, esta é uma prática que já não ocorre. As Participantes que reportam ter caçado, 2 e 3, dizem tê-lo feito quando mais jovens e o animal citado neste contexto é o tatupeba. A Participante 4 é contundente na resposta a esta pergunta quando diz “Aqui é proibido, eu não deixo não!”.

Quando instadas a responder sobre a observação de mudanças no clima, tais como, calor, frio, chuva e seca, as participantes são unânicas na resposta de que, sim, houve mudanças e que a mais evidente delas é o aumento da temperatura. É importante transcrever aqui a maneira como comunicam suas observações: “Tá mais quente.” (PARTICIPANTE 1); “Mudou tudo. A temperatura hoje é outra. É mais quente, a chuva é mais pouca.” (PARTICIPANTE 2); “Muito, muito mais quente. Óia, teve diminuição nas pranta, nas fruta, muita quentura, muito calor, tudo aumentou. Falta chuva também, tá vindo mais pouca também.” (PARTICIPANTE 3); “Mais quente. Aqui é mais quente. Aqui é muito quente. Aqui é fogo.” (PARTICIPANTE 4); “Rapaz, assim, tempo quente pra cá, aqui é muito quente. Ficou. Porque, antes, aqui era frio, mas, aí, agora, tá... cada dia passa, parece que tá esquentando mais.” (PARTICIPANTE 5).

A convergência na fala das extrativistas é explicada pela experiência concreta uma vez que exercem o trabalho agrícola e o trabalho extrativista na natureza. Também é interessante observar as justificativas que fornecem para o aumento de temperatura observado ao longo dos anos: “Rapaz, eu não sei porquê, eu só sei que está mais quente. Acho que é porque naquele tempo era, era só areia as rua e acho que era mais frio, a mata era mais perto, eu acho que sim, agora eu acho que é quente demais aqui.” (PARTICIPANTE 1); “Eu acho que é... o homem acabou com tudo, o homem acabou com o mato, acabou com as mata, tocou fogo no mundo, eu acho que a quentura terrível, eu acho que é por causo... faltou água, os rio, os rio tão seco” (PARTICIPANTE 2); “Matas que é boa não têm, né. E aí, só esse pasto de quinta, não é. Aí, já é umas coisa... é muito quente aquela vegetação, né.” (PARTICIPANTE 3); “Porque derrubaram as florestas. Derrubam tudo. As água seca, os corgos seca e aí a temperatura vai 500 de altura.” (PARTICIPANTE 4); “Acho que por causa do desmatamento. Acabou as mata, e aí tá só quentura” (PARTICIPANTE 5).

As mulheres compreendem que as intervenções intensificadas dos seres humanos na natureza, tais como, o desmatamento, as queimadas e a formação de pastos, os quais provocam o assoreamento de rios e o secamento de nascentes, desempenham papel importante no aumento da temperatura. Este processo foi acelerado na região quando esta passou a ser objeto de políticas nacionais de desenvolvimento capitalista, a partir de 1950.

Consequente ao aumento da temperatura, as extrativistas precisam desenvolver estratégias que contornem o desconforto térmico acentuado. A Participante 1 afirma que, devido ao calor, “A gente começa mais cedo trabalhá, porque de tarde é mais quente. [Trabalhamos] Das 6h até às 12h. Às vez, a gente vai [à tarde], mas não é toda vez não. Quando está mais frio assim o tempo, que tá chovendo, tá mais nublado, a gente vai à tarde.”. A Participante 4 enfatiza:

Aqui, eu tenho uns filho que eu fiz um calendário de horário pra eles ir pra roça, porque o sol de 11h até 14h ninguém não aguenta não, muito quente. Tem que ir das 7h às 11h e depois de 14h pra frente, porque ninguém guenta o solzão de 12h não. É capaz de dar um treco lá no meio da roça. (PARTICIPANTE 4)

As alterações no regime de trabalho tornam-se, então, um mecanismo para o enfrentamento do calor, o qual, a depender das limitações climáticas impostas, pode interferir na produtividade do trabalhador e, certamente, interferir em sua saúde.

4.3.5 Conexões sociais

Bebbington (1999) enfatiza a importância do capital social, isto é, do acesso a recursos obtido por meio de relacionamentos, como o principal ativo para o bem-estar rural. Perafán e Walter (2016) incluem a participação social em cooperativas e associações como um dos efeitos do desenvolvimento em âmbito rural. No entanto, Woodhouse e McCabe (2018) dizem que o capital social pode ser enfraquecido, entre outros motivos, pela privatização de terras e pela fragmentação dessas por áreas privadas, processos que ocorrem no Bico do Papagaio. Diante disso, as entrevistas realizadas também procuraram compreender quais as instâncias de representação coletiva de que participam as trabalhadoras extrativistas e quais benefícios ou expectativas de benefícios visualizam com a participação

As Participantes 1, 3 e 5 são associadas à Associação da Reserva Extrativista do Extremo Norte (ARENT), em Carrasco Bonito. A ARENT realiza a gestão da unidade de processamento de coco, mencionada em seções anteriores. As Participantes 1, 2 e 5 integram os sindicatos de trabalhadores(as) rurais locais, forte ator coletivo de representação dos camponeses na região do Bico do Papagaio. As Participantes 1 e 3 integram o Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu (MIQCB).

A Participante 4 é uma liderança em diversas instâncias de representação coletiva, por isso, exerce papéis em associações, conselhos nacionais, redes, movimentos sociais e outros. Suas funções e as instâncias em que atua não serão identificadas, a fim de preservar sua identidade. Contudo, seu trabalho pode ser exemplificado na explicação que fornece sobre o processo de distribuição de cestas básicas para as famílias carentes da região em que atua, a qual chama de base.

Tipo assim, a Líder, que tá representando as quebradeiras de coco, elas receberam umas cestas do governo aqui do estado, e aí elas, é assim, quando a gente recebe um benefício emergencial depois da covid. O benefício emergencial... aí, a gente chama as liderança, e aí, a gente senta e divide X cestas para cada liderança distribuir na sua base. Aí, é assim que a gente faz. Aí, a gente já distribuiu cesta do governo, cesta da Fundação Banco do Brasil, que enviou pra gente um recurso emergencial pra gente comprar. A gente compra dos agricultores, das quebradeiras, não vai comprar

cesta em supermercado não. Supermercado não produz; recebe e pronto. A gente vai direto no produtor e compra o feijão, a farinha, a tapioca, o azeite das quebradeiras, o arroz, tudo. Tudo, tudo, tudo a gente vai aonde os produtores, a polpa de fruta, aí a gente compra. É uma forma que nós criamos pra, é beneficiar todo mundo. Tipo assim, quem tem o produto e não tá vendendo, quem tem o produto e tá vendendo está sendo beneficiado, porque você tá comprando o produto dele. E aí, a gente doa pros mais pobre dos pobre de uma... aqueles que não tem nada é aqueles nós faz a cesta e entrega. Nós só entrega pra famílias carente, entendeu. E a gente já recebeu outras cestas de outras entidades, fizemo a mesma coisa. É assim que a gente faz.

A gente trabalha para ajudar a base. Mas, essa base aqui, ela é muito grande, é muito grande. Eu não ganho nada, eu não tenho salário. Eu não tenho salário, então, fica difícil meu trabalho. Por quê? Porque se eu tivesse um salário, eu ficava mais disponível. Aí, como eu não tenho, eu tenho que quebrar meus coco, eu tenho que cuidar das minha planta, tenho que cuidar dos meu pinto, das minha galinha e da minha família, né. Então, fica corrido demais pra mim. Mas, esse trabalho era pra gente organizá a base, organizá as produtora. É para o organismo extrativista produzir a organização, as reservas extrativista, né [...]. E eu também tenho um trabalho muito árduo [...] na questão de previdência social. É muita coisa, é muito serviços. Se eu tivesse salário de cada uma coisa dessas, eu era rica. Mas, eu não tenho. Eu só tenho meu aposentinho véio. (PARTICIPANTE 4).

Nota-se, na fala da Participante 4, que a ação coletiva é eficiente em captar oportunidades e distribuir benefícios àqueles que representa. No entanto, o exercício da participação e, ainda mais, o exercício da liderança, neste contexto, é custoso no tocante à dedicação de tempo e de trabalho, os quais são empregados sem uma contrapartida remuneratória. Um dos processos de trabalho das lideranças é o balizamento das decisões e ações por meio de redes. A Participante 4 explica tal processo da seguinte forma:

[...] aqui tem um meio mundo de sindicato, meio mundo de associação e a gente se organiza em rede. Criemos a rede dessas organizações e essas organizações recebe os benefícios emergencial. Aí, a gente se senta [...] a gente comprou as cesta, compra dos produtores, a gente monta, a gente mesmo empacota. Tem as cooperativas de agricultores, tem a cooperativa dos extrativistas e tem a cooperativa das quebradeira. E a gente junta todo mundo numa rede só e organiza as coisas. É assim que funciona no Bico do Papagaio. (PARTICIPANTE 4)

Embora nas falas da Participante 4 os benefícios de atuar nas instâncias de representação coletiva pareçam ser evidentes, as participantes não líderes relatam não perceber, de maneira evidente, os benefícios de tal participação. Quando questionadas sobre quais vantagens percebiam com a participação em instâncias de representação coletiva, apresentam as seguintes respostas:

Rapaz, eu nem sei se é bom. A gente participa porque a gente já é quebrador de coco mesmo. E aí, fala que a associação [ARENT] é da quebradeira de coco, né, e a gente já faz parte, mas, sei não... A gente tinha fé que essa reserva saísse, né, pra gente ganhar um pedacinho, mas essa não vai sair é nunca. (PARTICIPANTE 1).

Eu participava [do sindicato] porque eu tinha vontade de ganhar um pedaço de chão, um pedaço de terra. Aí, o povo rodemo muito, aí eu desisti. Eu desisti por causa de uma coisa, que eu vou falar. Mas eu vou falar: eu fui num encontro, em Goiânia, aí lá eu vi um negócio lá de não sei o quê, na compra dum caminhão que teve, que a gente comprou. Aí, eu vi lá uma faia naquele negócio que eu desisti por causa disso. (PARTICIPANTE 2).

Ajuda aqui e acolá sim também. Que eles vêm, manda as cesta. Acho que tem cesta também do MIQCB. Tem, assim, quando foi agora o... quando foi agora... quando a gente é pra trabaiá, assim, às vezes, eles mandam as coisas, assim, pra gente trabaiá. Manda uma camisa, uma camisa pra gente, dá um facão, é umas coisinha assim, tá. (PARTICIPANTE 3).

Do sindicato, por ora, assim, nunca [percebi benefícios]... só mesmo ir assistir as reunião. Outro dia, mandaram aí umas cesta, aí deram uma aqui pra nós e pronto. E nali [sindicato] nunca ajuda de ir lá não. Assim, eles [MIQCB] promete, assim, as coisa e tudo, mas nunca apareceu. (PARTICIPANTE 5).

Os trechos reproduzidos permitem identificar os diversos motivos por que as trabalhadoras não percebem benefícios na participação em instâncias de representação coletiva. Na fala da Participante 1, identifica-se que o principal resultado esperado com a participação na ARENT é a implementação da RESEX e a consequente autorização às populações tradicionais do uso, de fato e de direito, da reserva. Porém, ao considerar que as lutas nesse sentido são tolhidas até com ameaças de morte, resultados como a implementação de uma unidade de processamento do coco babaçu para a produção do óleo, a qual distribui incrementos de renda e promove a redução do trabalho de quebra, totalizam uma ampliação das liberdades exercidas pelas quebradeiras.

Na fala da Participante 2, o “negócio” que a desestimulou quanto à participação no sindicato foi o testemunho de corrupção na compra de um caminhão voltado à utilização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Neste caso, houve ineficiência na distribuição de benefícios pelas lideranças sindicais, de forma que os recursos obtidos coletivamente foram desviados para ações corruptas e, por isso, não retornaram como bens ou serviços desfrutáveis pelo coletivo.

A interpretação da Participante 3, ao enfatizar os bens que recebe, seja do sindicato seja do MIQCB, parece ser a de que as estruturas de representação coletiva

simplesmente funcionam como gestores de benefícios assistencialistas, não como artifícios de conquista e ampliação de direitos. A mesma interpretação povoa também a fala da Participante 5.

4.3.6 Concepções subjetivas de bem-estar humano para as quebradeiras de coco babaçu

Após avaliar os espaços objetivos de liberdades – capacitações e funcionamentos – para as quebradeiras de coco, isto é, as dimensões de bem-estar humano até então estudadas, é importante conhecer, subjetivamente, as preferências destas mulheres sobre o que valorizam ser e fazer. Com isso, captam-se preferências, que não são meramente ajustadas às situações, mas que possuem valores intrínsecos e objetivos, os quais podem compor objetivos de desenvolvimento humano, de acordo com o modelo de bem-estar desenvolvido por Sen (2010).

Para aprender tais valores, a pergunta realizada às mulheres extrativistas foi “O que você considera importante para viver uma vida boa e ser feliz?” As respostas a pergunta seguem transcritas integralmente.

Rapaz, eu vou lhe falar que a gente precisa de... acho que, em primeiro lugar, a gente **viver bem**, numa **casa boa**, ter **dinheiro**, acho que é isso, né! Ter um **emprego bom**, para quem ainda é novo, **para os filhos**. Mas, é difícil, sabe. As coisas é assim mesmo! (PARTICIPANTE 1, grifo nosso).

Primeiro lugar, a **bênção de Deus**, e segundo lugar, meus **filho** tando tudo **com saúde**, eu também. Para mim tá ótimo, fico feliz. E as outras coisas a gente corre atrás. (PARTICIPANTE 2, grifo nosso).

Rapaz, o que eu acho que seja, se a gente... primeiramente, a **saúde**, não é? Se tivesse, assim, a saúde, era bom, não era? E aí, depois, se a gente tivesse, assim, mesmo assim, se a gente **sobrevive melhor**, eu acho que seria bom também. Assim, a gente fosse mais, assim, vinhesse, assim, pra ajudar a gente **mais um pouco**. Porque, meu filho, o **salário** hoje tá tão pouco, não é? E aí, quando a gente recebe um salarinho, que paga uma coisa aqui, compra outra acolá, compra um bujão de gás, fica sem nada, com medo de não poder **comer** nem um quilincho de **carne**, né! (PARTICIPANTE 3, grifo nosso).

Eita! É o seguinte, vida boa só é possível, meu amigo, se tiver os **alimento para sustento da família** e se os alimentos serem **saudáveis e sustentáveis**, totalmente agroecológico, produzido sem agrotóxico. Vida boa e feliz só existe se tiver **água limpa, saudável para beber**. Vida boa e feliz é com a **floresta de babaçu em pé**, viva. Vida boa e feliz só é bom, só acontece, só é verdade, só é de verdade, se, na zona com o meio ambiente, com a floresta viva e em pé. Vida boa e feliz, isso se diz com **Cerrado vivo**,

preservado, cuidado e protegido. Tirando isso aqui, não existe vida, não existe felicidade. (PARTICIPANTE 4, grifo nosso).

É... eu achava, assim, que a pessoa tá morando no lugar há muitos anos, aí eu achava que era pra gente ter mais um **conforto** mais melhor. Referindo, assim, que a gente não tem aquela, entendeu, assim, aquela pessoa que, às vezes, já sofreu muito, não tem aquela pessoa, que é o maior da cidade, **ajudá a gente**, assim, numa coisa. É isso que eu me refiro. É, **ter o apoio**. Mas não tem. Bom... eu não sei nem lhe explicar. (PARTICIPANTE 5, grifo nosso).

Os grifos realizados ao longo das citações procuram chamar atenção àquilo que as trabalhadoras extrativistas valorizam fazer ou ter. Tratam-se de dimensões de bem-estar humano orientadas por valores importantes para as participantes da pesquisa. Os valores citados podem ser agrupados da seguinte forma:

- A)** Melhores condições de vida em geral: viver bem, sobreviver melhor, bênção de Deus, conforto;
- B)** Condições dignas de moradia: casa boa;
- C)** Segurança de renda: dinheiro, salário mais um pouco (melhor);
- D)** Oportunidades de trabalho dignas: empregos bons para os filhos;
- E)** Saúde: filhos com saúde, saúde;
- F)** Segurança alimentar e nutricional: comer carne; alimentos saudáveis e sustentáveis para o sustento da família;
- G)** Água potável: água limpa, saudável para beber;
- H)** Preservação ambiental: floresta de babaçu em pé, Cerrado vivo, preservado, cuidado e protegido;
- I)** Assistência social: ajuda para as pessoas que já sofreram, ter o apoio.

Os valores mencionados pelas trabalhadoras extrativistas são multidimensionais e incluem referentes culturais, sociais e econômicos. As políticas públicas de desenvolvimento têm, nestes valores, um direcionador institucional para a elaboração de projetos de desenvolvimento e para o empenho do gasto público.

O aproveitamento do potencial de liberdade possível dentro de cada dimensão do bem-estar humano é dependente da agência individual. No entanto, é o alinhamento social e econômico com as aspirações do que é valorizado por uma população que corresponderá com a expansão das liberdades possíveis de serem fruídas por cada um dos indivíduos, as capacitações.

Os funcionamentos correspondem ao nível de liberdade fruído presentemente pelos indivíduos em cada uma das dimensões do bem-estar humano.

Portanto, situações em que os funcionamentos são deficientes requerem intervenção democrática e debate público para que a ampliação das capacitações torne possível o usufruto de diferentes combinações de funcionamentos, de acordo com a vontade de cada indivíduo.

Em termos práticos, se dentro da dimensão de segurança alimentar e nutricional se apresenta a necessidade negociada socialmente de aumento do consumo de carne, o papel das políticas públicas é criar condições para que exista a possibilidade de que as pessoas comam carne, se assim desejarem. As formas de fazer isto são diversas. O que se quer dizer aqui é que, em conjunto, as dimensões de bem-estar humano valorizadas pelas quebradeiras de coco podem funcionar como uma orientação programática para as políticas de desenvolvimento regionais que sejam inclusivas a tais estratos da população.

4.4 INTERSECCIONALIDADE NAS RELAÇÕES SOCIAIS

As primeiras desigualdades identificadas no desenrolar social e histórico que determinam a situação atual de bem-estar humano para as quebradeiras de coco babaçu ocorrem nos processos de ocupação territorial da região do Bico do Papagaio. Os camponeses, ao instalarem-se em terras devolutas, não sabiam que seriam sujeitos à expropriação e à violência porque não integravam o projeto de desenvolvimento capitalista liderado pelo Estado.

Como consequência desta exclusão inicial, as populações rurais tradicionais, entre elas as quebradeiras de coco babaçu, acumularam outras desigualdades mais, tais como, o não acesso à educação formal; a insegurança de posse e propriedade dos espaços que ocupavam, devido aos conflitos pela terra gerados pela grilagem de terras permitida e estimulada pelo poder público; à precariedade de moradias; à falta de acesso ao saneamento básico; à insegurança de renda; à falta de acesso a bens e serviços básicos para o bem-estar humano; à falta de emprego.

A quebra do coco, quando surge como alternativa, compete com o papel maternal exercido pela mulher e também com o papel de chefe do lar, fazendo com que a trabalhadora extrativista acumule tanto o trabalho não remunerado como o trabalho extrativo cuja remuneração é baixa.

Devido à distribuição territorial decorrente da proliferação de latifúndios e do avanço da fronteira agrícola sobre os babaçuais, introduz-se também o risco

permanente da disponibilidade de palmeiras para que seja realizado o trabalho extrativista. Além disso, devido a privatização dos cocais, as mulheres ficam sujeitas à autorização dos proprietários de terra para que possam entrar nas matas de propriedade desses. O mesmo dilema para obter a autorização para o trabalho extrativista ocorre para que se obtenha autorização para o trabalho produtivo agrícola das famílias.

Todavia, não apenas as desigualdades fazem parte dos eixos de diferenças que caracterizam as quebradeiras de coco. O impulso de resistência criado para enfrentar as dificuldades citadas produz, relacionalmente, uma experiência de identidade social e política, na qual se fortalecem a transmissão intergeracional de conhecimentos e habilidades do trabalho extrativista; o senso de trabalho coletivo entre as mulheres; a inserção em instâncias coletivas de representação de interesses; a defesa de pautas importantes em arenas políticas relevantes, as quais convergem para a criação da Lei do Babaçu Livre e para a representação dos interesses das trabalhadoras rurais.

Com isso, compreende-se que, a situação de vulnerabilidade das quebradeiras de coco babaçu ocorre devido a sobreposição de um grande número de desigualdades reproduzidas e aprofundadas inercialmente pelo poder hegemônico da implantação do projeto de desenvolvimento capitalista no Bico do Papagaio. Contudo, as próprias sobreposições de tais desigualdades criam condições para que as trabalhadoras se unam em torno de interesses comuns e, paulatinamente, assegurem o acesso a mais direitos para si e para suas famílias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As dimensões de bem-estar humano discutidas ao longo da pesquisa para o caso das quebradeiras de coco babaçu, invariavelmente, apresentaram déficits. Na dimensão de produção agropecuária e segurança alimentar e nutricional, o problema latente diz respeito à posse e propriedade da terra para a produção agrícola. Embora apenas uma das participantes da pesquisa relate que os proprietários de terra não tenham mais concedido permissão para a produção familiar, esta somente será assegurado quando estiver também assegurado o direito de acesso à terra para as populações camponesas. Do contrário, mesmo que as autorizações para a exploração da terra por parte de seus donos existam, haverá limitações sobre o tempo de utilização do espaço ou o que poderá ser plantado nele, além de haver a incerteza contínua se haverá ou não terra disponível para o cultivo, dado que a disponibilização dessa é dependente dos interesses de seu proprietário.

Nesta mesma dimensão, em se tratando da segurança alimentar, a pobreza e a extrema pobreza são manifestadas quando as participantes afirmam ter faltado dinheiro para a aquisição de alimentos para si e para seus filhos. O problema, neste ponto, é mais complexo, pois envolve estratégias variadas de diversificação da renda para assegurar o direito à alimentação. No entanto, é interessante ressaltar que, entre as trabalhadoras entrevistadas, as políticas sociais que poderiam dirimir a ameaça da fome se mostraram pontuais ou intermitentes.

Tendo em consideração que a alimentação é uma necessidade contínua, as políticas que podem promover a segurança alimentar e nutricional, tais como, programas de transferência de renda e políticas de estímulo à agricultura familiar, precisam ser desenhados para atender a um escopo amplo de situações rurais, efetuando busca ativa das famílias para cadastramento e recadastramento, a fim de que os benefícios tenham caráter duradouro e exerçam o papel a que se propõem, de alívio da pobreza.

Por causa do viés etário ocorrido na pesquisa devido ao tipo de amostragem efetuada, foi possível perceber um fenômeno importante no que diz respeito à renda e à segurança econômica: as extrativistas tiveram seu bem-estar melhorado a partir do momento em que se aposentaram. Isso ocorreu porque, a renda previdenciária possui características distintas daquela obtida com a quebra do coco. Em primeiro lugar, a renda previdenciária é periódica, o que gera segurança e previsibilidade de orçamento e comprovação formal de renda; em segundo lugar, esta

renda é independente do rendimento do trabalho extrativo e das diversas outras variáveis que poderiam alterá-lo (acesso aos babaçuais, impossibilidade de trabalho por doença, etc.).

Ainda nesta mesma dimensão, fica evidenciado que os gastos com bens e serviços básicos geram um ônus importante no orçamento das famílias estudadas. Este problema somente poderá ser superado com incrementos progressivos na renda dessas famílias, com políticas econômicas que desonerem os mais pobres ou com subsídios aos estratos econômicos inferiores para que consigam suprir suas necessidades com mesmos níveis de renda.

No que tange à dimensão de assistência à saúde, o problema mencionado de demora na obtenção de serviços e produtos do SUS parece ser generalizado. Induz-se que há um descompasso entre a oferta e demanda dos serviços de saúde públicos e um gargalo importante de gestão, já que as responsabilidades pelas políticas de saúde são compartilhadas entre União, estados e Distrito Federal e municípios (MENICUCCI; GOMES, 2018).

Sobre a redução da utilização de serviços ecossistêmicos, na dimensão relações com a natureza, a dinâmica apresentada se deve a ampliação, na região, do desflorestamento com a finalidade de implantação de monocultivos e de pecuária extensiva. Com isso, há uma transformação da paisagem rural e a experiência mais intensa das alterações climáticas. Por ora, a adaptação ao clima e a gestão do trabalho, para que seus impactos sejam menos sentidos, é o que se pode fazer. O problema das alterações climáticas é sentido em todo o mundo e mais intensamente por aqueles que trabalham em contato direto com natureza. A diminuição da velocidade dessas transformações não é uma tarefa isolada da região do Bico do Papagaio. Entretanto, a suspensão do avanço do desmatamento na região é urgente para que, principalmente, o calor não penalize mais ainda as trabalhadoras e trabalhadores rurais.

Quanto as conexões sociais, as experiências relatadas pelas participantes indicam que o fortalecimento das instâncias coletivas de representação passe, necessariamente, pela educação e pela inclusão de todos os participantes a elas vinculados a fim de que compreendam o papel de tais instâncias e ajustem suas expectativas àquilo que pode ser realizado, de maneira segura e democrática.

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, L. E.; MENDOZA, D.; DE LA CRUZ, P. E.; MURCIA, U. G. **Indicadores de Bienestar Humano Indígena (IBHI)**. Primer reporte sobre el estado de los modos de vida y territorios de los pueblos indígenas del departamento de Amazonas. Colombia. Instituto Amazónico de Investigaciones Científicas-SINCHI, 2020. 150 p.
- AKRAM, S.; ROUTRAY, J. K. Investigating causal relationship between social capital and Microfinance. Implications for rural development. **International Journal of Social Economics**, v. 40, n. 9, p. 760-776, 2013.
- ALBUQUERQUE, E. F.; AHLERT, M.; DUARTE, T. S.; FERREIRA, M. B.; LIMA E SILVA, J. E.; BEZERRA, A. P.; MOREIRA, A. G. S.; TELES, E. S.; SOUZA, E. K.; OLIVEIRA, K. E. H. **Estratégias de enfrentamento da fome e construções de gênero: o cotidiano das quebradeiras de coco babaçu da região dos cocais-MA**. Brasília, DF: MDS, 2011.
- ALKIRE, S. 'Why the Capability Approach'. **Journal of Human Development**, v. 6, n. 1, p. 115–33, 2005.
- ALMEIDA, A. W. B.; SPRANDEL, M. A. **Quebradeiras de coco babaçu: um século de mobilizações e lutas - Repertório de fontes documentais e arquivísticas, dispositivos legais e ações coletivas (1915-2018)**. Manaus: UEA Edições / PNCSA, 2019.
- ALVES FILHO, J. P.; RIBEIRO, H. Saúde ambiental no campo: o caso dos projetos de desenvolvimento sustentável em assentamentos rurais do Estado de São Paulo. **Saúde e Sociedade**, São Paulo, v. 23, n. 2, p. 448-466, 2014.
- ANDRADE, M. P. Conflitos agrários e memória de mulheres camponesas. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 2, p. 445-451, 2007.
- ASSIS COSTA, F.; CARVALHO, H. M. Campesinato. In: STEDILE, J. P. **A questão agrária no Brasil: interpretações sobre o camponês e o campesinato**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.
- AULETE, F. J. C.; VALENTE, A. L. S. Arraial. In: AULETE, F. J. C.; VALENTE, A. L. S. **iDicionário Aulete**. Rio de Janeiro: Lexicon Editora Digital, s.d. Disponível em: <https://www.aulete.com.br/arraial>. Acesso em: 14 dez. 2022.
- AYRES JÚNIOR, J. C. **A organização das quebradeiras de coco babaçu e a refuncionalização de um espaço regional na microrregião do Médio Mearim maranhense**. 2007. Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Geografia, Florianópolis, 2007.
- AZEVEDO, M. **Comunidades eclesiais de base e inculturação da fé**. São Paulo: Loyola, 1996.

BARBOSA, V. O. **Na terra das palmeiras**: gênero, trabalho e identidades no universo das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

BEBBINGTON, A. Capitals and Capabilities: A Framework for Analyzing Peasant Viability, Rural Livelihoods and Poverty. **World Development**, v. 27, n. 12, p. 2021-2044, 1999.

BRAH, A. Travels in Negotiations: Difference, Identity, Politics. **Journal of Creative Communication**, v. 2, n. 1 and 2, p. 245-256, 2007.

BRANCALEONE, C. Comunidade, sociedade e sociabilidade: revisitando Ferdinand Tönnies. **Revista de Ciências Sociais**. Fortaleza, v. 39, n. 1, p. 98-104, 2008.

BRANDÃO, C. R. A comunidade tradicional. In: UDRY, C.; EIDT, J. S. (Eds). **Conhecimento tradicional**: conceitos e marco legal. Brasília, DF: Embrapa, 2015.

BRASIL. **Decreto 6.040**, de 07 de fevereiro de 2007. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Brasília, DF: Presidência da República, [2007]. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 24 nov. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 9.759**, de 11 de abril de 2019. Extingue e estabelece diretrizes, regras e limitações para colegiados da administração pública federal. Brasília, DF: Presidência da República, [2019]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9759.htm. Acesso em: 08 dez. 2020.

BRASIL. **Decreto n. 9.980**, de 20 de agosto de 2019. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança da Secretaria de Governo da Presidência da República e remaneja cargos em comissão e funções de confiança. Brasília, DF: Presidência da República, [2019a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D9980.htm. Acesso em: 08. dez. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 6.135**, de 26 de junho de 2007. Dispõe sobre o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2007a]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6135.htm. Acesso em: 12 out. 2020.

BRASIL. **Decreto nº 10.852**, de 8 de novembro de 2021. Regulamenta o Programa Auxílio Brasil, instituído pela Lei nº 14.284, de 29 de dezembro de 2021. (Redação dada pelo Decreto nº 11.013, de 2022). Brasília, DF: Presidência da República, [2021]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10852.htm. Acesso em: 12 dez. 2021.

BRASIL. Ministério da Cidadania. Secretaria-Executiva. SAGI-**Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação**. Vis Data 3 beta. Maio, 2020. Brasília, DF: Ministério da Cidadania, [2020]. Disponível em:

<https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/vis/data3/data-explorer.php>. Acesso em: 11 maio 2020.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **Comissão Nacional para os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (CNODS)**. Brasília, DF: Ministério das Relações Exteriores, [2017], atualizado em 03 nov. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/desenvolvimento-sustentavel-e-meio-ambiente/desenvolvimento-sustentavel/comissao-nacional-para-os-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel-cnods>. Acesso em: 08 dez. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Perfil territorial**. Bico do Papagaio-TO. 2015.

BRYMER, A. L. B.; TOLEDO, D.; SPIEGAL, S.; PIERSON, F.; CLARK, P. E.; WULFHORST, J. D. Social-Ecological Processes and Impacts Affect Individual and Social Well-Being in a Rural Western U.S. Landscape. **Frontiers in Sustainable Food Systems**, v. 4, Apr. 2020.

CABALLERO-SERRANO, V.; MCLAREN, B.; CARRASCO, J. C.; ALDAY, J. G.; FIALLOS, L.; AMIGO, J.; ONAINDIA, M. Traditional ecological knowledge and medicinal plant diversity in Ecuadorian Amazon home gardens. **Global Ecology and Conservation**, v. 17, 2019.

CARVALHO, A. V.; MACEDO, J. P. S. Políticas desenvolvimentistas e mulheres quebradeiras de coco babaçu: capturas contemporâneas. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 43, 2023.

CAVALCANTE, M. E. S. R. **O movimento separatista do norte de Goiás**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Departamento de História, Goiânia, 1990.

CHEUNG, H. Ecotourism as a multidisciplinary conservation approach in Africa. **Therya**, v. 6, n. 1, p. 31-41, 2015.

CONAB-Companhia Nacional de Abastecimento. Grãos. **Série Histórica. Soja**. Disponível em: <https://portaldeinformacoes.conab.gov.br/safra-serie-historica-dashboard>. Acesso em: 01 jun. 2020.

COSTA, C. **Sociologia**: introdução à ciência da sociedade. 4. ed. São Paulo: Moderna, 2010.

CRENSHAW, K. documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, v. 10, n. 1, 2002.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2007.

CRESWELL, J. W.; POTTH, C. N. **Qualitative inquiry and research design**: Choosing among five approaches. Thousand Oaks, California: Sage Publications, 2016.

CRUESP-CONSELHO DE REITORES DAS UNIVERSIDADES ESTADUAIS PAULISTAS. **Comunicado CRUESP nº. 03/2020**. Disponível em: https://sites.usp.br/cruesp/wp-content/uploads/sites/620/2020/05/Cruesp_Comunicado03.pdf. Acesso em: 07 jul. 2021.

CUNHA, M. C.; ALMEIDA, M. W. B. Populações tradicionais e conservação ambiental. *In*: CAPOBIANCO, J. (Org.). **Biodiversidade amazônica**. Avaliação e ações prioritárias para a conservação, uso sustentável e repartição de benefícios. São Paulo: Estação Liberdade; Instituto Socioambiental, 2001.

CURCHIN, K. From the Moral Limits of Markets to the Moral Limits of Welfare. **Journal of Social Policy**, v.45, n. 1, Oct. 2015.

DAYRELL, E. G. **Colônia Agrícola Nacional de Goiás**. Análise de uma política de colonização na expansão para o Oeste. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Educação, Departamento de Didática, Goiânia, 1974.

DEDECCA, C. S. Introdução – contribuições para a agenda da política pública de combate à pobreza rural. *In*: BUAINAIN, A. M.; DEDECCA, C. S. (Orgs.). **A nova cara da pobreza rural: desenvolvimento e questão regional**. Brasília, DF: IICA, 2013.

DENEULIN, S. **The capability approach and the praxis of development**. New York, New York: Palgrave MacMillan, 2006.

DERANI, C. Patrimônio genético e conhecimento tradicional associado: considerações jurídicas sobre seu acesso. *In*: LIMA, A. (Org.). **O direito para o Brasil socioambiental**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 2002. p.145-167.

ESCOBAR, A. Culture sits in places: reflections on globalism and subaltern strategies of localization. **Political Geography**, v. 20, p. 139–174, 2001.

ESTEVAM, L. A. O tempo da transformação. **Estrutura e dinâmica na formação econômica de Goiás**. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, 1997.

FERRAZ, S. **O movimento camponês no Bico do Papagaio**: Sete Barracas em busca de um elo. 2. ed. Imperatriz: Ética Editora, 2000.

FERREIRA, R. C.; OLIVEIRA, A. F. As políticas de desenvolvimento regional na Amazônia Brasileira. **Educação e práticas sociais e culturais de ensino/aprendizagem em contextos diversos**, v. 8, n. 2, dezembro/2018.

FIGUEIREDO, L. D. **Do espaço doméstico ao espaço público**: lutas das quebradeiras de coco babaçu no Maranhão. 2005. Dissertação (Mestrado em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Sustentável) - Núcleo de Estudos Integrados sobre Agricultura Familiar, Universidade Federal do Pará, Belém, 2005.

FONSECA, A.; FAGNANI, E. Introdução. *In*: FONSECA, A.; FAGNANI, E. (orgs.). **Políticas sociais, desenvolvimento e cidadania**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2013.

GOMES, C. S. C. L. B. **Lévinas e o outro**: a ética da alteridade como fundamento da justiça. Dissertação (Mestrado em Direito) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

Guerrero-Botea, V. P.; Moya-Anegón, F. A further step forward in measuring journals' scientific prestige: The SJR2 indicator. **Journal of informetrics**, v. 6, n. 4, p. 674-688, 2012.

HENNING, C. E. Interseccionalidade e pensamento feminista: As contribuições históricas e os debates contemporâneos acerca do entrelaçamento de marcadores sociais da diferença. **Mediações**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 97-128, jul./dez., 2015.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. C-2. **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável**. 2021. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/acervo#/S/C2/T/Q>. Acesso em: 07 jul. 2021.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. 2020a. **Tabela 6684** - Indicador 1.1.1 - Proporção da população abaixo da linha de pobreza internacional, por situação do domicílio. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6684>. Acesso em: 27 out. 2020.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-demografico/series-temporais/series-temporais/>. Acesso em: 20 maio 2020.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil**. Rio de Janeiro: IBGE, [2019]. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101681_informativo.pdf. Acesso em: 27 out. 2020.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Estimativas de População – 2020**. População residente estimada, [2021]. Rio de Janeiro: IBGE, [2021]. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/estimapop/tabelas>. Acesso em: 29 jan. 2022.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. **Malha Municipal Digital da Divisão Político-Administrativa Brasileira**. 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/malhas-territoriais/15774-malhas.html?=&t=downloads>. Acesso em: mar. 2023.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional de saúde 2013**: acesso e utilização dos serviços de saúde, acidentes e violências: Brasil, grandes regiões e unidades da federação. Rio de Janeiro: IBGE, Coordenação de Trabalho e Rendimento, [2015]. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94074.pdf>. Acesso em: 27 out. 2020.

IBGE-INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA ESTATÍSTICA. **POF 2017-2018:** proporção de domicílios com segurança alimentar fica abaixo do resultado de 2004. Rio de Janeiro: IBGE, [2020a]. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/28896-pof-2017-2018-proporcao-de-domicilios-com-seguranca-alimentar-fica-abaixo-do-resultado-de-2004>. Acesso em: 27 out. 2020.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia Estatística. Sistema IBGE de Recuperação Automática – SIDRA. Rio de Janeiro: IBGE, [2017]. Censo Agropecuário 2017. Produção da Extração Vegetal e da Silvicultura. **Tabela 289** - Quantidade produzida e valor da produção na extração vegetal, por tipo de produto extrativo. 8.1 - Babaçu (amêndoa) (Toneladas). Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/289>. Acesso em: 20 jun. 2020b.

IPEA-INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Objetivos de Desenvolvimento sustentável 1.** Erradicação da pobreza. Brasília, DF: IPEA, [2020]. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods1.html>. Acesso em: 20 set. 2020.

KOTSCHO, R. **O massacre dos posseiros.** O conflito de terras no Araguaia-Tocantins. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1982.

KRISHNARAO, B. The Descriptive Method in Social Research. **Sociological Bulletin**, v. 10, n. 2, p. 46–52, 1961.

LADERCHI, C. R.; SAITH, R.; STEWART, F. Does it matter that we do not agree on the definition of poverty? A comparison of four approaches. **Oxford Development Studies**, v. 31, n. 3, sept. 2003.

LARAIA, R.B. **Cultura.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LÍCIO, E. C; DIREITO, D. C. A experiência brasileira de cadastramento diferenciado de grupos populacionais tradicionais e específicos. **Revista de Políticas Públicas e Gestão Governamental**, v. 15, n. 2, jul./dez., 2017.

LIENERT, J.; BURGER, P. Merging capabilities and livelihoods: analyzing the use of biological resources to improve well-being. **Ecology and Society**, v. 20, n. 2, 2015.

LIMA, M. S. T. **Maria do Socorro Teixeira de Lima:** quebradeira de coco, professora e poeta – uma palmeira de coco babaçu com muitas amêndoas. São Luís: EDUEMA, 2021.

LULA, C. Prefácio. In: SANTOS, A. O; LOPES, L. T (Orgs.). Coleção Covid-19. **Brasília-DF:** Conselho Nacional dos Secretários de Saúde, 2021.

MABHAUDHI, T.; NHAMO, L.; MPANDELI, S.; NHEMACHENA, C.; SENZANJE, A.; SOBRATEE, N.; CHIVENGE, P. P.; SLOTOW, R.; NAIDOO, D.; LIPHADZI, S.; MODI, A. T. The Water–Energy–Food Nexus as a Tool to Transform Rural Livelihoods and Well-Being in Southern Africa. **Int. J. Environ. Res. Public Health**, v. 16, 2019.

MACIEL, D. P. Estado e território no Centro-Oeste brasileiro (1943-1967). Fundação Brasil Central (FBC): a instituição e inserção regional no contexto sócio-cultural e econômico nacional. Simpósio Nacional de História – ANPUH, 2011, XXVI, Anais [...]. São Paulo, 2011.

MAPBIOMAS-Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil. Mapas e Dados. Downloads. Estatísticas. **Cobertura - dados de área (ha) de cobertura e uso do solo por bioma, estado e município de 1985 a 2018.** Disponível em: https://mapbiomas.org/estatisticas?cama_set_language=pt-BR. Acesso em: 23 jun. 2020.

MARI, C. L. O papel educador dos intelectuais na formação ideológica e hegemônica em Gramsci: uma perspectiva de emancipação humana. *In*: LEITE, D (org.). **Trabalho e Formação Humana**: o papel dos intelectuais e da educação. Curitiba: UFTPR, 2011, p. 65-84.

MARIN; R. A.; NOVAES; J.; COSTA, R. P. **Nova Cartografia Social dos Babaçuais**: Mapeamento Social da Região Ecológica do Babaçu. Manaus: Universidade Estadual do Amazonas, [2018]. Disponível em: <http://novacartografiasocial.com.br/nova-cartografia-social-dos-babacuais-mapeamento-social-da-regiao-ecologica-do-babacu/>. Acesso em: 22 ago. 2021.

MASUDA, Y. J.; CASTRO, B.; AGGRAENI; I.; WOLFF; N. H.; EBI; K.; GARG, T.; GAME, E. T.; KRENZ, J.; SPECTOR, J. How are healthy, working populations affected by increasing temperatures in the tropics? Implications for climate change adaptation policies. **Global Environmental Change**, v. 56, p. 29-40, 2019.

MATTEO, K. C.; ARAÚJO, W. S. A.; MATRICARDI, E. A. T.; PARO, P.; OLIVEIRA, F. T. Secretaria do Planejamento e Orçamento (Seplan). Superintendência de Planejamento e Desenvolvimento. Diretoria de Pesquisa e Informações Econômicas. Gerência de Indicadores Econômicos e Sociais. **Zoneamento Ecológico-Econômico**. Diagnóstico da Dinâmica Social e Econômica do Estado do Tocantins. Populações Tradicionais. Palmas: Seplan, 2016.

MAY, P. H. **Palmeiras em chamas**: transformação agrária e justiça social na zona do babaçu. São Luís: EMAPA/FINEP/Fundação Ford, 1990.

MCCONNELL R. Links between national Forest Programmes and Poverty Reduction Strategies, Forestry Policy and Institutions. **Food and Agriculture Organization of the United Nations**. Working Paper No. 22, Rome, 2008.

MECHI, P. S. Alguns elementos do avanço do capital monopolista para a região do Tocantins durante a ditadura empresarial-militar. *In*: Silva, C. L., Calil, G. G.; Silva, M. A. B. **Ditaduras Transição e Democracia**: estudos sobre a dominação burguesa no Brasil contemporâneo. Porto Alegre: FCM Editora, 2016.

MELLO, R. **Meninos do mangue**. São Paulo: Schwarcz, 1991. 72p.

MESQUITA, B. A. As mulheres agroextrativistas do Babaçu: a pobreza a serviço da preservação do meio ambiente. **Revista de Políticas Públicas**, v. 12, n. 1, p. 53-61, 2018.

MORAES, N. R.; BRUMATTI, L. M.; LIMA, A. R.; CAMPOS, A. C. Análise da convergência conceitual dos termos “território” e “comunidade tradicional” no Brasil. **Revista Observatório**, Palmas, v. 3, n. 4, p. 518-539, 2017. Disponível em: <http://www.sistemas.uft.edu.br/periodicos/index.php/observatorio/article/view/3666/9795>. Acesso em: 1 dez. 2020.

MORAES, N.R.; CAMPOS, A.C.; QUIQUETO, A.M.B. A sociabilidade em Ferdinand Tönnies e o modus vivendi de comunidades tradicionais de geraizeiros: aproximações possíveis a partir dos estudos da Comunidade Tradicional da Matinha (Guaraí/Tocantis). **Revista Patrimônio e Memória**, v. 17, n.1, 2021. Disponível em <https://pem.assis.unesp.br/index.php/pem/issue/view/34>. Acesso em: 15 jun. 2022.

MORAES, N. R.; SOUZA, F. C. Etnoeducação e educação básica diferenciada para povos indígenas e comunidades quilombolas no Brasil: um desafio para a promoção do etnodesenvolvimento. **Educação**, [S. l.], v. 47, n. 1, p. e106/1–40, 2022. DOI: 10.5902/1984644464516. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reveducacao/article/view/64516>. Acesso em: 12 jan. 2023.

MOWAT, S.; RHODES, B. Identifying and assigning values to the intangible cultural benefits of ecosystem services to traditional communities in South Africa. **South African Journal of Science**, v. 116, n. 7/8, 2020.

MUGARI, E.; MASUNDIRE, H.; BOLAANE, M.; NEW, M. Perceptions of ecosystem services provision performance in the face of climate change among communities in Bobirwa sub-district, Botswana. **International Journal of Climate Change Strategies and Management**, v. 11, n. 2, p. 265-288, 2019.

MUÑOZ, C. J. M.; TREGGIARI, F. Bienes comunes y organización social: la experiencia actual de las comunidades mapuches en Chile. **Revista de Derecho**, v. 51, p. 73-89, 2019.

NEUMAN, W. L. **Social Research Methods: Qualitative and Quantitative Approaches**. 7. Ed. Pearson Education Limited, 2014.

NUSSBAUM, M. ‘Capabilities and Human Rights’. **Fordham Law Review**, v. 66, n. 2, p. 273–300. 1997.

NUSSBAUM, M. ‘Human Capabilities’. In: NUSSBAUM, M.; GLOVER J. (eds). **Women, Culture and Development: A Study of Human Capabilities**. Oxford, UK: Oxford Academic, 1995. p. 61–104

OLAWUYI, S. O. Building resilience against food insecurity through social networks. The case of rural farmers in Oyo State, Nigeria. **International Journal of Social Economics**, v. 46, n. 7, 2019.

OLIVEIRA, A. C. Direitos e/ou povos e comunidades tradicionais: noções de classificação em disputa. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 27, p. 71-85, jan./jun., 2013.

OLIVEIRA, J. L. O desenvolvimentismo na pré-Amazônia: o caso da região do Bico do Papagaio no norte do estado do Tocantins. **Revista Cereus**, v. 8, n. 2, maio/ago., 2016.

- PADILHA, A. C. M.; SOUZA, M.; VASCONCELOS NETO, A. G.; WITTMANN, M. L. La estrategia de diversificación del sustento y el turismo en el medio rural. El caso del Camino de las Topiarias, Flores y Aromas, Brasil. **Estudios y Perspectivas en Turismo**, v. 26, p. 826-844, 2017.
- PARKER, C.; SCOTT, S.; GEDDES, A. **Snowball Sampling**. SAGE Research Methods Foundations, 2019.
- PERAFÁN, M. E. V.; WALTER, M. I. M. T. A percepção das condições de vida pelas populações dos territórios rurais, além das análises sobre o desempenho dos sistemas produtivos. **Revista Nera**, n. 31, p. 72-90, 2016.
- PEREIRA, E.; QUEIROZ, C.; PEREIRA, H. M.; VICENTE, L. Ecosystem Services and Human Well-Being: A Participatory Study in a Mountain Community in Portugal. **Ecology and Society**, v. 10, n. 2, 2005.
- PINHEIRO, J. O. C.; FERREIRA-DARNET, L. A. Comunidades tradicionais em áreas litorâneas da Amazônia: estudo sobre desenvolvimento local em Vila Mota, Pará, Brasil. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. **Ciências Humanas**, v. 9, n. 1, p. 145-162, jan.-abr. 2014.
- PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**, v. 11, n. 2, jul./dez. p. 263-274.
- PIZZIO, A.; CECCHIN, H. F. G. O Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu na região do Bico do Papagaio: reflexões sobre justiça social. **Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional**, v. 3, n. 2, p. 111-133, 2016.
- PNCSA-**Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia**. FASCÍCULO 3. Quebradeiras de coco babaçu do Tocantins. São Luís, 2005.
- PORRO, R. A economia invisível do babaçu e sua importância para meios de vida em comunidades agroextrativistas. **Boletim Museu Paraense Emílio Goeldi. Cien. Hum.**, Belém, v. 14, n. 1, p - 169-188, jan.-abr. 2019.
- PORRO; N. M.; MOTA, D. M.; SCHMITZ, H. Movimentos sociais de mulheres e modos de vida em transformação: revendo a questão dos recursos de uso comum em comunidades tradicionais. **Raízes**, v. 30, n. 2, jul.-dez., 2010.
- RÊGO, J. L.; ANDRADE, M. P. História de mulheres: breve comentário sobre o território e a identidade das quebradeiras de coco babaçu no maranhão. **Agrária**, São Paulo, n. 3, p. 47-57, 2006.
- REITER, B. Theory and methodology of exploratory social science research. **International Journal of Science and Research Methodology**, v. 5, n. 4, 2017.
- RENHA, C. E. A política desenvolvimentista para a Amazônia: implementação, objetivos e o revés da SPVEA (1953-1966). **Saeculum - Revista de História**, João Pessoa, v. 40, p. 85-107, jan./jun., 2019.
- ROBEYNS, I. **Wellbeing, Freedom and Social Justice**. The Capability Approach Re-Examined. United Kingdom: Open Book Publishers, 2017.

RODRÍGUEZ, R. M. R.; GONZÁLEZ, M. G. H. Tensiones y contradicciones en la intervención gubernamental para la promoción de la lactância materna. **Salud Colectiva**, v. 13, n. 4, p. 677-692, 2017.

SANTANA, C. A. M.; BUAINAIN, A. M.; SILVA, FE. P.; GARCIA, J. R.; LOYOLA, P. Política agrícola: avanços e retrocessos ao longo de uma trajetória positiva. In: BUAINAIN, A. M.; ALVES, E.; SILVEIRA, J. M.; NAVARRO, Z (editores técnicos). **O mundo rural no Brasil do século 21: a formação de um novo padrão agrário e agrícola**. Brasília, DF: Embrapa, 2014.

SANTOS, J. L. **O que é cultura**. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 2006, 89 p.

SANTOS, R. M. Os índios na cartografia histórica de Goyaz. In: SILVA, E. M.; VIEIRA JÚNIOR, W. (organizadores). **Goyaz**. Guia de cartografia histórica. Brasília: Arquivo Público do Distrito Federal, [2018]. Disponível em: <https://www.arquivopublico.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/GOYAZ-Guia-de-Cartografia-Hist%C3%B3rica.pdf>. Acesso em: 14 dez. 2022.

SEN, A. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Cia das Letras, 2010.

SHIRAISHI NETO, J. **Acesso à terra, território e recursos naturais: a luta das quebradeiras de coco babaçu**. [s.l]: ActionAid, 2015. Disponível em: http://actionaid.org.br/wp-content/files_mf/1493418575quebradeiras_actionaid_port_rev1.pdf. Acesso em: 19 jun. 2020.

SHIRAISHI NETO, J. Terra, propriedade e lugar: reflexões jurídicas sobre o desenvolvimento de quebradeiras de coco babaçu. **Interfaces científicas – Humanas e Sociais**, Aracaju, v. 5, n. 2, p. 43-52, out. 2016.

SHIRAISHI NETO, J.; LEMOS, L. o direito na construção das identidades dos povos e comunidades tradicionais: as chamadas quebradeiras de coco babaçu. In: COSTA, J. M. **Amazônia: olhares sobre o território e a região**. Rio de Janeiro: Autografia; Amapá: UNIFAP, 2017.

SILVA, G. G.; MELLO, M. A revolução de 1930 e o discurso da ruptura: Goiânia e a marcha para o oeste. **Cordis. Revoluções, cultura e política na América Latina**, São Paulo, n. 11, p. 57-89, jul./dez. 2013.

SILVA, R. T.; FERNANDES, V. S. Guardiões da biodiversidade: A realidade das quebradeiras de coco babaçu no Piauí. **Ciência & Trópico**, v. 37, n. 2, p. 129-149, 2013.

SINAY, L.; SINAY, M. C. F.; CARTER, R. W. B.; PASSOS, F. V. A. Traditional people, protected areas and tourism: a 15-year Brazilian case study of cultural change. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 22, 2019.

SNYDER, H. Literature review as a research methodology: An overview and guidelines. **Journal of Business Research**, n. 104, p. 333-33. 2019.

SOUSA, D. R. N. **Transformação na vida das populações tradicionais a partir da criação da RESEX do Extremo Norte do Tocantins**. 2015. Dissertação (Mestrado em Extensão Rural) – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, 2015.

SOUSA, D. R. N.; OLIVEIRA, M. L. R. Conflitos e Desafios de populações tradicionais na Amazônia brasileira: o caso da Reserva Extrativista do Extremo Norte do Estado do Tocantins **Mundo Agrário**, vol. 18, n. 38, agosto, 2017, pp. 1-11.

STIGLITZ, J.; SEN, A. K.; FITOUSSI, J. The measurement of economic performance and social progress revisited: reflections and overview. **Sciences Po Publications**, 2009.

TEIXEIRA NETO, A. O território goiano-tocantinense no contexto do território do Cerrado. **Boletim Goiano de Geografia**, n. 2, v. 2, p.137-163, jul./ dez., 1982.

TIAN, Q.; JIANG, L.; LEMOS, M.; QI, S. Interactions of social, natural, and technological subsystems and synergy between development and adaptation to floods around Poyang Lake. **Annals of GIS**, v. 24, n. 3, p. 209-220, 2018.

TOCANTINS. **Diagnóstico da dinâmica social e econômica do Estado do Tocantins: populações tradicionais**. Palmas: Governo do Estado do Tocantins, 2016.

TÖNNIES, F. **Community and Society**. Trad. Charles P. Loomis. EUA: Michigan State University Press, 1957.

TORRES-SOLIS, M.; RAMÍREZ-VALVERDE, B. Buen vivir y vivir bien: alternativas al desarrollo en Latinoamérica. **Latinoamérica. Revista de Estudios Latinoamericanos**, n. 69, p. 71-97, jul./dic. 2019.

TRANFIELD, D.; DENYER, D.; SMART, P. Towards a methodology for developing evidence-informed management knowledge by means of systematic review. **British journal of management**, v. 14, n. 3, p. 207-222, 2003.

UN-UNITED NATIONS. **A/conf.151/26 (vol. I) report of the United Nations conference on environment and development**. 12 August 1992. Disponível em: https://www.un.org/en/development/desa/population/migration/generalassembly/docs/globalcompact/A_CONF.151_26_Vol.I_Declaration.pdf. Acesso em: 12 dez. 2022.

UNESP-UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”. **Plano para retomada das atividades presenciais**. Disponível em: <https://www2.unesp.br/Modulos/Noticias/36265/plano-de-retomada-de-atividades-presenciais-v2-25-08-20.pdf>. Acesso em 01 set. 2021.

VÁSQUEZ, Y. A.; BARRERA, L. C.; FERNÁNDEZ, M. A. Agroecosistemas tradicionales nüntaha'yi en la Reserva de la Biósfera Los Tuxtlas, Veracruz, México. **Región y Sociedad**, México, v. 31, 2019.

VEIGA, I.; PORRO, N. M.; MOTA, D. M. Movimento social contemporâneo e processos de territorialização por comunidades tradicionais: a construção da identidade política do movimento das quebradeiras de coco babaçu. **Estudos de Sociologia**, v. 1, n. 17, 2011.

VEIGA, I.; PORRO, N. M.; MOTA, D.; FIGUEIREDO, L. D. Povos e Comunidades Tradicionais Demarcando Territórios na Amazônia: uma análise crítica do caso das Quebradeiras de Coco Babaçu. *In*: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 33, Caxambu – MG, **Anais [...]**. Caxambu, 2009.

VELHO, O. G. **Capitalismo autoritário e campesinato**: um estudo comparativo a partir da fronteira em movimento [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009.

VINUTO, J. A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: um debate em aberto. **Temáticas**, Campinas, v. 22, n. 44, p. 203-220, ago./dez. 2014.

WELCH, C. A.; MALAGODI, E. A.; CAVALCANTI, J. S. B.; WANDERLEY, M. N. (Orgs.). **Camponeses brasileiros**: Leituras e interpretações clássicas. São Paulo: Editora Unesp, DF: Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural, 2009.

WHO-WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Coronavirus disease 2019** (COVID-19). Situation Reporto – 51. Disponível em: https://www.who.int/docs/default-source/coronaviruse/situation-reports/20200311-sitrep-51-covid-19.pdf?sfvrsn=1ba62e57_10Cruesp%202020%20https://sites.usp.br/cruesp/wp-content/uploads/sites/620/2020/05/Cruesp_Comunicado03.pdf. Acesso em: 07 jul. 2021.

WOODHOUSE, E.; MCCABE, J. T. Well-being and conservation: diversity and change in visions of a good life among the Maasai of northern Tanzania. **Ecology and Society**, v. 23, n. 1, 2018.

YADAV, P.; DAVIES, P. J.; SARKODIE, S. A. The prospects of decentralised solar energy home systems in rural communities: User experience, determinants, and impact of free solar power on the energy poverty cycle. **Energy Strategy Reviews**, v. 26, 2019.

YIN, Robert K. **Qualitative research from start to finish**. New York: Guilford Publications, 2015.

APÊNDICE A - FORMULÁRIO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA**ENTREVISTADOR:** Fernando da Cruz Souza

Data: ____ / ____ / ____

1 - IDENTIFICAÇÃO DA ENTREVISTADA**1.1 Nome:****1.2 Endereço**

Município:

Povoado/Comunidade:

1.3 Data de nascimento: ____ / ____ / ____**1.4 Local de nascimento**

Cidade:

Estado:

1.5 Estado civil:

- () Solteira
- () Casada
- () Separada
- () Divorciada
- () Viúva

1.6 Cor:

- () Branca
- () Preta
- () Amarela
- () Parda
- () Indígena

1.6.1 Você escolheria um outro termo, diferente desses, para sua cor ou origem étnica?

- () Sim. Qual?
-

() Não

1.7 Grau de instrução:

- () Analfabeto/ Fundamental incompleto
- () Fundamental I completo/ Fundamental II incompleto
- () Fundamental II completo/ Médio incompleto
- () Médio completo/ Superior incompleto
- () Superior completo

1.8 A responsabilidade do domicílio é de

() Apenas um morador. Quem?

() Mais de um morador. Quem?

1.8.1 Em seu domicílio, você é responsável

- () Pela maior contribuição de renda
- () Pela tomada de decisões
- () Pelo cuidado com os demais moradores
- () Por ser referência aos demais moradores

1.9 A quais dos seguintes grupos você e família pertencem?

- () Família Extrativista
 - () Família de pescadores artesanais
 - () Família Ribeirinha
 - () Família de Agricultores Familiares. Qual o tamanho da propriedade?
-

() Família Assentada da Reforma Agrária

() Família Acampada

2 - CARACTERIZAÇÃO DO DOMICÍLIO

2.1 Segundo a área de localização:

- () Rural
- () Urbano

2.1.1 Existe calçamento/pavimentação no trecho do logradouro em frente ao seu domicílio?

- ☐ Total
- ☐ Parcial
- ☐ Não existe

2.2 Tipo:

- ☐ Casa
 - ☐ Apartamento
 - ☐ Habitação em casa de cômodos, cortiço ou cabeça de porco
 - ☐ Outro. Especifique:
-

2.3 Segundo à condição de ocupação:

- ☐ Próprio quitado
 - ☐ Próprio, não quitado
 - ☐ Alugado
 - ☐ Cedido
 - ☐ Outra. Especifique:
-

2.4 Tipo de material predominante na cobertura:

- ☐ Telha sem laje de concreto
 - ☐ Telha com laje de concreto
 - ☐ Somente laje de concreto
 - ☐ Madeira aparelhada
 - ☐ Zinco, alumínio ou chapa metálica
 - ☐ Palha
 - ☐ Outro. Especifique:
-

2.5 Tipo de material das paredes externas:

- ☐ Alvenaria/tijolo revestido (com reboco)
- ☐ Alvenaria/tijolo não revestido (sem reboco)

- ☐ Madeira aparelhada (madeira apropriada para construção)
 - ☐ Taipa/adobe revestida (trançado de bambu ou outras fibras com reboco)
 - ☐ Taipa/adobe não revestida (trançado de bambu ou outras fibras sem reboco)
 - ☐ Madeira aproveitada (embalagens, tapumes, andaimes etc.)
 - ☐ Palha
 - ☐ Outro. Especifique:
-

- ☐ Sem paredes

2.6 Tipo de material predominante no piso:

- ☐ Terra
 - ☐ Cimento
 - ☐ Madeira aproveitada (embalagens, tapumes, andaimes etc.)
 - ☐ Madeira aparelhada (madeira apropriada para construção)
 - ☐ Cerâmica (piso frio), lajota ou pedra
 - ☐ Carpete
 - ☐ Outro. Especifique:
-

2.7 Quantos cômodos tem o domicílio? ____ ____**2.8 Quantos cômodos servem de dormitório? ____ ____****2.9 Em seu domicílio ou na propriedade existe banheiro ou sanitário?**

- ☐ Sim
- ☐ Não

2.10 Tipo de esgotamento sanitário:

- ☐ Rede geral de esgoto ou pluvial (público)
- ☐ Fossa séptica
- ☐ Outro escoadouro
 - ☐ Fossa rudimentar
 - ☐ Vala (esgoto a céu aberto)
 - ☐ Rio, lago ou mar

() Outro. Especifique:

2.11 Forma de abastecimento de água:

- () Rede geral de distribuição (pública)
 - () Poço ou nascente na propriedade
 - () Poço ou nascente fora da propriedade
 - () Outra forma
 - () Carro-pipa
 - () Água de chuva armazenada em cisterna
 - () Água de chuva armazenada de outra forma
 - () Rio, açude, lago ou igarapé
 - () Outra. Especifique:
-

Caso coletar água de poço ou nascente e houver fossa,

2.11.1 Qual a distância desses em metros? ____ ____ ____

2.12 Nos últimos 30 dias, com que frequência a água proveniente da rede geral (pública) esteve disponível para este domicílio:

- () Diariamente
 - () De 4-6 dias na semana
 - () De 1-3 dias na semana
 - () Outra. Especifique:
-

2.13 Forma de iluminação/energia utilizada no domicílio:

- () Elétrica com medidor próprio
 - () Elétrica com medidor comunitário
 - () Elétrica sem medidor
 - () Gerador
 - () Óleo, querosene ou gás?
 - () Vela
 - () Outra. Especifique:
-

2.14 Frequência da disponibilidade de energia elétrica (se possui energia elétrica):

- () Diária, em tempo integral
 () Diária, por algumas horas
 () Outra. Especifique:
-

2.15 Combustível utilizado na preparação de alimentos:

- () Gás de botijão ou encanado
 () Lenha ou carvão
 () Energia elétrica
 () Outro combustível (óleo, querosene, etc.). Especifique:
-

2.16 Os moradores do domicílio possuem os itens a seguir:

Item	Sim	Não	Quantos
Carro			
Geladeira			
Computador			
Celular			
Motocicleta			

2.17 O lixo do domicílio é:

- () Coletado diretamente por serviço de limpeza
 () Coletado em caçamba de serviço de limpeza
 () Queimado (na propriedade)
 () Enterrado (na propriedade)
 () Jogado em terreno baldio ou logradouro
 () Outro. Especifique:
-

2.18 Número de moradores do domicílio: ____

2.19 Composição dos moradores no domicílio:

#	Parentesco	Sexo	Idade	Escolaridade
1				
2				
3				
4				
5				
6				
7				
8				

3 - SOBRE O EXTRATIVISMO DO COCO BABAÇU

3.1 Você pode me contar a sua história com o trabalho extrativista de babaçu?

Mencionar:

- renda;
- propriedade do local onde extrai cocos;
- desflorestamento dos babaçuais e causa;
- lei do Babaçu Livre e fiscalização;
- organização do trabalho (por quem é feito e como);
- produtos produzidos e sua destinação (consumo/venda);
- ajuda governamental por ser extrativista do babaçu;
- o que poderia ser melhorado.

4 - DIMENSÕES DE BEM-ESTAR HUMANO

4.1 CONCEPÇÃO DE BEM-ESTAR HUMANO

4..1.1 O que você considera importante para viver uma vida boa e ser feliz?

4.2 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA E SEGURANÇA ALIMENTAR

4.2.1 Você e sua família têm roça?

() Sim

() Não

4.2.2 Você pode detalhar um pouco sobre o trabalho na roça?

Mencionar:

- quem trabalha;
- o que plantam e destinação (consumo/venda);
- sementes;
- propriedade do local onde está a roça;
- foi beneficiada por PRONAF, PNAE, PAA, assistência técnica;
- cesta básica;
- se faltou alimento em algum momento para comprar comida;
- criação de animais;
- horta;
- dificuldade roça, animais, horta.

4.3 RENDA E SEGURANÇA ECONÔMICA

4.3.1 Qual a renda familiar aproximada

- () R\$0,00 a R\$1.100,00
- () R\$1.101,00 a R\$2.200,00
- () R\$2.201,00 a R\$3.300,00
- () R\$3.301,00 a R\$4.400,00
- () R\$4.401,00 a R\$5.500,00
- () R\$5.501,00 +

4.3.2 Você pode me dizer como é composta a renda de sua família?

Mencionar:

- benefícios e se foi difícil consegui-los;
- outras atividades (culturais, turísticas, artesanato, etc.);
- trabalho na cidade;
- houve alteração importante na renda nos últimos 10 anos;
- gastos mais altos.

4.4 BENS E SERVIÇOS SOCIAIS (SAÚDE)

4.4.1 Quando há alguém com problema de saúde em casa, que tipo de serviço você utilizam?

Mencionar:

- deficiência;
- convênio ou plano de saúde;
- dificuldades para acessar serviços de saúde;
- deixou de realizar alguma atividade por problema de saúde;
- medicamentos;
- plantas medicinais.

4.5 TERRITÓRIO

4.5.1 Onde está localizada sua residência (RESEX, assentamento de reforma agrária, área de posse, área comprada)?

4.5.2 Você pode me contar sobre o processo de obtenção desse espaço?

Mencionar:

- desde quando está no lugar;
- regularização;
- ameaças e dificuldades.

4.6 RELAÇÕES COM A NATUREZA

4.6.1 Você ou alguém de sua família realiza:

- a. coleta de outros produtos florestais
- b. caça
- c. pesca

Mencionar:

- destinação.

4.6.2 Você acha que houve mudanças no clima onde mora e trabalha, por exemplo, menos ou mais chuvas, calor, frio, secas, águas nos rios?

Mencionar:

- por que acredita que isso tem ocorrido;
- como isso impacta o trabalho as atividades.

4.7 CONEXÕES SOCIAIS

4.7.1 Você participa de alguma organização que tem trazido melhoras a sua vida, de sua família e da comunidade (clube, igreja, movimento social, associação, cooperativa, sindicato, etc.)?

- quais organizações;
- qual melhora;
- por quê?